

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
DE LISBOA



ISCAL

AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NA
URBANIZAÇÃO
ESTUDO DE CASO – CIDADE DE LUANDA, ANGOLA

DEOLINDA CANIFA SENA

Lisboa, 17 Julho de 2021

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
DE LISBOA

AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS EM
URBANIZAÇÃO
ESTUDO DE CASO – CIDADE DE LUANDA, ANGOLA

Deolinda Canifa Sena

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Empreendedorismo, realizada sob a orientação científica de Prof. Doutor José Moleiro Martins.

Constituição do Júri:

Presidente _____ [Prof. Especialista. Carlos Nunes]

Arguente _____ [Prof. Dr. Rui Franganito]

Vogal _____ [Prof. Dr. José Moleiro Martins]

Lisboa, 17 Julho de 2021

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder esta magnífica oportunidade de realizar o meu Mestrado académico em Portugal e à minha família que tantos sacrifícios fizeram para que este trabalho fosse uma realidade, agradeço aos meus colegas que me auxiliaram ao longo do curso e todos quem direta ou indiretamente auxiliaram em prol da elaboração desta obra, em particular ao meu orientador Prof. Dr. José Moleiro e o especial apoio da Prof. Dra. Margarida Piteira, a minha mãe Deolinda Maria Canifa, meus filhos, Natália, Alexandra e Ludgero, ao meu *dream team*, Justina Fernando, Jerónimo Catiavala, Adilson Garcia e Cláudio Rodrigues, o apoio dos amigos Marty, Teresa, Joaquim, Lúcia, Jorge, Bráulio, Marisa, Esmeralda e Tiago toda a minha gratidão, um bem haja, pelas sugestões, os ensinamentos, disponibilidade e paciência em me transmitir os seus conhecimentos durante o curso no ISCAL.

A todos,

O meu muito, muito sincero “Obrigada por tudo” !

Deolinda Canifa Sena

Resumo

A importância das Parcerias Público Privadas (PPP), como modelo de cooperação inter-organizacional, advém da necessidade de viabilizar a estruturar projetos e edificação de obras públicas, por meio de investimentos privados para viabilizar a implementação de projetos de alto retorno social.

A justificativa do tema escolhido cinge-se com a problemática atualmente registada de insuficiência fundos Públicos e em paralelo, o crescente fluxo de população rural para a cidade, que resultou numa rápida expansão da construção informal os “*musseques*”. Ao que defendemos a expansão das PPP neste sector em particular, no sentido de fazer face à grande parte dos problemas urbanos que se registam na cidade de Luanda.

Com este intuito, enuncia-se como objetivo geral, “Averiguar se as PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade”.

No que concerne aos objetivos específicos de investigação, estes visaram primeiramente, elencar as áreas da cidade onde o planeamento é mais urgente; identificar que PPP são consideradas chaves na urbanização da cidade; reconhecer quais seriam as melhorias imediatas na vida urbana, económica e social da cidade com a sua implementação e por último, apresentar os contributos que advêm da forte associação do empreendedorismo nas várias fases das PPP.

No que respeita ao contexto metodológico, o estudo de caso é assente numa abordagem mista de análise qualitativa e quantitativa. Após análise de 176 questionários, distribuídos à uma amostra de habitantes da cidade e realizou-se 11 entrevistas à gestores de alguma forma ligados às PPP em Luanda. Como conclusão, fundamentada nos resultados alcançados pela investigação, foi possível responder aos objetivos propostos e às quatro hipóteses de investigação, tecendo as conclusões daí advindas, como fatores a ter em consideração para aumentar o índice de sucesso e viabilidade da implementação de PPP no contexto da urbanização da cidade de Luanda.

Palavras-chave: Angola; Luanda; Parcerias Público Privadas (PPP); desenvolvimento urbano; empreendedorismo; projetos públicos e requalificação urbana.

Abstract

The importance of Public-Private Partnerships (PPP), as a model of inter-organizational cooperation, comes from the need to make it possible to structure projects and build public infrastructure, through private investment, to enable the implementation of projects with high social return.

The justification for having chosen the theme, was the current problem of insufficient public funds and, in parallel, the growing flow of rural population to the city, which resulted in a rapid expansion of informal construction of the “*musseques*”. to which we defend the expansion of PPP in this sector in particular, in order to solve most part of the urban problems that occur in the city of Luanda.

With this in mind, it is stated as a general objective for this investigation, “To find out if PPPs can be an effective instrument to be used in the urbanization of the city”.

And with regards to the specific research objectives, those aimed primarily in, listing the areas of the city where planning is most urgent; identify which PPPs are considered key in the urbanization of the city; recognize what would be the immediate improvements in the urban, economic and social life of the city with its implementation and finally, present the contributions that come from the strong association of entrepreneurship in the various phases of the PPP.

The methodological context, the case study was based on a mixed approach of qualitative and quantitative analysis. After analyzing 176 questionnaires, distributed to a sample of inhabitants of the city, 11 interviews were conducted with managers linked to PPP in Luanda.

In conclusion, based on the results achieved by the investigation, it was possible to respond to the proposed objectives and the four research hypotheses, drawing the conclusions arising therefrom, as factors to be taken into account to increase the success rate and viability of PPP implementation, in the context of urbanization of the city of Luanda.

Keywords: Angola; Luanda; Public Private Partnerships (PPP); urban Development; entrepreneurship; public projects and urban requalification.

Índice geral

Agradecimentos	v
Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice de Tabelas	ix
Índice de Quadros	x
Índice de Figuras	xi
Lista de Abreviaturas e Siglas	xii
Glossário.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	15
1. Estado da Arte e Motivação para o Estudo.....	15
2. Problemática e Justificação da Importância do Tema	15
3. Questão de Partida, Objetivos, Variáveis e Hipóteses de Investigação.....	16
4. Metodologias de investigação.....	17
5. Estrutura da Dissertação	17
PARTE 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	18
Capítulo I. Parcerias Público Privadas	19
1.1 Definição e Origem de Parcerias Público Privadas (PPP).....	19
1.2 Estruturação e Classificação das PPP	21
1.3 Inovação das PPP para Urbanização – <i>Smart Cities</i>	23
1.4 Experiência Internacional - Riscos, Vantagens e Desvantagens das PPP	24
1.5 A Conjuntura Atual das PPP em Angola	26
Capítulo II. Desenvolvimento Urbano das Cidades	28
2.1 Origem do Desenvolvimento Urbano	28
2.2 O Panorama da Principais Cidades no Mundo	30
2.3 O Desenvolvimento Urbano da Cidade de Luanda	32
Capítulo III. Empreendedorismo	34
3.1 Origem e Definições de Empreendedorismo	34
3.2 Estratégias de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Urbano.....	36
3.3 O Empreendedorismo e o Desenvolvimento Urbano de Luanda.....	37
PARTE 2 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DO ESTUDO	39
Capítulo IV – Metodologia da Investigação.....	39
4.1 Tipo de Estudo e Desenho de Investigação	39
4.2 Variáveis e Hipóteses de Investigação.....	40
4.3 Metodologia de Pesquisa	41
4.3.1 Abordagem Quantitativa	42

4.3.2 Abordagem Qualitativa	42
4.4 Definição da População Alvo e Amostra.....	42
4.5 Instrumentos de Recolha de Dados.....	43
4.5.1 Recolha por Questionário.....	43
4.5.2 Recolha por Entrevistas.....	43
4.6 Análise dos dados	44
4.6.1 Análise estatística.....	44
4.6.2 Análise de conteúdo	44
Capítulo V – Estudo de Caso – Apresentação dos Resultados.....	44
5.1 A Metodologia de Estudo de Caso	45
5.2 Objeto de Estudo - Cidade de Luanda PPP para sua Urbanização	45
5.3 Apresentação e Interpretação dos Resultados.....	48
Capítulo VI – Análise e Discussão de Resultados.....	60
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	63
1. Conclusões e Valências do Estudo	63
2. Limitações do Estudo.....	64
3. Contributos e Recomendações Futuras	65
Bibliografia.....	67
Apêndices	79
Apêndice 1 – Definição de Parcerias Público-Privadas.....	79
Apêndice 2 – Modelos de PPP.....	80
Apêndice 3 –Tipos de Riscos associados às PPP	81
Apêndice 4 – Comparação das PPP Urbanas à nível Europeu	82
Apêndice 5 – Conceito Smart Cities.....	83
Apêndice 6 – Definições de Empreendedorismo.....	84
Apêndice 7 – Protocolo do Questionário	85
Apêndice 8 - Guião de Entrevista	92
Apêndice 9 – Protocolo Entrevista	93
Apêndice 10 – Esquema - Análise Quantitativa	98
Apêndice 11 - Esquema de análise de conteúdo análise qualitativa.....	99
Apêndice 12 – Mapa de Análise Conteúdo.....	97
Apêndice 13 – Mapa Resumo das Entrevistas.....	112
Anexos	154
Anexo 1 – Fórum PRODESI - Parcerias Público Privadas para 2021.....	154
Anexo 2 – Apresentação UN-HABITAT 2021 em Angola.....	155
Anexo 3 – Apresentação 4º Fórum de PPP e Mercado de Capitais.....	156
Anexo 4– Webinars MG de Contratação Pública e PPP	156

Anexo 5 – FILDA 2018 Linhas Orientadoras para implementação das PPP	157
Anexo 6 – Apresentação sobre os Assentamentos Urbanos INOTU.....	158
Anexo 7 – Distribuição Administrativa da Cidade de Luanda	159
Anexo 8 – Apresentação estratégias de urbanização dos Musseques Luanda.....	159
Anexo 9 – Organização do Sistema de Ordenamento Territorial Angolano	160
Anexo 10 – Registo Fotográfico das Problemáticas da Cidade.....	160
Anexo 11 – Lei 11/19 de 14 Maio – Lei das Parcerias Público-Privadas.....	168
Anexo 12 - Lei 41/20 de 23 de Dezembro - Lei dos Contratos Públicos	175
Anexo 13 - Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.....	176
Anexo 14 – Objetivo ONU 11 - Cidades e Comunidades Sustentável.....	178
Anexo 15 – Programa do PDGML	180
Anexo 16 - Plano Operacional de Estruturação de PPP até Dezembro de 2021	203
Anexo 17 – Apoio do Banco Mundial às PPP 2020	213
Anexo 18 – Apresentação Estudo Musseque Luanda.....	214
Anexo 19 – Avaliação da European PPP Expertise Centre EPEC (2020).....	215
Anexo 20 – Panorama Internacional EU das PPP nas Cidades Globais.....	216
Anexo 21 – Apresentação – Parcerias Público Privadas FEPAC	218
Anexo 22 – Resumo do Consenso de Washington	219

Índice de Tabelas

Tabela 5.1 - Caracterização da amostra (N = 176)	48
Tabela 5.2 – Conhecimento PPP	49
Tabela 5.3- Vantagens e desvantagens das PPP	49
Tabela 5.4 – PPP chaves.....	50
Tabela 5.5 – Áreas atuais da cidade	50
Tabela 5.6 – Infraestruturas prioritárias	51
Tabela 5.7 - Regulamentação legislativa.....	51
Tabela 5.8 – Contributos	52
Tabela 5.9 – Melhorias	52
Tabela 5.10 – As PPP acrescentam melhorias.....	53
Tabela 5.11 – Teste binomial	53
Tabela 5.12 – Áreas em que as PPP são chave.....	54
Tabela 5.13- Teste Binomial	54
Tabela 5.14 – Teste binomial	55
Tabela 5.15 - Caracterização da amostra (N = 11).....	55
Tabela 6.1 – Triangulação dos Resultados	55

Índice de Quadros

Quadro 0.1 - Síntese das Variáveis e Hipóteses	16
Quadro 1.23 - PPP – Resumo Classificação quanto à forma de implementação	21
Quadro 1.34 - Análise dos modelos mais comuns de PPP/Concessões	21
Quadro 4.15 - Síntese: das Variáveis e Hipóteses	41
Quadro 4.27- Síntese dos Entrevistados	42

Índice de Figuras

Figura 1.1 - A estrutura de uma PPP	22
Figura 2.2 – Etapas do Processo de Estruturação de uma PPP.....	23
Figura 3.2 – O Panorama da Urbanização por Continentes (2015).....	30
Figura 4.3 – Plano de urbanização de Luanda, 1979.....	32

Lista de Abreviaturas e Siglas

AP - Administração Pública ou AP - *Availability Payments*

BAFO - *Best and Final Offer*

BEI - Banco Europeu de Investimento

BERD - Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento

BOO - *Build-Own-Operate*

BOT - *Build-Operate-Transfer*

CAPEX - Despesas de Capital (*Capital Expenditure*)

CAPM - Capital Asset Pricing Model

CF - *Cash-Flow*

CFA - *Contractual Flexibility Analysis*

CMC – Comissão de Mercado de Capitais

COVID-19 – *Coronavirus Disease 2019*

CP / MP / LP – Curto Prazo, Médio Prazo, Longo Prazo

CSP - Comparador do Setor Público

DBFO - *Design-Build-Finance-Operate*

DBO - *Design-Build-Operate*

EBITDA - *Earnings Before Interests Taxes Depreciation Amortization*

EPEC - *European PPP Expertise Centre*

FCF - *Free Cash-Fow*

FMI - Fundo Monetário Internacional

GHO - *Global Health Observatory*

IBRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

IFC - *International Finance Corporation*

IFG – *International Finance Corporation*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPGUL - Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda

LPPP – Lei das Parcerias Público Privadas

MIGA - *The Multilateral Investment Guarantee Agency*

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDGML - Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PFI - *Private Finance Initiative*

PFP - *Privately Financed Projects*

PIB - Produto Interno Bruto

PME – Pequena e Média Empresa

PNPOT - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

PPI - *Private Participation in Infrastructure*

PPP - Parcerias Público Privadas

PSP - *Private Sector Participation*

PU - Plano de Urbanização

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SPV – *Special Purpose Vehicle*

UE – União Europeia

YTM – *Yield to Maturity*

Glossário

Alavancagem – rácio de passivo total sobre capitais próprios.

Alteração unilateral – alteração pelo concedente do contrato de concessão, o que pode justificar o pagamento de indemnização para restaurar o equilíbrio financeiro da concessionária.

BAFO – *best and final offer*, a melhor oferta final num concurso público, normalmente apresentado numa segunda fase.

Benefícios sombra – benefícios não contratualizados cujas alterações de circunstâncias favorecem uma das partes no contrato.

Caso-base - representa a equação financeira na qual assentam os pressupostos macroeconómicos do projeto de PPP/traduz a condição financeira do parceiro privado.

Comparador do setor público (CSP) - custo equivalente para o estado de construir, financiar e operar uma determinada infraestrutura e/ou serviço através de um modelo tradicional de empreitada e gestão pública da operação incorporando potenciais ganhos de eficiência futuros.

Concessão - caso particular de uma PPP contratual, na qual é firmado um contrato entre um parceiro público e um privado estabelecendo direitos e deveres das partes, para construção, financiamento e/ou operação de uma infraestrutura (concessão de obra pública) e/ou serviço público (concessão de serviço público).

Project Finance - financiamento de infraestruturas a longo prazo com base nos cash-flows do projeto o qual constitui um ativo de uma sociedade veículo.

Projeto Brownfield - projeto com base em infraestrutura existente, que se baseia na sua recuperação, reabilitação, reestruturação ou expansão.

Projeto Greenfield - projeto desenvolvido integralmente, a partir de uma base zero, não existindo qualquer infraestrutura anterior.

Resgate - obtenção de restituição por razões de interesse após o decurso do prazo do contrato.

Reversão - passagem para o concedente, no termo da concessão, dos bens dos domínios público e privado do Estado, obrigando-se a concessionária a entregá-los em perfeitas condições.

SCUT — acrónimo de «sem custos para o utilizador» e constitui um modelo de concessão no qual as portagens virtuais da estrada são pagas p estado ao concessionário.

Special Purpose Vehicle (SPV) ou Sociedade de Propósito Específico (SPE). - sociedade anónima ou com uma responsabilidade limitada, e que é usada especificamente um projeto.

Working With People (WWP) - também conhecida como modelo de gestão de PPP para o empreendedorismo.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as Parcerias Público Privadas (PPP) no âmbito da urbanização na cidade de Luanda, dado que, internacionalmente, têm-se revelado ser um instrumento de capital importância para o desenvolvimento urbano sob os novos formatos de gestão, nomeadamente *Project Finance e New Public Managent*.

1. Estado da Arte e Motivação para o Estudo

As PPP, de acordo com De los Ríos-Carmenado, Ortuño, & Rivera, (2016), são instrumentos estruturados para cooperação a longo prazo, entre o setor público e o parceiro privado, que gere e regula as responsabilidades de cada *player* (Estado, Instituições Públicas, Usuários, Empreendedores e Agentes financiadores. Em 2020, o valor agregado das transações de PPP que atingiu o fecho financeiro o mercado europeu totalizou 7,9 mil milhões de euros, EPEC (2020).

A motivação particular pela escolha deste tema, deve-se ao facto pessoal de que é para mim, um projeto pessoal provar que são as próprias pessoas capazes de mudar o seu entorno e transformar um musseque numa área urbanizada e em Luanda com Parcerias com o Estado isto também é possível. Apesar de que em Angola ainda se verifica uma forte dependência da intervenção da máquina do Estado, no entanto o resultado é que as infraestruturas se mostram obsoletas perante o atual crescimento da cidade, Luanda tem mais de 250 anos de existência, e observa inúmeras ocupações irregulares, condições precárias de habitação social, desigualdade na distribuição dos equipamentos públicos, elevado preço dos imóveis, alto índice de doenças oriundas da ausência de saneamento, dificuldade na mobilidade e a conseqüente falta de qualidade de vida da população. IPGUL (2015)

A escolha do tema relaciona-se com a necessidade urgente de reordenamento do território e reabilitação para o desenvolvimento urbano, neste contexto, almeja-se poder:

i) Contribuir para a melhoria da urbanização da cidade; e ii) Propor as PPP como um instrumento de gestão económico-social sustentável para obras públicas.

2. Problemática e Justificação da Importância do Tema

Nos dias de hoje, a nível urbanístico a cidade vive algumas problemáticas, com base nas várias fontes de pesquisa estudadas, passamos a citar um resumo das principais questões:

Segundo o PDGML (2015, p. 23), “Luanda foi concebida para atender a necessidade de 500.000

peçoas, hoje a população é superior a 6.945.386 habitantes, possui a maior densidade populacional do país, de acordo os recentes dados do Censo Geral da População e Habitação INE Censo (2014), o que se traduz num desenho de uma estrutura urbana insuficiente para o número atual de habitantes.

Apesar desta problemática ser transversal ao País como um todo, Angola, a justificação do tema escolhido, teve como base a necessidade da implementação das PPP na urbanização da cidade de Luanda, que carece de planeamento, reabilitação e desenvolvimento urbano, face às infraestruturas obsoletas, inúmeras ocupações irregulares de território, défice de saneamento, condições precárias de habitação social “*musseques*” e desigualdade na distribuição dos equipamentos públicos pelo território. (Viegas, 2015)

Outra problemática, que se verifica na sequência da pesquisa, é que ainda é notório que o Estado presta um leque demasiado vasto de serviços, para que estes sejam exercidos com a eficácia e eficiência desejada. Assim sendo, imerge um conjunto de desafios ao empreendedor para corrigir as eventuais “falhas de mercado”. Perante este facto, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de introduzir a vertente de descentralização dos serviços públicos, e liberação para PPP, a todos os níveis da gestão urbana.

3. Questão de Partida, Objetivos, Variáveis e Hipóteses de Investigação

Com base no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 da Agenda da ONU 2030, para cidades e comunidades sustentáveis (Anexo 14), objetivo estes que norteou a criação do PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional e o PDGML - Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda, este estudo visa responder a questão de partida que surge:

Em que medida as PPP acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda?

Para dar resposta a mesma, definiu-se os seguintes objetivos gerais e específicos, cujo resumo se ilustra no quadro síntese que prossegue:

Quadro 0.1 - Síntese dos Objetivos e Hipóteses

Tema: As Parcerias Público Privadas na Urbanização (PPP)
Subtema: Estudo de Caso a Cidade de Luanda
Objeto de Estudo: O objeto de Estudo centra-se nas PPP aliadas ao empreendedorismo e suas melhorias na urbanização da cidade de Luanda.
Objetivo geral: Averiguar se as PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade.

Questão de Partida : Em que medida as PPP associadas ao empreendedorismo acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda ?			
OE 1 - Elencar as áreas da cidade onde o planeamento é mais urgente;	OE 2 - Identificar que PPP são consideradas chaves na urbanização;	OE 3- Reconhecer as melhorias imediatas na vida urbana, económica e social da cidade;	OE 4 - Apresentar os contributos que advêm do empreendedorismo nas PPP;
Variável VI 1 Áreas de implementação	Variável VI 2 PPP chave	Variável VI 3 Melhorias imediatas a CP	Variável VI 4 Contributos do empreendedorismo a MP/LP
OE – objetivo específico / VI – Variável Independente / VD – Variável Dependente / H – Hipótese			
Variável Dependente VD : As melhorias que refletem a implementação das PPP no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda.			
Hipóteses de Investigação: H1- As PPP constituem um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade de Luanda; H2- Existem PPP consideradas chaves na urbanização prioritária de determinadas áreas da cidade; H3 – A implementação das PPP geram melhorias imediatas (a Curto Prazo) na vida urbana, económica e social da cidade; H4 – O empreendedorismo aliado às PPP na urbanização da cidade, fomenta contributos significativos a nível económico-social para a população a Médio Prazo e Longo Prazo.			

Fonte: Própria

4. Metodologias de investigação

Definiu-se como metodologia o estudo de caso, iniciado pela pesquisa bibliográfica efetuada para o enquadramento teórico do estudo. De seguida, deu-se início ao estudo de caso, após o qual, onde os dados recolhidos foram tratados e validados, com base numa abordagem de análise mista; qualitativa dado que foram realizadas entrevistas e uma abordagem quantitativa, umas vez que foram realizados inquéritos por questionário. Por fim, na discussão dos resultados, foi cruzada em triangulação, com o intuito de validar os objetivos face às Hipóteses formuladas.

5. Estrutura da Dissertação

O estudo configurou-se em duas partes distintas, a abordagem teórica do tema e o enquadramento metodológico do estudo, os temas relevantes foram abordados conforme:

Introdução

Parte 1 – Enquadramento Teórico

Capítulo I – Parcerias Público Privadas

Capítulo II – Desenvolvimento Urbano das Cidades

Capítulo III – Empreendedorismo

Parte 2 – Enquadramento Metodológico do Estudo

Capítulo IV – Metodologia da Investigação

Capítulo V – Recolha e Análise de Dados

Capítulo VI – Discussão de Resultados

Conclusão e Recomendações

Na introdução, se apresenta o objeto de estudo, a questão de partida, os objetivos gerais e específicos, bem como, a justificativa da importância do tema, a metodologia, hipóteses e variáveis adotadas. No Capítulo I apresenta-se a revisão de literatura, os conceitos e origem das PPP, breves fundamentos teóricos e se analisam conclusões de trabalhos de outros autores sobre o tema. No capítulo II expõe-se o tema urbanização das cidades, perspectivas históricas da origem das primeiras urbanizações, desenvolvimento urbano, o panorama internacional e de Luanda. O capítulo III assenta no conceito de empreendedorismo, a sua origem, definições, e nas formas inovadoras de simbiose entre as PPP e o desenvolvimento urbano das cidades. No Capítulo IV são definidos e explicados os enquadramentos metodológicos do estudo, o seu desenho da investigação, definição da amostra, instrumentos e recolha de dados, procedimentos de interpretação e são, igualmente, apresentadas as variáveis e hipóteses de investigação. No capítulo V, aborda o estudo empírico, sob a forma de um estudo de caso, onde se descreve a cidade de Luanda, com base nos resultados obtidos, segue-se a análise de dados e discussão de resultados, são debatidas as hipóteses, e contrastadas com a teoria à montante, no sentido de responder à questão de investigação.

Como conclusão, se resume as constatações, bem como, as limitações encontradas e por fim, se apresentam algumas recomendações para futuros desafios para o incentivo à maior implementação do empreendedorismo, através do incentivo às PPP para urbanização da cidade de Luanda.

PARTE 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A revisão da literatura deste estudo irá centra-se na fundamentação teórica como base para o objeto de estudo, que se centra nas PPP aliadas ao empreendedorismo e suas melhorias na urbanização da cidade de Luanda. Perante a Lei Angolana a definição de PPP descrita na LPPP 11/19 de 14 de Maio, Capítulo 1º, Artigo 3º (LPP 11/19, p.3220):

“...1. Para efeitos da presente Lei, entende-se por Parceria Público-Privada, relação jurídica constituída por contrato ou a união de contratos, por via dos quais pessoas jurídicas ou entes privados, designados por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura,

perante um parceiro público, mediante contrapartida, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva em que a responsabilidade pelo financiamento, investimento, exploração e riscos associados incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

2. Entende-se, se ainda por Parceira Público-Privada, a constituição de uma sociedade de fim específico, cujas participações sociais são detidas pelos parceiros público e privado para a implementação de um projeto comum ou a prestação de um serviço público com vista à satisfação de uma necessidade colectiva. ... ”.

Na sequência para o sector urbano, Camacho (2011), define PPPs para Urbanização como sendo, contratos que estabelecem um vínculo mediante a administração pública e a iniciativa privada visando adjudicação total ou parcial de serviços de interesse público em que o parceiro privado assume a responsabilidade pelo financiamento e demais responsabilidades com base princípios administrativos desse tipo de parceria para a área específica de Planeamento Urbano.

Esta definição, traduz uma das bases dos diversos tipos de vínculo que pode existir entre os 3 elementos-chave em questão, *as PPP, a urbanização das cidades* e o *empreendedorismo*, sendo estes os 3 elementos de foco de investigação nos capítulos de revisão de literatura desta dissertação. Por conseguinte, a primeira parte do estudo, encontra-se subdividida nos capítulos seguintes: Capítulo I, consagra as Parcerias Público Privadas; o Capítulo II incide sobre o Desenvolvimento Urbano e por fim o Capítulo III debruça-se sobre o Empreendedorismo.

Capítulo I. Parcerias Público Privadas

Na prossecução dos objetivos deste estudo, serão aqui abordados os temas subsequentes:

- 1.1 Definição e Origem de Parcerias Público Privadas (PPP)
- 1.2 Estruturação e Classificação das PPP
- 1.3 Inovação das PPP para Urbanização – *Smart Cities*
- 1.4 Experiência Internacional - Riscos, Vantagens e Desvantagens das PPP
- 1.5 A Conjuntura Atual das PPP em Angola

1.1 Definição e Origem de Parcerias Público Privadas (PPP)

Ao longo da história, não se regista consenso com referência à origem, nem a uma definição universal do conceito de PPP. Para alguns autores, as PPP surgiram na Europa e datam do início do século XVI, por exemplo, segundo Cabral (2009, p. 11), “...a história portuguesa regista em 1469, a

*concessão por arrendamento de D. Afonso V ao mercador Fernão Gomes, por cinco anos o monopólio do comércio no Golfo da Guiné, contra o pagamento de uma renda...”. Como se pode verificar, este conceito, já era aplicado pelo Estado Português, ao estabelecer um vínculo de concessão de um bem público à um privado. Por outro lado, Grimsey e Lewis (2005), referem que a França foi o país precursor na utilização destas parcerias para financiar infraestruturas públicas, tendo tido o seu início no século XVII. No entanto, o Reino Unido é reconhecido por diversos autores, como sendo pioneiro na adoção das PPP, com o conceito inicial de Private Finance Initiative (PFI), e posteriormente com o lançamento do programa de PPP em 1992, com o conceito de *best value for money*, em alternativa à provisão pública, conforme Bult-Spiering e Dewulf (2006).*

Tal como refere Yescombe (2007), as PPP são alvo de variados critérios de classificação, a observar:

- Parcerias Público Privadas ou *Private Public Partnership* (PPP) - Em alguns países europeus, como o Reino Unido, Portugal, Grécia, Espanha, bem como nos EUA, Canadá, Austrália, e África do Sul Hodge & Greve, (2009).
- *Private Participation in Infrastructure* (PPI), termo atribuído pelo *World Bank*, mais usado no setor financeiro e no programa South Korean PPI;
- *Private Sector Participation* (PSP), também mais utilizado no setor bancário ou financeiro, não limitativo ao termo de PPP anterior;
- *Private Finance Initiative* (PFI), termo original Britânico, hoje muito usado igualmente no Japão e Malásia;
- P3, termo usado nos Estados Unidos de América;
- *Privately Financed Projects* (PFP), este é usado na Austrália;

Nesta sequência, Klijin (2010) citado por Cruz e Sarmiento (2019, p. 49), salienta que em termos de nomenclatura “...a utilização do conceito e das definições é diferente entre o contexto político e o contexto académico...”. Ou seja, países e instituições distintos, adaptam a terminologia da Parceria ou Concessão, para a sua realidade, conforme Anexo 1, referente à diversas definições adotadas para as PPPs.

Em suma, de acordo com Borges (2007), a evolução das parcerias a nível global, ganhou fôlego com a aplicação adaptada do modelo inglês, a partir da década de 1990, com a adaptação de outros modelos, como privatizações e concessões. Este facto também foi confirmado na Agenda XXI no Rio de Janeiro no Brasil em 1992, onde foram acordadas questões das PPP nos sectores chave e posteriormente, no *World Economic Forum* (2005), em Davos, na Suíça em 1998, onde o secretário-geral Kofi Annan afirmou a importância das PPPs, enfatizando a necessidade dos setores público, privado e social, trabalharem juntos.

1.2 Estruturação e Classificação das PPP

Por analogia à classificação das PPP, podem ser denominadas de acordo com os formatos que assumem, dependendo das condições políticas e sociais de cada País Lafuente, (2012). A sua classificação se distingue em duas categorias: i) Modelos de PPP e em ii) Tipologias de PPP.

i) Classificação dos Modelos de PPP

Consoante a PPP a ser implementada, e a correlação e o grau entre os seus intervenientes (participação do Estado, ou do parceiro privado) assume fórmulas diferenciadas como se sintetiza no quadro 1.2. e 1.3:

Quadro 1.2 - PPP – Resumo Classificação quanto à forma de implementação

Denominação	Caracterização
“Build – Own – Operate” – BOO	O setor privado desenha, constrói a infraestrutura, opera e depois procede à sua transferência para o Estado, logo que concluído o prazo de duração do contrato, ou em data específica acordada.
“Buy – Build – Operate” – BBO	O setor privado compra ao Estado uma infraestrutura previamente existente, assegurando depois a sua manutenção, modernização e expansão, garantindo a sua exploração, sem haver qualquer obrigação de devolução posterior ao Estado.
“Build – Operate – Transfer” – BOT	O setor privado desenha e constrói a infraestrutura e a opera, à <i>posteriori</i> , procede à sua transferência ao Estado após concluído o prazo do contrato. Pode-se dar o caso do privado arrendar o ativo ao Estado.
“Build – Transfer – Operate” – BTO	O setor privado desenha, constrói a infraestrutura e depois procede à sua transferência para o Estado. De igual modo, o privado poderá arrendar o ativo.
“Design – Build – Finance – Operate” – DBFO	O setor privado desenha, constrói, toma posse, desenvolve, opera e gere a infraestrutura, mantendo-se sempre o bem, no âmbito das propriedades do Estado.

Fonte: Adaptado de Cabral (2009, p. 67)

O quadro 1.3 resume as responsabilidades dos intervenientes públicos e privados para os modelos mais usados de PPP seguinte:

Quadro 1.3 - Análise dos modelos mais comuns de PPP/Concessões

Modelo PPP	Projeto	Construção	Financiamento	Ativos	Operação	Valor residual
BOT	Público	Privado	Público	Público	Privado	Privado
DBFO	Privado	Privado	Privado	Público	Privado	Público
BOOT	Público	Privado	Público	Privado	Privado	Privado
DBFOM	Privado	Privado	Privado	Público	Privado	Público
BOO	Público	Privado	Privado	Privado	Privado	Público

Fonte: Cabral (2009, p. 68)

ii) Classificação dos Tipos de PPP

A teoria de Administração Pública classifica as PPP em dois grandes blocos: PPP Contratual e PPP Institucional. Quanto à abordagem efetuada pela UE, de acordo com o *Green Paper* da Comissão das Comunidades Europeias (2004), as PPPs distinguem-se tendo em atenção a natureza organizacional subjacente à ligação que une as partes, assim contempla:

i. PPP contratuais – onde a parceria assenta em exclusivo nos vínculos contratuais entre as partes;

ii. PPP institucionais – nesta, a cooperação entre os parceiros ocorre através da criação de uma terceira entidade, controlada pelos parceiros.

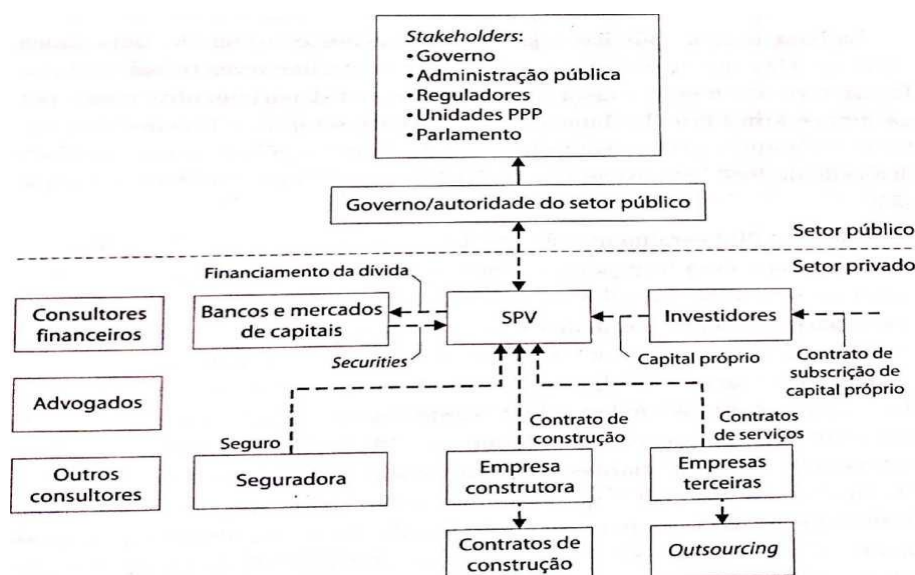
i) Nas contratuais, o elemento chave é o contrato estabelecido entre as partes, sendo mais frequentes aquelas onde o parceiro privado fica responsável pela realização e gestão de infraestruturas para a administração pública.

ii) Quanto às PPP institucionais, estas implicam a criação de uma entidade detida em conjunto pelo parceiro público e o parceiro privado, que se associam como copromotores do projeto, sendo, obviamente, corresponsáveis por todos os riscos que afetem essa entidade.

A Estruturação de uma PPP

No momento de concessão/PPP é assinado um contrato entre o Estado (entidade pública designada por Concedente) e uma entidade privada, designada por Concessionário. A forma de funcionamento de uma PPP é sintetizada na figura seguinte.

Figura 1.1 - A estrutura de uma PPP



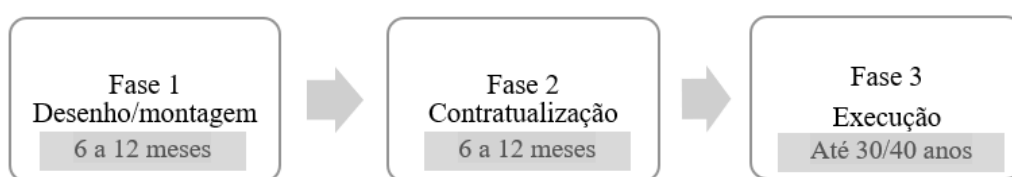
Fonte: Cruz e Sarmiento (2019, p. 59)

Em cada projeto de PPP, é criada uma sociedade veículo (SPV – *Special Purpose Vehicle*), que opera e detém o projeto/concessão durante o período do contrato. Esta empresa é responsável pelas etapas do projeto da parte do setor privado (projeto, construção, financiamento, operações e manutenção).

Fases do ciclo de vida de uma PPP

A estruturação de um projeto de PPP obedece a três fases: desenho/montagem, contratualização e execução conforme Figura 1.2, onde os prazos são indicativos a título de exemplo.

Figura 2.2 – Etapas do Processo de Estruturação de uma PPP



Fonte: Adaptado de Cruz e Marques (2013)

Na primeira fase abrange o projeto e a criação de um Comparador do Sector Público, do estudo para estimar a eficiência económica e balizar os limites orçamentais para a operação. A segunda pressupõe apresentar estudo final de eficiência económica e os trâmites para a contratação, enquanto que a terceira, corresponde à implementação, manutenção e monitorização ao longo da vida da PPP.

1.3 Inovação das PPP para Urbanização – *Smart Cities*

O termo inovação vem do latim *innovare*, que significa fazer algo novo, segundo Piteira (2010), em urbanização o mesmo se aplica, para se obter resultados novos, há que inovar.

PPP inovadoras - Conceito de PPP inovadoras são usadas em diferentes níveis de inovação podem ser divididas em três categorias em PPP standard (Business as usual), Cruz e Sarmiento (2019). PPP standard ou PPP Business as usual - Estas PPP dizem respeito tipicamente à projetos BOT ou concessões, estas normalmente envolvem contratos de longo prazo e dependem no nível de investimento sobretudo do setor privado. As PPP de inovação incremental é atualizar um serviço, manter os modelos de negócio e a estrutura de negócio existentes. As PPP de inovação disruptiva são normalmente ações piloto exploratórias (ainda pouco comuns) que criam melhorias disruptivas ao construir novos modelos de negócios, caso, após o teste piloto este for um sucesso, poderá tornar-se um novo modelo de negócio. A inovação na urbanização e no contexto das PPP torna-se

necessária, com base de que a competitividade e a concorrência entre países tornou-se cada vez mais focada no papel das cidades, Cruz e Sarmiento (2019). Exemplos desta implementação inovadora são, digitalização do nível da infraestrutura, *Building Information Modeling* (BIM), projetos colaborativos, monitorização inteligente, gestão de ativos, portagens eletrónicas, carregadores/corredores elétricos, gestão de tráfego, deteção automática de acidentes, veículos autónomos, portagem em rede, entre outros.

Em termos económico- financeiro, hoje, os bancos de desenvolvimento e os fundos multilaterais de desenvolvimento, condicionam os seus investimentos à reformas dos modelos de PPP e concessões, por exemplo, a nova estratégia do Banco Mundial (2016), reconhece que cidades formam a linha de frente numa campanha global para abordar questões de pobreza e oportunidade de desenvolvimento. Com uma visão de cidades sustentáveis e bem geridas, investe não só financeiramente mas sobretudo, na capacitação do conhecimento urbano através de parcerias públicas e privadas fortalecidas a nível local e internacional.

i) *Smart Cities* - Uma das definições aplicadas para *smart cities* segundo Hayat, (2016), é que são sistemas urbanos inteligentes para apoiar o desenvolvimento das cidades integrado aos níveis socioeconómico e ambiental desde a conceção do seu projeto até à sua exploração ou manutenção, para melhorar a qualidade de vida.

Outra grande referência, com base em ARUP(2014), citado por Cruz e Sarmiento (2019), é a cidade de Shan-ghai que, em 2011, que implementou o plano *Smart Shan-ghai* em diversas áreas como: registos de saúde, rastreabilidade de segurança alimentar, nas faturas eletrónicas de eletricidade, água e gás. Embora o termo *smart city* seja com frequência associado à investimento disruptivo e inovador, isto não é necessariamente um facto, muitas cidades, também realizam investimentos em sistemas de cidade inteligente apenas para melhorar o seu desempenho social, ambiental, sustentabilidade geral e gestão com base na web com participação pública na gestão dos sistemas urbanos. Neste contexto, no Apêndice 8 se resumem alguns dos principais conceitos utilizados para *smart cities*.

1.4 Experiência Internacional - Riscos, Vantagens e Desvantagens das PPP

Risco das PPP - De acordo Pereira M. (2016), o mecanismo central de provisão na década 80-90 foi a produção, manutenção e operação pelo sector público, para colmatar o risco têm-se atualmente envolvido o setor privado nos vários aspetos da criação e operação das infraestruturas, dentro do enquadramento de concessões públicas e das PPP. Apesar disso, as PPP incorrem em risco de

dimensão física, temporal e financeira, segundo Cruz e Sarmiento (2019, p. 201) “...*consiste na probabilidade de o retorno real de um investimento ser diferente do retorno esperado...*”. Ou seja, a sua adoção pode representar, o risco do perigo e/ou da oportunidade.

Por esta razão há a necessidade de repartir o risco ou transferi-lo, conforme cita Guedes (2011, p.1), “*a adoção das Parcerias Público-Privadas justifica-se pelo facto do Estado se deparar com a necessidade de aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos face às reconhecidas limitações orçamentais*”. Isto é, o agente privado entra como *player* responsável de parte ou todo o financiamento, assumindo o risco do projeto. Outro modo de avaliar o risco, é através do VfM, segundo a *European PPP Expertise Centre* (2015) uma abordagem mais financeira, com base na incerteza dos cash flows futuros. . Nesta sequência, para gestão de riscos, a etapas são:

1. Identificação e registo dos riscos do projeto;
2. Avaliação dos riscos;
3. A alocação dos riscos (públicos, privados e partilhados);
4. A criação de uma matriz de riscos;
5. A gestão dos riscos durante a duração do contrato da PPP.

Torna-se necessário o processo de: 1) elaborar o *risk assessment* (análise, identificação, descrição e estimativa), identificação das ameaças e oportunidades, 3) decisão, 4) *risk treatment; report the risk residuals* (que não foram inicialmente considerados) e por último, 5) a monitorização dos referidos riscos. Para maior detalhe sobre os mesmos, remetemos ao Apêndice 3 – que ilustra os principais riscos que podem ocorrer nas diversas fases das PPP.

Vantagens das PPP - De acordo com Franco & Estevão, (2010), as PPP apresentam várias vantagens, entre elas, a redução de custos, a partilha de riscos, na inovação de tecnologia e serviços; bem como, no aumento da eficiência que pode ser alcançada. A importância desta parceria entre o público e o privado é reforçada por diversos autores, que definem que o maior valor, está na associação entre as partes, que segundo Tang *et al.* (2014) uma das principais vantagens é que estas permitem economizar recursos. Em adição a isso, Sousa (2009) reforça esta ideia do privado impactar pela inovação e eficiência e maior experiência, beneficiam em serviços públicos mais satisfatórios para os usuários. Isto inclui também o que Yescombe (2002), refere ser um dos benefícios fundamentais das PPP, traduzindo em custos mais baixos para os serviços prestados ou dos produtos finais para os usuários, aplicando *Project Finance* é maior o efeito de alavanca que permite maior taxa de rentabilidade de capitais próprios.

Desvantagens das PPP - Em relação às desvantagens, diversos autores têm levantado dúvidas sobre a eficiência dos dinheiros públicos (*Value for Money*) assim como sobre a sustentabilidade orçamental dos encargos futuros destes contratos, Correia (2014) e Sarmiento (2015). Para Vale (2009), as PPP não anulam o sistema de contratação pública tradicional, uma vez que só devem ser utilizadas quando traduzem num efetivo *value for money* ao referido projeto, ou seja, os ganhos (financeiros, económicos e sociais) obtidos com uma PPP devem de ser superiores aos que adviriam da mesma contratação nos moldes tradicionais. Segundo Grimsey e Lewis (2005) outra desvantagem que se acentua, é o facto de não se incluir o investimento realizado nas PPP nas contas públicas, uma vez que, as PPP não têm impacto na despesa pública e no défice durante a fase de investimento, apenas pagamentos futuros do governo às PPP na vigência do contrato, serão contabilizado no orçamento público.

1.5 A Conjuntura Atual das PPP em Angola

A nível de PPP no País, está-se a dar os primeiros passos, conforme se regista nos diversos fóruns organizados recentemente (vide Anexos 1-5), a título de exemplo, a 4ª edição do Fórum do Mercado de Capitais FMC (2021), realizada no dia 26 de Maio, sob o tema "As Parcerias Público-Privadas e o Mercado de Capitais", visou reunir entidades, gestores e académicos, num amplo debate sobre o estado da arte das PPPs. Onde o Secretário de Estado para a Economia, Dr. Mário Caetano João, destacou a diferença entre a necessidade de financiamento das infraestruturas e as disponibilidades financeiras em Angola ser cerca de 30%. Pelo que, neste tema em particular, iremos abordar os 2 grandes marcos para as PPP que são:

- i) Legislação atual para as PPP em Angola Leis 11/19 e 41/20
- ii) Plano Operacional das PPP 2021

i) Legislação atual para as PPP em Angola Leis N° 11/19 e 41/20

Conforme refere Feijó (2020), autor da primeira iniciativa legal com a finalidade de consagrar o regime geral das PPP em Angola, através do Projeto de Decreto-Lei relativo ao regime jurídico das PPP.), a contratação de uma PPP segue o regime procedimental de contratação previsto na Lei dos Contratos Públicos com as especificidades previstas na LPPP. O mesmo referem os autores em anterior publicação, Feijó e Paca (2017) relativamente à Lei das PPP.

Com referência ao atual regime aplicável às parcerias público-privadas em Angola aprovado pelas Leis n.º 11/19, de 14 de Maio e Lei n.º 41/20 de 23 de Dezembro (designada adiante LPPP), vem substituir a anterior Lei n.º 2/11, de 14 de Janeiro, onde foram reconhecidas necessárias alterações

legislativas para que, as parcerias público-privadas (PPP) fossem revitalizadas enquanto instrumento para alavancar o investimento. Segundo Feijó (2020), a nova LPPP em vigor, estabelece seis princípios orientadores, que devem nortear os contratos e o exercício da atividade em regime de PPP:

- a) *“Eficiência no cumprimento das missões do Estado e no emprego dos recursos públicos;*
- b) *Respeito pelos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;*
- c) *Responsabilidade orçamental na celebração e execução das parcerias;*
- d) *Transparência nos procedimentos e nas decisões;*
- e) *Repartição do risco de acordo com a capacidade das partes em geri-los de modo mais eficiente;*
- f) *Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconómicas do projeto de PPP.”*

ii) Plano Operacional de Estruturação de Parcerias Público-Privadas 2021

Com o intuito de preparar e coordenar a implementação dos projetos de investimento em PPP assentes em fortes fundamentos de racionalização socioeconómica, foi criado a 15 de setembro de 2020, o Plano Operacional de Estruturação de Parcerias Público-Privadas até dezembro de 2021, o mesmo foi lançado pelo Ministério da Economia e Planeamento, com a lista Indicativa de Projetos que serão estruturados na Modalidade de PPP. Da lista de potenciais projetos de PPP, composta por 41 projetos, destaca-se aqui o extrato das PPP a implementar em Luanda, constituindo um total de 8 projetos, com impacto no desenvolvimento do setor urbano da cidade.

1. Construção e Exploração da Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos do Mulenvos - Gestão e Exploração de depósito de lixo e uma gestão virada para a reciclagem - DBFOM (Conceção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção);

2. Construção e Exploração da Unidade do Polo de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo - Construção do polo administrativo associado à gestão da infraestruturção e investimento privado no Polo de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo - DBFOM (Conceção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção);

3. Gestão e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Águas de Luanda - Operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de toda a Província de Luanda - OM (Operação e Manutenção);

4. Reestruturação, Apetrechamento e Gestão do Centro de Estágio Desportivo ZEE - Reabilitação, Gestão e Exploração - ROT (Reabilitar, Operar e Transferir);

5. Construção da Nova Ponte sobre o Rio Kwanza - Construção, Operação e Manutenção da Nova Ponte sobre o Rio Kwanza - BOT (Construção, Operação e Transferência);

6- Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Barra do Kwanza – Projeto, Obra, Operação e Manutenção de Sistemas de Portagens - DBFOM (Conceção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção);

7. Reativação da Central de Emulsão Betuminosa de Luanda - Renovação, Manutenção e Operação da Central de Emulsão Betuminosa - ROT (Reabilitar, Operar e Transferir);

8. Construção e Exploração do Metro de Superfície de Luanda - Construção de uma rede ferroviária ligeira de superfície - DBFOM (Conceção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção).

Tendo em conta o cronograma apresentado para Estruturação das PPP até dezembro de 2021, prevê-se as seguintes fases a saber: preparação Prévia; 1- Projetos de PPP; 2- Lançamento do Concurso Público, Negociação e Adjudicação; 3- Fase de Gestão do Projeto. (Para mais pormenores destacamos o referido programa no Anexo 3).

Capítulo II. Desenvolvimento Urbano das Cidades

O planeamento e desenvolvimento urbano das cidades é influenciado por diversos fatores, segundo Castro e Reschilian (2020), fatores como, processos de migração, sistema político e económico, setor financeiro, indústria, comércio e serviços, valor e uso do solo urbano, interesse e necessidades dos utentes, meios de transporte existente e o sistema para a regulação do trânsito, entre outros. Neste capítulo, com base nos objetivos preconizados para o estudo, irão ser abordados os temas:

2.1 Origem do Desenvolvimento Urbano

2.2 O Panorama das Principais Cidades Africanas

2.3 O Desenvolvimento Urbano da Cidade de Luanda

2.1 Origem do Desenvolvimento Urbano

Historicamente, mediante diversos autores, tais como Gardiner (2004) ou Carmona (2006), a evolução Urbana ocorreu ao longo da história com diversas regulamentações como exemplo, o uso

de códigos que podem ser identificados até à época romana, ou por meio da referência de Vitruvius, em que as suas obras englobaram questões como o layout das cidades, incluindo a escolha de um local saudável, construção de muralhas, orientação e edifícios públicos e privados. Na segunda metade do século XX o planeamento e desenvolvimento urbano foi palco de conceções opostas acerca do papel interventivo do Estado, Ascher (1991). Ao urbanismo *planificador e voluntarista* associam-se teorias *fordistas* e *tayloristas* e portanto racionalistas, como base num Estado provedor, que na altura justificavam um forte investimento público em infra-estruturas e equipamentos, assentes em princípios com bases *keynesianas*.

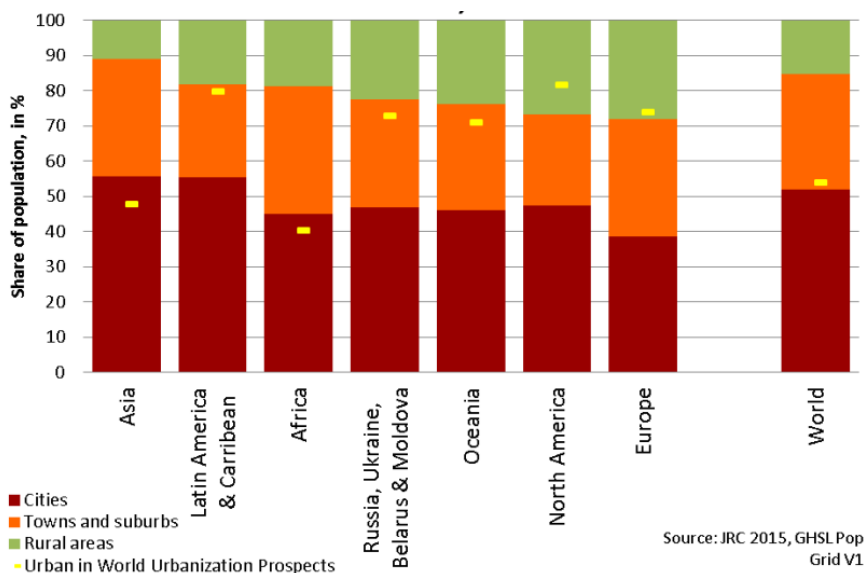
No entanto, nas décadas 60-70, assistiu-se a um *market-led planning* e passou-se ao inverso, com o neoliberalismo, a reintrodução de políticas liberais no âmbito do planeamento urbano, a presença do Estado diminui forçosamente mediante a desregulamentação do Desenvolvimento Urbanístico, chegando em alguns Países a atingir o grau da não planificação. Nos países em que se atingiu maior recuo do setor público perante o privado, como o Reino Unido, foi o próprio setor privado que pediu ao público que procedesse à gestão estratégica do mercado – políticas estratégicas claras mas com alguma flexibilidade (Healey, 1993). No entanto, no Reino Unido, concluíram que o planeamento urbano deveria ser fundamentado nos *development plans* (empreendimentos com base no empreendedorismo), pois oferecia maior flexibilidade para cada situação, tais como a necessidade de celeridade nas tomadas de decisão, uma vez que quando centralizada se mostrava demasiado rígida e facilmente provocava um fenómeno definido como antidesenvolvimento.

Este conceito tem sido aplicado até hoje, conforme nos ilustra Pisano (2018), em decorrência do o urbanismo contemporâneo tem-se afastado lentamente da premissa de administrar a forma da cidade e desempenhos por meio de modelos pré-determinados como os planos diretores e padrões rígidos de desenvolvimento urbano per si. Para Durantou e Venables (2018), hoje, o planeamento e o conseqüente desenvolvimento urbano estão mais co-dependentes de fatores financeiros, onde o planeamento do uso do solo é baseado no investimento estratégico (energia, infraestrutura, transporte, abastecimento de água e saneamento). Neste mesmo conceito, os estudos de White e Wahba (2019) sublinham a necessidade de investimento privado para preencher a lacuna de financiamento em infraestrutura urbana e, demonstraram que os orçamentos públicos perante os cenários de crise dos últimos anos, ficam aquém do que é necessário para a crescente evolução urbana.

2.2 O Panorama da Principais Cidades no Mundo

Para uma visão mais abrangente da problemática urbana que vive a Cidade de Luanda torna-se relevante ter uma breve visão sobre o estado e a evolução do desenvolvimento de África em relação às várias cidades de países mais desenvolvidos ao redor do mundo. Do mesmo modo, Healey (1998), refere que os países com maior recuo do setor público perante o privado, foi o Reino Unido, onde foi o próprio setor privado solicitou ao Estado que procedesse à gestão estratégica do mercado, com políticas mais flexíveis. Assim pode-se concluir que, planejar empreendimentos urbanos com base nos “*development plans*” liderado pelo setor privado (empreendedorismo), revela-se mais adequado ao ritmo das crescentes necessidades de desenvolvimento urbano. Comparando com outras cidades no mundo, podemos observar que em Africa o processo de urbanização ainda está abaixo dos 50%.

Figura 3.2 – O Panorama da Urbanização por Continentes (2015)



Fonte: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/cities-report/cityreport_pres.pdf

No entanto, o processo de urbanização em Africa, Segundo Tettey (2005, p. 8) não é tão linear:

“...Os processos de urbanização em África, têm ocorrido de forma diferente em relação ao que aconteceu por exemplo com a Revolução Industrial na Europa durante o século XVIII e a Industrialização da América a partir de meados do século XIX, factor que proporcionou a rápida urbanização nessas regiões...”

Nesta época da revolução industrial, foram primeiramente criadas as condições urbanas para que a população se mudasse das áreas rurais para as áreas urbanas, uma vez que os empregos nas fábricas tinham a promessa de um aumento de renda das populações.

No entanto, em África o processo não foi assim. Segundo Medeiros (2006), África vive um processo de urbanização iniciado na década de 1950. Nesta altura, os fatores determinantes, foram o término da Segunda Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim, em 1989, o consumo de matérias-primas e de combustíveis fósseis aumentou e o continente passou a exportá-los. A infraestrutura criada para suprir essa demanda e escoar os produtos concentrava-se nas maiores cidades e, naquela época, ainda era bastante precária. Nas décadas seguintes, diversos países conquistaram a sua independência que resultou no crescimento de muitas regiões. As cidades tornaram-se locais do novo modelo capitalista e com a posterior globalização, as cidades africanas passaram a desenvolver-se cada vez mais; a população rural começou a migrar em busca de melhores oportunidades de emprego e ascensão social.

Podemos ainda acrescentar que, “...o crescimento urbano, que foi condição e fator de progresso e desenvolvimento económico e social, ocorreu em paralelo com a emergência de fenómenos de desorganização social, carência habitacional e más condições de vida e com uma profunda transformação das paisagens rurais e urbanas...” (Fadigas, 2010, p. 52). O que significa, que perante a falta de uma política de retenção agrária ou rural eficaz, até hoje a população foge do campo para a cidade, no entanto, as atuais infraestruturas urbanas das cidades, não têm capacidade para albergar o crescente número de população que ali se instala. As cidades com maiores áreas urbanas em África apresentam problemáticas urbanas segundo dados da United Nations (2014), as maiores aglomerações urbanas do continente africano são, respetivamente, os entornos das seguintes cidades:

- Cairo (Egipto), com 18 milhões de pessoas;
- Lagos (Nigéria), com 12 milhões;
- Kinshasa (República Democrática do Congo), com 11 milhões;
- Joanesburgo (África do Sul), com 9 milhões de pessoas;
- Luanda (Angola), com 7 milhões de pessoas.

Conforme cita Medeiros (2006), em Africa, todas essas cidades apresentam em média, mais de 70% de suas populações urbanas concentradas em guetos ou áreas irregulares ou marginalizadas. Com a agravante de que, segundo o FAO (2013), cerca de 43% dos habitantes urbanos da África Subsaariana são pobres e sobrevivem com menos de 1 dólar por dia.

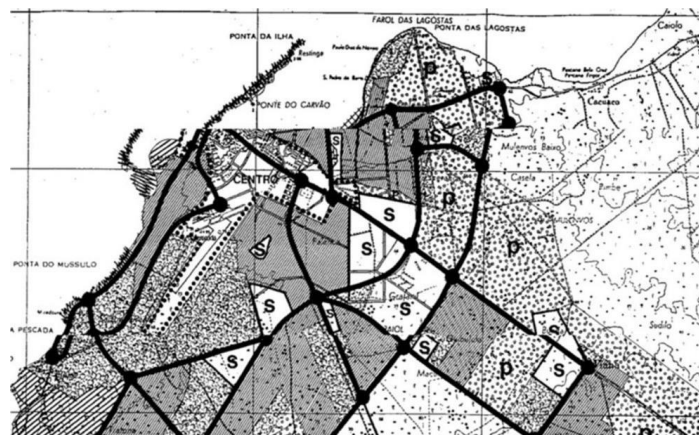
É, portanto, visível, que algo se está a perder definitivamente neste processo de urbanização acelerada, um exemplo desta perda, traduz-se nas selvas de betão e asfalto construídas, ignorando os espaços públicos necessários. Conforme publicação da UN-HABITAT (2014), as cidades enfrentam problemas tais como, desigualdades Urbanas através da disponibilização de espaços públicos inclusivos e seguros. Por um lado, nos países mais desenvolvidos da Europa, da Ásia e da América, os espaços públicos traduzem-se num parque ou uma praça. Já em África, pela sua escassez, são as vias públicas quase que exclusivamente os únicos espaços públicos, que os habitantes possuem ao seu redor, e utilizam-nos como área de lazer, local de comércio, ou seja, as pessoas fazem grande parte das suas vidas nas ruas.

Em suma, com base no *Urban Development Overview* (2020), hoje, cerca de 55% da população mundial – 4,2 bilhões de habitantes – vive em cidades. Espera-se que essa tendência continue. Até 2050, com a população urbana mais do que dobrando seu tamanho atual, cerca de 7 em cada 10 pessoas no mundo viverão em cidades, tendo em mente que nas cidades mais desenvolvidas, mais de 80% do PIB global é gerado nas cidades, como se pode observar, hoje em dia, em todo o mundo, quando o Estado necessita de desenvolver infraestruturas, recorre à experiência e, sobretudo, ao financiamento de parceiros privados conforme referem Miranda, Sarmiento & Renneboog (2016).

2.3 O Desenvolvimento Urbano da Cidade de Luanda

Segundo Bettencourt (2011). a cidade de Luanda antes do ano de 1940, cresceu espontaneamente sem obedecer a nenhum plano urbano, e somente após o ano de 1942 iniciou o processo de crescimento urbano, antes da independência foram previstos seis planos territoriais à nível provincial, embora somente um foi aprovado o de 1979, conforme Figura 2.3 de Castro & Reschilian (2020), marcando uma nova era da cidade planeada com base nos planos territoriais.

Figura 4.3 – Plano de urbanização de Luanda, 1979



Fonte: Castro & Reschilian (2020, p. 855)

Luanda Com base nos relatórios da Human Rights Watch e SOS HABITAT (2007), o fluxo de pessoas, conjugado com uma alta taxa de natalidade, favoreceu um rápido crescimento da população urbana, particularmente em Luanda, onde o número de habitantes da cidade cresceu de menos de 500.000 em 1940 para 750.000, no final da década de 1970 e superior três milhões no ano de 2000. Esta crescente procura de terrenos e habitações em Luanda na década de 1990, facilitou a proliferação dos bairros periféricos ou peri-urbanos os tão famosos *Musseques*.

Hoje, Luanda é a cidade capital da República de Angola e de acordo o INE (2014), tem uma população superior a 6,5 milhões de habitantes. Nos dias de hoje, a cidade capital confronta-se com um legado de problemas urbanísticos profundos, que advêm dos 27 anos de Conflito iniciados na década de 1970. Naquela época, Luanda foi concebida para atender às necessidades de 500.000 utentes, o que constitui hoje uma sobrecarga para as suas infraestruturas e estruturas de habitação, transportes, serviços essenciais, saúde, estabelecimentos de ensino, entre outros. (Anexo 10 – Registo fotográfico das principais problemáticas da cidade).

Crescimento da densidade populacional – O crescimento vertiginoso do índice de densidade populacional não só pelo aumento da população nacional projetada de 29.250,009 em 2018 (INE, 2018) para cerca de 12 milhões em 2030 para Luanda, IPGUL (2015).

População - De acordo com os Resultados Definitivos do Censo (2014, p. 27), a população em Luanda, à data do momento censitário, 16 de Maio de 2014, é de 6 945 386 pessoas.

Proliferação dos Musseques – Cerca de 70,9% da população vive em casas construídas com materiais inadequados INE (2014). Residem na área urbana 97% e na área rural 3%, esta concentração, em vez de estimular a construção de novas cidades e a expansão das já existentes, resultou num crescimento desordenado dos bairros informais, designados *musseques*.

A baixa qualidade de vida nas áreas periurbanas - é geralmente muito baixa, e os habitantes desses bairros enfrentam grandes dificuldades no acesso aos serviços básicos, como o acesso a água, o saneamento básico ou eletricidade. Segundo o estudo de Robson e Roque (2001: 11). Nos últimos anos houve algumas tentativas de canalizar investimentos sociais para as zonas periurbanas, sobretudo em áreas mais remotas do centro da cidade de maior densidade populacional, com base no *DevelopmentWorkshop* DW, (2002).

Multiplicidade de Instituições atuantes no sector Urbanização - Entre elas, destacam-se, o Ministério das Obras Públicas, Ministério da Construção e Habitação, Ministério do Urbanismo, Gabinete de Reconstrução Nacional; bem como uma pluralidade de direções ministeriais (serviços

executivos), como a Direção do Ordenamento do Território, existente nos Ministérios do Urbanismo, no Ministério do Planeamento e no Ministério da Administração do Território. Para além destas instituições, ainda se acrescem os ministérios e direções, foram também criadas comissões interministeriais, gabinetes ou instituições entre elas, o Fundo de Fomento Habitacional, a SONIP e a Imogestin, que também atuaram na área de construção e habitação na qualidade de instituições empresariais públicas mandatadas para o efeito.

Deficit de transporte Público e Alternativo – O déficit de transportes públicos ou alternativos, situação sufocou a capital as questões urbanísticas, de redes viárias quer seja na sua oferta, frequência regular e distribuição ordenada. (PDGML)

E assim, observa-se que a tradição do uso das PPP no setor de construção e gestão infraestruturas vem de longa data. No entanto, em Angola, com base nos estudos de Bettencourt (2011), Cain (2014) e Adelekan *et al.* (2015), em matéria de urbanismo, regista-se ainda um peso notável da máquina do Estado. De onde se conclui pertinente, estudar a presente problemática de forma particular com PPP lucrativas tanto a nível financeiro, quanto social. Problemática esta que se prevê colmatar com o novo PDGML, que nos propusemos analisar neste estudo, no que tange, a formas de criar uma cidade sustentável e com corredores de desenvolvimento para um futuro mais empreendedor entre o Estado e o setor Privado.

Capítulo III. Empreendedorismo

No presente capítulo é efetuada uma reflexão sobre o conceito de empreendedorismo baseado na literatura existente sobre o tema, sendo realçada a importância deste fenómeno no contexto das PPP, sob os temas seguintes:

3.1 Origem e Definições de Empreendedorismo

3.2 Estratégias de Empreendedorismo no Desenvolvimento Urbano

3.3 O Empreendedorismo e o Contexto do Desenvolvimento Urbano de Luanda

3.1 Origem e Definições de Empreendedorismo

Desde o início dos tempos que o espírito empreendedor contribui para transformar o mundo, até quando se descobriu o fogo, houve quem perante uma força assustadora encarasse aquele fenómeno como uma oportunidade, para melhorar as condições de vida da sociedade local, ou seja, para “*Empreender*” Esteves, (2015). No final da década de oitenta, século XX, Marco Polo foi considerado um exemplo inicial de empreendedor, quando tentou estabelecer as rotas comerciais

para extremo oriente, como empreendedor, este assinou um contrato com o detentor de capital de risco para vender as suas mercadorias, enquanto o comerciante aventureiro assumia o papel ativo no negócio, Dornelas (2005).

No que concerne ao termo “*empreendedorismo*”, França foi o primeiro País a adotar o termo, o qual deriva do francês «*entre*» e «*prende*» que significa “...*estar no mercado, entre o fornecedor e o consumidor...*” Sarkar, (2010), citado por Testas (2013, p. 9). No entanto, em 1725, Cantillon, economista irlandês, desenvolveu uma das primeiras teorias do empreendedor, o que lhe mereceu, ser considerado por alguns autores, como o criador do termo, Custódio (2011). O empreendedorismo é assim considerado como a forma das organizações fazerem face às mutações económicas, culturais e sociais do mundo contemporâneo, Ferreira, Reis & Serra (2009). Nesta mesma assunção, para Simões e Dominginhos (2006), o empreendedorismo é considerado como vetor decisivo para alcançar objetivos de política económica, o ritmo de crescimento económico ou da competitividade internacional das economias e ao nível de emprego e inovação.

No entanto, há falta de dados sobre o tema nos Países mais subdesenvolvidos, Segundo Azmat e Samaratunge (2009), os primeiros empreendedores tornaram-se conhecidos em vários países, principalmente, os mais desenvolvidos, em decorrência de condições que foram favoráveis ao desenvolvimento das atividades. É, pois, pertinente referir as premissas de Naudé (2007, p. 12) que refere que “...*é necessária mais pesquisa em Empreendedorismo em Estados pós-conflito para ultrapassar a atual lacuna de dados, que restringe o desenho de políticas...*”. No contexto da globalização, tem-se assistido a uma elevada transformação na economia e na gestão de crescimento na investigação que associa os elevados níveis de empreendedorismo ao alto índice de crescimento económico, é pertinente perceber que o mesmo se aplica às PPP para urbanização.

O empreendedorismo surge numa multiplicidade de formatos e diversidade dos objetivos, não se cingindo apenas ao lucro. De acordo com Simões e Dominginhos (2006, p. 58), estes formatos de empreendedorismo “...*estão presentes na política ou na educação, na saúde, urbanização, ou no desporto, na música ou no serviço social...*”. Alguns dos principais aqui referidos: o empreendedorismo social, o intra empreendedorismo e o empreendedorismo público.

No domínio social, Costa (2008) caracterizou o empreendedorismo social como sendo sem fins lucrativos, mas para atingir novos resultados e melhorar as condições da sociedade. Perante Azevedo *et al.* (2010, p. 43), as organizações sem fins lucrativos têm ainda outras funções, uma delas é a função de inovação, “...*as organizações sem fins lucrativos, embora possam gerar lucro, não têm a imposição de ter lucro para garantir a sua existência, por essa razão, poderão arriscar,*

investir em novas ideias, novos serviços, novas abordagens...”. Com relação ao empreendedorismo interno ou intra empreendedorismo, o autor Martins, J. (2017) define-o quando os próprios colaboradores, que apresentam ideias, inovações, novos produtos ou serviços, ajudando a empresa ou instituição a prosperar e se posicionar no mercado. Ou seja, atos de coragem individuais ou de equipas de tomar iniciativas, independentemente do risco, motivadas pelo desejo de criar oportunidades de negócios ou melhoria contínua das organizações. Já o empreendedorismo público, segundo Costa (2008) reporta-se às organizações públicas, empresas do Estado que se adaptam e conseguem alterar as organizações para melhorar e inovar os serviços. Por fim, deixamos aqui trechos das reflexões de Martins (2017), que refere, que nos últimos anos, que as crises devastam as empresas e fustigam a economia, o empreendedorismo é visto como um promotor do desenvolvimento económico nacional e do sucesso pessoal para o indivíduo se pode tornar empreendedor, gerar riqueza para si, para as organizações e para o País.

3.2 Estratégias de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Urbano

Na década de 70, a correspondência nas políticas urbanas e no próprio urbanismo, é designada por Harvey (1996) como sendo políticas de gerenciamento, empreendedorismo ou de empresariamento urbano. A formação de alianças direcionadas ao desenvolvimento económico das cidades, tem a finalidade de atrair fontes externas de financiamento, ou novas fontes geradoras de emprego de formas a desenvolver e tornar as cidades mais atrativas ao investimento nas várias áreas do empreendedorismo. Nesta sequência de processos sociais, para Harvey (1996), esta gestão administrativa do novo “*empresariamento*” ou *empreendedorismo* tem como característica central as “parcerias público-privadas”. Para o setor urbano são reconhecidas algumas estratégias baseadas em vários autores, estas visam auxiliar o processo de aceleração e modo de governança administrativa das cidades, de formas a se atingir o grande objetivo de tornar as cidades mais prósperas com base no fomento do empreendedorismo. Com base em Harvey (1996) e Botelho (2004), entende-se que a cidade do futuro seja uma cidade com funções de comando e de controlo, pelo que, se apresenta as estratégias urbanas através do empreendedorismo:

Primeira estratégia - Consiste em explorar as vantagens específicas para a produção de bens e serviços, ou vantagens dos recursos, ou da localização, vantagens são criadas a partir da estruturação das infraestruturas necessárias para explorá-la, pode ser criado pelo público/privado.

Segunda estratégia – Refere-se à transformar a cidade através da inovação, num lugar excitante e seguro para se viver, acabando por atrair pessoas aos locais históricos, culturais, turísticos e para

outras atratividades típicas (festas locais, pontos de atração turística ou cultural). Estas são promovidas pelos poderes públicos e privados como “cartões de visita” no conceito *City Marketing*, de forma a atrair os potenciais investidores e turistas e promoção da cidade almejando albergar eventos internacionais (Jogos Olímpicos, Congressos, Festivais e Feiras de Tecnologia).

Terceira Estratégia - Transformar a cidade num local de controlo, comando de operações do governo, de centralização financeira. As cidades assumem esta estratégia, para se tornar referência como Cidades Globais ou Mundiais (Vale do Silício, Londres, Changai e Nova York por exemplo, são cidades que difundem progresso tecnológico e concentram importantes mercados financeiros).

A quarta Estratégia - A quarta e última estratégia é gerada pela eficácia de acumulação de capital devido à administração urbana pelos interesses dos locais e os Países tidos anteriormente como subdesenvolvidos e hoje referidos como países em vias de desenvolvimento. Corroboram igualmente com este conceito, autores como Ferreira, Santos & Serra (2010), que consideram que, os Países que mais se desenvolvem são os que fomentam a relação do progresso económico e empreendedorismo e infraestruturas sociais. De los Ríos-Carmenado *et al.* (2016), referem o segredo das PPP para o empreendedorismo rural na periferia de Madrid, a gestão com o modelo *Working With People* (WWP), conhecida modelo de gestão de PPP para o empreendedorismo.

3.3 O Empreendedorismo e o Desenvolvimento Urbano de Luanda

Conforme refere Rocha (2014), após a independência, o Estado adotou-se um Sistema Económico de Direção Central planificada, sendo que, todos os setores de atividade económica ficavam sob alçada direta do Governo/Estado. Este foi possivelmente um modelo de gestão que não permitiu uma maior dinâmica do desenvolvimento da urbanização da cidade, à velocidade do seu crescimento vertiginoso, uma vez que, se debatia com a movimentação da população deslocada de guerra, associado ao alto índice de natalidade e à construção desordenada de musseques periurbanos. Com base no relatório do INE (2014), Luanda, é considerada a cidade mais populosa de Angola, representando cerca de um quarto da população do País (27%) neste período.

Ou seja, no passado o privado não era parte atuante do processo como empreendedor, apenas como prestador de serviço, nem sempre esteve presente nas várias iniciativas, desenho dos planos de ordenamento do território, nem como parceiro dianteiro nas estratégias de desenvolvimento urbano. No entanto, a atual recessão global conduziu a um abrandamento deste crescimento económico, acompanhada da contração do PIB, para além da elaboração de processo muito complexa da estrutura em associação com os vários planos de organização do território, segundo

Bettencourt (2011), os planos de desenvolvimento urbano desenvolvidos após a independência na época de 1975, não surtiram os efeitos desejados, nem tiveram plena aplicabilidade.

Adicionalmente, regista-se a necessidade que alia o crescimento urbano ao crescimento do poder económico e empreendedorismo das populações. De acordo com Ramalho (2016), a ideia de um plano empreendedor para a requalificação de Angola é perceber primeiramente porque as pessoas escolhem viver num local em vez de outro, já que está presente uma racionalidade quando as pessoas se localizam num determinado território e para as que são carentes do ponto de vista económico. Neste contexto, é necessário igualmente, repensar para Luanda, os pressupostos de uma das quatro estratégias, ou ainda uma combinação de estratégias a adotar, com base nalguns aspetos fundamentais, tais como a valorização da área através de mecanismos de dinamização económico-social, para uma melhor qualidade de vida das populações; identificar as áreas de intervenção prioritárias; construção e recuperação de equipamentos ou infraestruturas e espaços públicos para atração de investidores e turistas, refletindo assim o fomento do empreendedorismo na requalificação urbana.

Hoje, a realidade é diferente, uma das premissas da AEA (Associação de Empreendedores de Angola) é que visam contribuir para o fomento do empreendedorismo, bem como incentivam à informação e troca de experiências entre organizações e associações públicas e privadas a nível local na sociedade angolana e/ou internacionalmente, pugnem pela busca dos mais nobres interesses da defesa e dos empreendedores. (Fonte: AEA <http://empreendedoresangola.org/>) Esta classe tem voz e espaço, foi consultada no equalizado Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 GEM (2013). E hoje os parceiros privados, configuram-se como principais atores e na Urbanização de Luanda em particular, foi projetada como polo económico e o centro do planeamento territorial. Tendo-se tornado a principal subunidade de planeamento de Angola de acordo com Caldeira (2017).

Neste contexto, a quando da conferência que decorreu em Luanda, aos 28/06/2017 sob o lema Prevenção, Proteção e Promoção, visa a defesa e promoção das causas sociais, em prol dos indivíduos, dos cidadãos e famílias vulneráveis, dividida em quatro painéis - Realidade Social da Província de Luanda; Descentralização e Municipalização; Ação Social e Desenvolvimento, assim como Solidariedade e Ação Social, na altura ministro, Sua Excia. Sr. Gonçalves Muandumba, referiu no seu discurso de abertura que, em Luanda, como em todas as capitais dos grandes centros urbanos, tudo se verifica com maior intensidade, inclusive os problemas e fenómenos sociais com que se confronta a população mais vulnerável e na ocasião reforçou o potencial atuante das próprias comunidades e do emergente empreendedorismo para reverter o quadro menos positivo da cidade.

PARTE 2 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Capítulo IV – Metodologia da Investigação

Após a revisão bibliográfica realizada na Parte I de enquadramento teórico, passamos ao enquadramento metodológico, sendo que entende-se por metodologia a operacionalização do estudo, sendo uma explicação rigorosa de todos os fatores utilizados no desenvolvimento em um alargado trabalho de investigação de Schick-Makaroff *et al.*, (2016). Com essa base, neste capítulo iremos abordar os temas seguintes:

4.1 Tipo de Estudo e Desenho de investigação

4.2 Variáveis e Hipóteses de Investigação

4.3 Metodologia de Pesquisa

4.3.1 Abordagem Quantitativa

4.3.2 Abordagem Qualitativa

4.4 Definição da População Alvo e Amostra

4.5 Instrumentos de Recolha de Dados

4.5.1 Recolha por Questionário

4.5.2 Recolha por Entrevistas

4.6 Análise dos Dados

4.6.1 Análise estatística

4.6.2 Análise de conteúdo

4.1 Tipo de Estudo e Desenho de Investigação

Segundo Ribas (2018), a escolha do tipo de método é essencial ao investigador para realizar um trabalho de investigação. Este Estudo de Caso, de natureza exploratória e descritiva, tendo em conta a problemática associada, as abordagens são hipotético-dedutivas; i.e., partimos da teoria e de hipóteses de investigação pré-existentes, a serem confirmadas ou infirmadas pelos resultados obtidos e de acordo com as características dos dados, seguiram-se às análises. Recorreu-se à uma metodologia mista de investigação, com base na teoria quantitativa e qualitativa de análise dos dados e conteúdos. Embora as duas perspetivas tenham uma natureza diferenciada, há autores tais como, Serrano (2004) e Denzin & Lincoln (2006), que sugerem a combinação de ambas no sentido de triangular a informação para a complementaridade do estudo. Organiza-se a triangulação dos métodos utilizados da seguinte forma:

Figura 4.1 – Fluxograma de Triangulação dos Métodos de Estudo

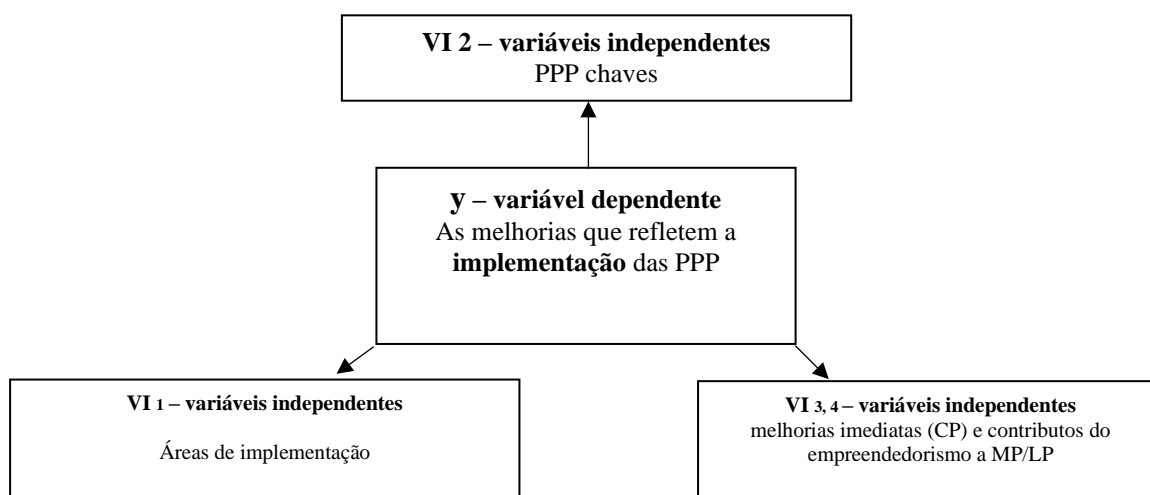


Fonte: Própria da autora

4.2 Variáveis e Hipóteses de Investigação

Na sequência do desenho de análise apresentado, são definidas as Variáveis Independentes e Dependentes da investigação em causa. Em conformidade com Sousa (2005), toda a investigação tem por objetivo chegar à variável dependente e as independentes são todas aquelas que não são influenciáveis pela investigação.

Figura 4.2 – Figura: Esquematização das variáveis



Fonte: Própria da autora

Para confirmar e avaliar os objetivos implícitos nas variáveis de estudo efetuaram-se as seguintes hipóteses de investigação que sintetizamos conforme o quadro 4.3.

Quadro 4.2 - Síntese: das Variáveis e Hipóteses

<p>Tema: As Parcerias Público Privadas na Urbanização (PPP)</p> <p>Subtema: Estudo de Caso a Cidade de Luanda</p>			
<p>Objeto de Estudo: O objeto de Estudo centra-se nas PPP aliadas ao empreendedorismo e suas melhorias na urbanização da cidade de Luanda.</p> <p>Objetivo geral: Averiguar se as PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade.</p> <p>Questão de Partida : Em que medida as PPP associadas ao empreendedorismo acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda ?</p>			
<p>OE 1 - Elencar as áreas da cidade onde o planeamento é mais urgente;</p>	<p>OE 2 - Identificar que PPP são consideradas chaves na urbanização;</p>	<p>OE 3- Reconhecer as melhorias imediatas na vida urbana, económica e social da cidade;</p>	<p>OE 4 - Apresentar os contributos que advêm do empreendedorismo nas PPP;</p>
<p>Variável VI 1 Áreas de implementação</p>	<p>Variável VI 2 PPP chave</p>	<p>Variável VI 3 Melhorias imediatas a CP</p>	<p>Variável VI 4 Contributos do empreendedorismo a MP/LP</p>
<p>OE – objetivo específico / VI – Variável Independente / VD – Variável Dependente / H – Hipótese</p>			
<p>Variável Dependente VD : As melhorias que refletem a implementação das PPP no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda.</p>			
<p>Hipóteses de Investigação:</p> <p>H1- As PPP constituem um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade de Luanda;</p> <p>H2- Existem PPP consideradas chaves na urbanização prioritária de determinadas áreas da cidade;</p> <p>H3 – A implementação das PPP geram melhorias imediatas (a Curto Prazo) na vida urbana, económica e social da cidade;</p> <p>H4 – O empreendedorismo aliado às PPP na urbanização da cidade, fomenta contributos significativos a nível económico-social para a população a Médio Prazo e Longo Prazo.</p>		<p>Estado das Hipóteses:</p> <p>H1 – Confirmada</p> <p>H2 – Confirmada</p> <p>H3 – Confirmada</p> <p>H4 - Confirmada</p>	

Fonte: Própria da autora

4.3 Metodologia de Pesquisa

De acordo com Carmo e Ferreira (2015), podemos classificar a metodologia segundo os objetivos e segundo a abordagem do problema; quanto aos objetivos foi efetuada uma abordagem descritiva. E com referência ao critério da abordagem do problema, classificamo-la como pesquisa mista, uma vez que utiliza ambas, pesquisa qualitativa e quantitativa.

4.3.1 Abordagem Quantitativa

A recolha de dados no conceito de Prodanov e Freitas, (2013, p. 97), “...é a fase da pesquisa em que reunimos dados através de técnicas específicas...”. Para o efeito, recorreu-se ao inquérito por questionário, a escolha desta técnica deveu-se às vantagens que esta acrescenta na eficácia da abordagem mais direta dos resultados estatísticos da pesquisa, bem como:

- a) Garante o anonimato dos entrevistados;
- b) Possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo eletronicamente ou por correio;
- b) Implica menores gastos;
- d) Permite que se responda quando julgar ser mais conveniente;
- e) Não expõe os pesquisados à influência das opiniões do entrevistador, etc outras vantagens.

4.3.2 Abordagem Qualitativa

Para Merriam (1988), nas metodologias qualitativas, os intervenientes da investigação não são reduzidos a variáveis isoladas, mas considerados como um todo no seu contexto. Na presente investigação, que decorreu em Luanda - Angola, foram entrevistados 11 participantes, sob anonimato e codificadas as respetivas respostas.

Quadro 4.3- Síntese dos Entrevistados

REF#	NOME DO ENTREVISTADO	FORMAÇÃO	CARGO
1	ENTREVISTADO - E1	Superior e Pós Graduação	Director Geral de Imobiliária
2	ENTREVISTADO - E2	Doutorado	Professor Catedrático de Direito e da lei PPP
3	ENTREVISTADO - E3	Superior	Director da Zona Economica Especial Luanda/Bengo em PPP
4	ENTREVISTADO - E4	Superior	Administrador do Município de Talatona
5	ENTREVISTADO - E5	Superior	Director do Gab. de Estudos, Planeamento e Estatística
6	ENTREVISTADO - E6	Superior	Docente Universitário e Gerente de construção
7	ENTREVISTADO - E7	Superior	Docente Universitário e Vice Governador Provincial
8	ENTREVISTADO - E8	Doutorado	Director Geral do Instituto do Planeamento Territorial
9	ENTREVISTADO - E9	Superior	Consultor Economico e Financeiro
10	ENTREVISTADO - E10	Superior	Director Técnico da Spaceproject- Estudos Projectos e Fiscalização
11	ENTREVISTADO - E11	Superior	Director Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo

ENTREVISTADO - E

Fonte: Própria

4.4 Definição da População Alvo e Amostra

Gil (2008) define amostra como o subconjunto do universo, por meio do qual se infere as características dessa população. Prodanov e Freitas (2013, p. 97), acrescentam que “...a pesquisa científica pode buscar a identificação dessas relações por meio do estudo de apenas uma parte dos elementos que formam o universo...”. No presente estudo a amostra é constituída, por 176 elementos que responderam sob a forma de questionário e por 11 que participaram por entrevista.

4.5 Instrumentos de Recolha de Dados

Durante o processo de recolha de dados, foram utilizados dois instrumentos distintos: os questionários e as entrevistas, a sua elaboração teve por base a revisão de literatura como fonte delimitadora da presente investigação.

4.5.1 Recolha por Questionário

Este questionário foi constituído por 18 itens, todas as perguntas eram fechadas e de resposta obrigatória. Como parte integrante do questionário, o bloco A e B, constituem fichas de *compliance* e de dados pessoais. Conforme Reis (2018), as escalas utilizadas foram adaptação de dois tipos de escalas, a escala de Thurstone em “*concordo*” e “*não concordo*” para as perguntas (1, 2 e 3) e a escala Likert, *em cinco proposições (escala de 1 à 5 pontos) correspondentes em:* 1. Totalmente de acordo; 2. De acordo; 3. Indiferente; 4. Em desacordo; 5. Totalmente em desacordo, para as perguntas (15, 17 e 18). As restantes perguntas (5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 17) de múltipla escolha.

4.5.2 Recolha por Entrevistas

A entrevista é um instrumento de recolha de dados que, “...*adequa-se particularmente à análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados...*” (Quivy & van Campenhoudt, 2005, p. 192). Adicional a este conceito, “*uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas, podendo ser ou não a única estratégia para a recolha de informação...*” (citado por Bogdan & Biklen, 1994, p. 134). Ou seja, é um instrumento pretende obter a informação requerida de forma fluida e fidedigna.

A entrevista semiestruturada foi um dos instrumentos de recolha de dados utilizados nesta investigação junto do público alvo selecionado, as 11 entrevistas realizadas com base num guião e aplicadas com base num protocolo, foram classificadas quanto ao seu objetivo em **entrevistas de estudo** e, pelo grau de diretividade em **semi-estruturadas**. As entrevistas foram administradas ao público alvo num ambiente semi-formal, através da plataforma ZOOM e procurando sempre deixar os inquiridos responderem à vontade. As transcrições foram elaboradas dentro das 48 horas após a sua realização, com o intuito de reduzir as perdas das impressões do investigador. O método de codificação utilizado foi pré-definido com base em Miles e Huberman (1994), e foram construídas grelhas categoriais de análise de conteúdo segundo Bardin (2009).

4.6 Análise dos dados

4.6.1 Análise estatística

Neste estudo o material recolhido ao longo da investigação (notas das dos questionários, entrevistas ou áudios) foi organizado num “dossier eletrónico” que foi submetido à uma análise pormenorizada e indutiva e transcrito para formato digital com o uso das ferramentas Excel e Microsoft Word e os resultados após isto foram numa fase posterior, introduzidos numa plataforma SSPV de análise estatística, para dados dos inquiridos por questionário, recorreu-se à análise estatística, com recurso ao software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 27.0 para Windows.

4.6.2 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo segundo Bardin (2009) define-se como um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos que são verificados com a análise do conteúdo das mensagens dos entrevistados. Procurando verificar o sentido, formular e classificar a informação recolhida. Para procedermos à apresentação do tratamento de dados foram elaborados quadros de categorização das respostas das entrevistas, destacando a apresentação/descrição dos dados, sistematizando a análise do seu conteúdo, criando desta forma as unidades de registo (UR), conforme e (UC) unidades de contexto. (Apêndice 12)

Capítulo V – Estudo de Caso – Apresentação dos Resultados

O objetivo de efetuar este estudo de caso, visa identificar Segundo Reis (2008), “...*estudo de caso é uma forma de se fazer trabalho empírico ao investigar um fenómeno atual dentro do seu conceito atual dentro do contexto real...*”. Segundo a autora, surge a necessidade de recorrer à esta metodologia do desejo de compreender fenómenos sociais complexos, permitindo realizar a investigação de formas a preservar características dentro do contexto real do objeto em estudo como um todo. Para este efeito, a estrutura deste capítulo cingem-se particularmente no temas:

5.1 A Metodologia de Estudo de Caso

5.2 Objeto de Estudo – Cidade de Luanda PPP para sua Urbanização

5.3 Apresentação e Interpretação dos Resultados do Estudo

5.1 A Metodologia de Estudo de Caso

Esta metodologia de investigação na forma de estudo de caso, pode ser classificada como única ou múltipla:

- Única – Aplicável quando representa uma circunstância rara ou exclusiva não existindo muitas situações semelhantes para que sejam feitos estudos comparativos;
- Múltipla – Onde múltiplos estudos são realizados que permitem constatações, cruzamentos de resultados dos casos;

Para estruturar a composição de um estudo de caso, existem várias alternativas:

- Estrutura comparativa – é a que repete o mesmo estudo várias vezes, comparando as explicações alternativas (podendo ser de repetidos de diferentes pontos de vista);
- Estrutura cronológica – aplicável especialmente nos estudos exploratórios, que podem ocorrer em sequências causais linearmente ao longo do período definido para a pesquisa;

Para este estudo de caso em particular, classificamos segundo a metodologia de investigação como sendo estudo único e relativamente à sua composição como sendo de estrutura cronológica.

5.2 Objeto de Estudo - Cidade de Luanda PPP para sua Urbanização

Fundada em 25 de Janeiro de 1576, é a Capital da República de Angola. A Província de Luanda ocupa 18.826 Km². Hoje com a nova divisão política ou administrativa de Luanda, a Província conta com sete (7) Municípios e seis (6) Distritos Urbanos. Entre eles: Município de Luanda, Município de Belas, Município do Cazenga, Município de Viana, Município de Cacuaco, Município do Icolo e Bengo e o da Quissama. (IPGUL)

Alguns dos problemas urbanos vividos em Luanda hoje, são o crescimento vertiginoso do índice de densidade populacional do Censo (2014), à data de 16 de Maio de 2014, conta com cerca de um total de 6.945.386 habitantes, sendo que, 97% residem na área urbana e 3% na área rural e segundo projetou o INE (2018), em 2030 Luanda chegará à 12 milhões de habitantes. A cidade foi crescendo de forma espontânea, 70,9% da população vive em *musseques*, sem qualquer padrão urbanístico, INE (2014), entre outros problemas já referidos nos capítulos anteriores.

Figura 5.2 – Musseques de Luanda vs Luanda Urbana 2021



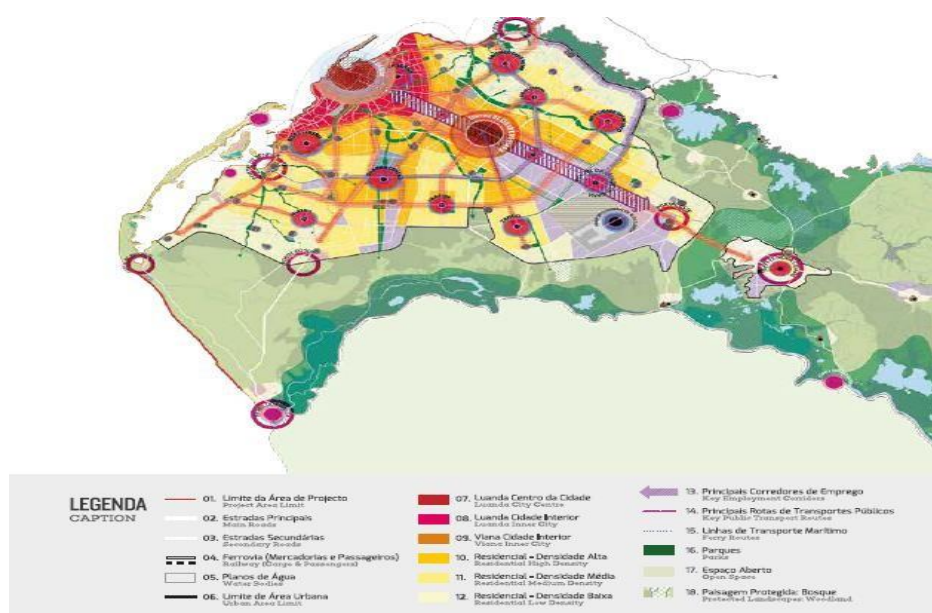
Fonte: <https://www.economiaemercado.co.ao>

Fonte: <https://mercado.co.ao/binrepository>

Como se pode observar pelas imagens, regista-se um enorme contraste entre estes dois cenários que coabitam numa mesma cidade no dia a dia. É com o objetivo de colmatar o primeiro cenário, que foi desenhado e aprovado o Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022), que procura dar resposta à vários desafios económicos futuros, destacando aqui alguns dos desafios referentes área de objeto de estudo em particular:

- i) - Equilibrar o desenvolvimento económico de Luanda – através da distribuição equilibrada de oportunidades de emprego;
- ii) - Atrair investimento privado – tanto nacional como internacional;

Figura 5.3 – Mapa Conceito do Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda



Fonte: PDGML (2022)

Nesta base de sustentação, foi traçada a estratégia económica do PDGML –Plano Diretor Geral para a área Metropolitana de Luanda, que é atualmente o maior projeto em PPP para urbanização de Luanda, que resulta numa estrutura a desenvolver tanto para a expansão urbana da cidade, como para a sua expansão económica. O mesmo terá foco inicial em novas infraestruturas, projetando sobretudo, a melhoria da mobilidade de e para o interior da Luanda Metropolitana, (meta - transportes públicos para 80% dos residentes), a estratégia proposta preconiza uma nova rede de transportes públicos e propõe infraestruturas inclusivas, que incentivam a circulação pedonal e ciclável.

A questão habitacional está igualmente contemplada, prevendo o loteamento de terrenos, a reabilitação habitacional, as áreas de *musseques* mais desfavorecidas, darão lugar à novas centralidades dotadas de equipamentos públicos. As áreas rurais irão integrar solo agrícola melhorado, novos mercados grossistas e indústrias alimentares serão localizados na zona de Catete, Benfica e Cacuaco. Sendo, as orientações de desenvolvimento económico do PDGML:

- Alinhar com as estratégias existentes para Angola e para a Província de Luanda;
- Responder às perspetivas e desafios do País e da Província;
- Melhorar os fatores de competitividade da Província;
- Promover a participação do setor privado.

Refletindo as aspirações à uma capital metropolitana, este resume os princípios orientadores a concretizar de forma faseada, assente em 3 pilares fundamentais:

O primeiro pilar assegura a resposta às necessidades essenciais - garante a implementação de uma rede abrangente de utilidade e serviços comunitários, fornecendo todos os serviços essenciais, bem como, instalação de infraestruturas.

O segundo pilar preserva o ambiente natural de província - o património cultural, bem como o seu carácter urbano e identidade provincial, mantendo a sua paisagem, ambiente, de formas a otimizar os seus atributos e localização costeira privilegiada.

O terceiro pilar estabelece Luanda como um futuro polo económico - E igualmente turístico da África Austral, pretendendo manter o perfil da cidade de padrão internacional.

Em suma, o PDGML é o maior projeto em PPP para urbanização de Luanda, resulta numa estrutura desenvolvida tanto para a expansão da cidade, como para expansão económica, por forma a criar uma cidade sustentável e eficiente. Com este objetivo, iremos apresentar nos subcapítulos a seguir, os dados do trabalho de campo, no âmbito deste estudo de caso.

5.3 Apresentação e Interpretação dos Resultados

5.3.1 Resultados Quantitativos do Estudo

5.3.1 Análise estatística

A análise estatística envolve medidas de estatística descritiva (frequências absolutas e relativas, médias e respetivos desvios-padrão) e estatística inferencial. O nível de significância para rejeitar a hipótese nula foi fixado em $\alpha \leq .05$. A análise estatística foi efetuada com recurso ao software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 27.0 para Windows e à ferramenta Excel XP.

5.3.2 Caracterização da amostra

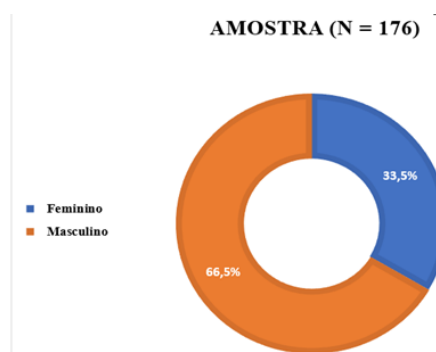
Responderam ao questionário um total de $N = 176$ inquiridos ($N > 50$). Em termos etários, 50% encontrava-se no escalão 19-39 anos. No que se refere à escolaridade, trata-se de uma amostra com níveis elevados de escolaridade pois 86.9% têm habilitações académicas ao nível do ensino superior. A maioria é do género masculino (66.5%) e desempenha a função de funcionário de uma empresa privada (33%), conforme se ilustra (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 - Caracterização da amostra (N = 176)

	N	%
<i>Faixa etária</i>		
Entre 19-39 anos	88	50,0
Entre 40-59 anos	86	48,9
Mais de 59 anos	2	1,1
<i>Género</i>		
Feminino	59	33,5
Masculino	117	66,5
<i>Nível académico</i>		
Curso médio ou formação profissional	14	8,0
Formação superior	153	86,9
Outro	9	5,1
<i>Função</i>		
Desempregado	12	6,8
Empresário	24	13,6
Estudante	20	11,4
Funcionário de empresa privada	58	33,0
Funcionário Público	62	35,2

Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 5.1 - Caracterização da amostra (N = 176)



Fonte: elaborado pela autora

5.3.3 Resultados dos Questionários

Uma percentagem elevada dos inquiridos (63.1%) afirma ter conhecimento da implementação de PPP em Luanda nos últimos 20 anos. As PPP mais referidas eram a gestão de Habitação social (36.9%), a gestão de áreas diversas (25%), a gestão de ruas/estradas e gestão de rede elétrica e iluminação pública (17.6%) (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Conhecimento PPP

	N	%
Não tenho conhecimento de PPP	66	37,5
Sim	111	63,1
gestão de ruas	31	17,6
gestão de rede elétrica e iluminação pública	31	17,6
estradas	31	17,6
gestão de redes de esgoto e de drenagem	15	8,5
gestão de rede de água canalizada	22	12,5
estão de passeios	16	9,1
gestão de paisagismo	27	15,3
gestão de habitação social	65	36,9
gestão de áreas diversas	44	25,0

Fonte: elaborado pela autora

Quando inquiridos sobre que vantagens e desvantagens dessa implementação reconhece, 40.3% reconhece como vantagem uma melhor gestão e manutenção dos bens públicos e 34.1% uma qualidade obras mais duráveis. Já as desvantagens mais referidas eram a má gestão e menos manutenção dos bens públicos (22.7%) e Alto Preço obras mais caras (21%) (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 - Vantagens e desvantagens das PPP

	N	%
Vantagem - Riscos são repartidos e minimizados	55	31,3
Vantagem - Melhor gestão e manutenção dos bens públicos	71	40,3
Vantagem - Qualidade obras mais duráveis	60	34,1
Vantagem - Preço obras mais baratas	19	10,8
Vantagem - Prazos obras mais rápidas	46	26,1
Vantagem - Desconheço vantagens das PPP	35	19,9
Desvantagem- quando aplicado em países muito corruptos a lavagem de dinheiro	1	0,6

Desvantagem -Má gestão e menos manutenção dos bens públicos	40	22,7
Desvantagem - Mais Riscos	10	5,7
Desvantagem - Má qualidade obras menos duráveis	33	18,8
Desvantagem - Longos Prazos obras mais lentas	19	10,8
Desvantagem - Desconheço desvantagens das PPP	13	7,4
Desvantagem - Alto Preço obras mais caras	37	21,0

Fonte: elaborado pela autora

As PPP mais consideradas como chaves numa urbanização eram habitação social e na rede elétrica e iluminação pública (70.5%), nas redes de esgoto e de drenagem (67%) e nas ruas / estradas ou na rede de água canalizada (65.3%) (Tabela 5.4).

Tabela 5.4 – PPP chaves

	N	%
Habitação social	124	70,5
Nas ruas / estradas	115	65,3
Nos passeios	62	35,2
Na rede de água canalizada	115	65,3
Na rede elétrica e iluminação pública	124	70,5
Nas redes de esgoto e de drenagem	118	67,0
Paisagismo	80	45,5
Outras áreas	26	14,8

Fonte: elaborado pela autora

As áreas atuais da cidade que os inquiridos consideram que as PPP são mais urgentes foram Luanda (Sambizanga; Rangel; Maianga; Ingombota; Samba; Neves Bendinha; Ngola Kiluanje) (65.9%), Cazenga (Cazenga; Hoji ya Henda; Tala Hadi; Kima Kieza; 11 de Novembro; Kalawenda) (63.1%) e Viana (Viana; Estalagem; Kikuxi; Baía; Zango; Vila Flôr) (55.7%) (Tabela 5.5).

Tabela 5.5 – Áreas atuais da cidade

	N	%
Luanda (Sambizanga; Rangel; Maianga; Ingombota; Samba; Neves Bendinha; Ngola Kiluanje.)	116	65,9
Cazenga (Cazenga; Hoji ya Henda; 11 de Novembro; Kima Kieza; Tala Hadi; Kalawenda)	111	63,1
Cacuaco (Kikolo; Cacuaco; Mulenvos de Baixo; Sequele)	86	48,9
Viana (Viana; Estalagem; Kikuxi; Baía; Zango; Vila Flôr)	98	55,7

Belas (Quenguela; Morro dos Veados; Ramiros; Vila Verde; Cabolombo; Kilamba)	69	39,2
Kilamba Kiaxi(Golfe; Sapú; Palanca; Nova Vida)	80	45,5
Talatona (Benfica; Futungo de Belas; Lar do Patriota; Talatona; Camama; Cidade Universitária)	60	34,1
Icolo e Bengo (Catete e Bela Vista)	51	29,0
Quiçama	42	23,9

Fonte: elaborado pela autora

As infraestruturas urbanas consideradas como de intervenção mais prioritária eram a rede de esgotos e drenagem (76.1%), rede elétrica e iluminação pública (69.3%) e rede de água canalizada (68.2%) (Tabela 5.6).

Tabela 5.6 – Infraestruturas prioritárias

	N	%
Prioridade melhoria das habitações sociais	95	54,0
Prioridade ruas asfaltadas	110	62,5
Prioridade rede elétrica e iluminação pública	122	69,3
Prioridade rede de esgotos e drenagem	134	76,1
Prioridade rede de água canalizada	120	68,2
Kilamba Kiaxi(Golfe; Sapú; Palanca; Nova Vida)	57	32,4
Outras	22	12,5

Fonte: elaborado pela autora

A concordância com a afirmação “a regulamentação legislativa existente em vigor, é adequada a implementação das PPP” divide os inquiridos pois 33.3% discorda e 31.2% concorda (Tabela 5.7).

Tabela 5.7 - Regulamentação legislativa

	N	%
Totalmente em desacordo	16	11,6
Em desacordo	30	21,7
indiferente	49	35,5
De acordo	27	19,6
Totalmente de acordo	16	11,6
Total	138	100,0

Fonte: elaborado pela autora

No que se refere à afirmação “Existem contributos a médio e longo prazo que advêm da intercooperação entre dos empreendedores, agentes económicos privados participantes das PPP, com as outras partes tais como, entidades públicas e população?”, um pouco mais de metade dos inquiridos conda com a afirmação (52.4%) (Tabela 5.8).

Tabela 5.8 – Contributos

	N	%
Totalmente em desacordo	12	8,2
Em desacordo	28	19,0
indiferente	30	20,4
De acordo	48	32,7
Totalmente de acordo	29	19,7
Total	147	100,0

Fonte: elaborado pela autora

Quando questionados sobre “Prevejo melhorias a nível do desenvolvimento urbanístico, económico e social? Quais melhorias?” uma percentagem bastante elevada de 66% mostra-se otimista pois concorda com a afirmação (Tabela 5.9).

Tabela 5.9 – Melhorias

	N	%
Totalmente em desacordo	14	9,5
Em desacordo	18	12,2
indiferente	18	12,2
De acordo	60	40,8
Totalmente de acordo	37	25,2
Total	147	100,0

Fonte: elaborado pela autora

Uma percentagem muito elevada de 88.1% considera que as PPP acrescentam melhorias imediatas no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda, enquanto 10.1% tende a discordar dessa afirmação (Tabela 5.10).

Tabela 5.10 – As PPP acrescentam melhorias

	N	%
Totalmente em desacordo	5	3,6
Em desacordo	9	6,5
Indiferente	12	8,7
De acordo	54	39,1
Totalmente de acordo	58	42,0
Total	138	100,0

Fonte: elaborado pela autora

5.3.4 Estado das hipóteses

H1 – As PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade de Luanda.

Uma percentagem muito dos inquiridos que está de acordo as PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade de Luanda (88.8%) é significativamente superior à proporção de inquiridos que está em desacordo (11.1%), teste Binomial, $p = .001$. Confirma-se a hipótese **H1** enunciada, o que comprova que foi atingido o objetivo específico **OE1**, conforme se pode verificar enunciado na (Tabela 5.11).

Tabela 5.11 – Teste binomial

	Categoria	N	Observed Prop.	Test Prop.	Exact Sig. (1-tailed)
Melhorias	Group 1 Acordo	112	,888889	,111000	,000***
	Group 2 Discordo	14	,111111		
	Total	126	1,000000		

*** $p \leq .001$

Fonte: elaborado pela autora

H2 – Existem PPP que são chave na urbanização prioritária de determinadas áreas da cidade.

Uma percentagem elevada dos inquiridos (acima do 65%) considera que existem PPP que são chave na urbanização prioritária de determinadas áreas da cidade, designadamente na Habitação social, rede elétrica e iluminação pública, redes de esgoto e de drenagem, ruas / estradas e rede de água canalizada. Permitindo assim não rejeitar a hipótese **H2** enunciada, o que confere o alcance do objetivo específico **OE2**, traduzido pela (Tabela 5.12).

Tabela 5.12 – Áreas em que as PPP são chave

	N	%
Habitação social	124	70,5
Nas ruas / estradas	115	65,3
Na rede de água canalizada	115	65,3
Na rede elétrica e iluminação pública	124	70,5
Nas redes de esgoto e de drenagem	118	67,0

Fonte: elaborado pela autora

H3 – A implementação das PPP, geram melhorias imediatas na vida urbana, económica e social da cidade, de Luanda.

A percentagem de inquiridos que está de acordo que a implementação das PPP, geram melhorias imediatas na vida urbana, económica e social da cidade de Luanda (75.2%) é significativamente superior à proporção de inquiridos que está em desacordo (24.8%), teste Binomial, $p = .001$. Confirma-se a hipótese enunciada (Tabela 5.13). . Permitindo confirmar com segurança a hipótese **H3** acima enunciada, o que confirma o objetivo específico **OE3** e conforme se pode verificar pela (Tabela 5.13).

Tabela 5.13- Teste Binomial

	Categoria	N	Observed Prop.	Test Prop.	Exact Sig. (1-tailed)
Melhorias	Group 1	De acordo	97	,752	,000***
	Group 2	Discordo	32	,248	
	Total		129	1,000	

*** $p \leq .001$

Fonte: elaborado pela autora

H4 – O empreendedorismo aliado às PPP na urbanização da cidade, fomenta contributos significativos a nível económico-social.

A percentagem de inquiridos que está de acordo que o empreendedorismo aliado às PPP na urbanização da cidade, fomenta contributos significativos a nível económico-social (65.8%) é significativamente superior à proporção de inquiridos que está em desacordo (34.2%), teste Binomial, $p = .001$. Permitindo não rejeitar a hipótese **H4** enunciada, o que confirma o objetivo específico **OE4** e conforme se pode verificar pela (Tabela 5.14).

Tabela 5.14 – Teste binomial

	Categoria	N	Observed Prop.	Test Prop.	Exact Sig. (1-tailed)
Contrib	Group 1 De acordo	77	,658	,34	,000*
	Group 2 Discordo	40	,342	2	**
	Total	117	1,000		

*** $p \leq .001$

Fonte: elaborado pela autora

5.3.2 Resultados Qualitativos do Estudo

5.3.2.1 Caracterização da amostra

Com o objetivo de se medir a percepção individual dos cidadãos sobre em que medida as PPP acrescentam melhorias no desenvolvimento em particular na cidade de Luanda, foram entrevistados 11 indivíduos (designados de E1-E11). Em termos etários, 73% encontrava-se no escalão 40-59 anos. No que se refere à escolaridade, trata-se de uma amostra com níveis elevados de escolaridade pois todos têm habilitações académicas ao nível do ensino superior. A totalidade era do género masculino e gestor (45%) (Tabela 5.15).

Tabela 5.15 - Caracterização da amostra (N = 11)

	N	%
<i>Faixa etária</i>		
Entre 19-39 anos	2	18
Entre 40-59 anos	8	73
Mais de 59 anos	1	9
<i>Género</i>		
Feminino	0	0
Masculino	11	100
<i>Nível académico</i>		
Curso médio ou formação profissional	0	0
Formação superior	11	100
Outro	0	0
<i>Função</i>		
Desempregado	0	0
Diretor/Sócio-gerente	5	45
Cargos ligações PPP	4	37
Advogado/Professor	2	18

Fonte: elaborado pela autora

No que se refere à proteção dos dados, anonimato e à confidencialidade do conteúdo dos dados pessoais privados referidos na entrevista, a totalidade dos entrevistados referem que “Obteve uma explicação sumária dos objetivos da entrevista no contexto da investigação”, “Obteve uma explicação sobre o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista” e “Foi-lhe feito o pedido de autorização para proceder a gravação da entrevista”.

5.3.2.2 Resultados das entrevistas

Os resultados obtidos da análise das entrevistas foram organizados e analisados em 3 eixos fundamentais, correspondentes à estrutura do guião de entrevista (Apêndice 1), de modo a permitir conhecer a opinião da amostra em torno das PPP em Luanda. Esta análise e organização configura-se então:

- tema 1 – PPP;
- tema 2 – desenvolvimento urbano;
- tema 3 – empreendedorismo.

5.3.2.3 Sínteses dos Resultados - Estudo para as Parcerias Público Privadas

O tema das PPP assentou na categoria “implementação das PPP” e em 3 subcategorias distintas: “exemplos”, “vantagens”, “desvantagens” e “importância”. Quanto aos exemplos da implementação das PPP em Luanda, foram recolhidas 8 unidades de significado, tendo sido referido, dentre outras: “*A ponte da Barra do Kwanza, o projecto metropolitano para Luanda, a construção do metro de superfície para Luanda*” (E1), “*a recolha de lixo na cidade de Luanda*” (E2), “*urbanização do Talatona*” (E3), “[*no distrito Urbano das Ingombotas*] *Ora os primeiros jardins a serem executados*” (E8), “*extensão e alargamento da Marginal de Luanda (Projecto Baía)*” (E9) e “*no sector dos Petróleos - nomeadamente a Base do kwenda – Província do Zaire / Soyo.*” (E11).

Depois quanto às vantagens da implementação foi a subcategoria com mais unidades de significado, num total de 16 referências. A maior vantagem, referida por 6 indivíduos é o facto de “*o Estado não fazer um desembolso directo*” (E1, E2, E3, E4, E6, E7). Mas, outras vantagens foram referidas: “*urbanizações lindas e agradáveis de se viver*” (E1), “*a repartição do risco entre o estado e o privado*” (E2), “*O país avança muito, de forma rápida isto é num curto espaço de tempo*” (E6) ou “*Vantagens na prestação de um melhor serviço de qualidade, disponibilização de capital para iniciar e finalizar o projecto, formação técnico profissional*” (E11).

Sobre as desvantagens da implementação das PPP, foram referidas 7, salientando-se: “*desvio de objetivos do sector público e mistura de interesses públicos e privados*” (E4), a “*lentidão na recuperação do capital investido*” (E7, E8) ou “*Desvantagens no controlo e gestão totalmente privado, pouco poder negocial para definição dos preços por parte do sector publico.*” (E11).

Quanto à importância, foram encontradas 8 unidades de significado, sendo as PPP importantes no que toca à “*construção das infraestruturas, dos equipamentos sociais e eventualmente das casas.*” (E1), “*Recolha de lixo, tratamento de água, distribuição de luz*” (E3), “*melhores condições de vida para os utilizadores.*” (E5), “*maior eficiência na gestão urbana da cidade.*” (E5), “*vai haver mais oportunidades de emprego que é um grande problema que existe no nosso país*” (E6), “*acrescentam melhorias com a disponibilização de infra-estruturas com qualidade e sustentáveis para o futuro, com a introdução de factores tecnológico moderno.*” (E11).

Por fim, quanto à subcategoria “o que deve mudar” foram encontradas 6 unidades de significado. Foi referido que “*É urgente devolver o poder de compra as famílias que já vivem em urbanizações construídas com fundos públicos para que o rendimento que daí se arrecadar poder ser usado para a construção de novas urbanizações*” (E1), devem mudar as “*infra-estrutura, quer seja a rede de drenagem de águas pluviais que é um caos (...) e a própria electrificação*” (E10), e concluem referindo que “*Poderão existir melhorias com uma maior participação do sector privado na execução dos projectos e na sua gestão*” (E11).

5.3.2.4 Sínteses dos Resultados - Estudo para o Desenvolvimento urbano

O segundo tema, desenvolvimento urbano, foi dividido em 3 categorias distintas: áreas de Luanda, infraestruturas urbanas e regulamentação legislativa.

Na primeira categoria, “áreas de Luanda” que carência de “urgência das PPP”, foram recolhidas 11 unidades de significado. O mais referido foi que “*todos os municípios carecem de parceria público ou privadas*” (E2, E5), depois “*Cacuaco poderia ser uma zona muito atractiva do ponto de vista turístico*” (E3) e “*Talatona, Luanda e Talatona*” (E8)”.

Na segunda categoria, infraestruturas urbanas, definiu-se a subcategoria “prioridade de intervenção” e “melhorias”. Nas questões ligadas à prioridade de intervenção foram

encontradas 10 unidades de significado, tendo sido referido por todos os indivíduos “*Prioridade rede de água canalizada*” e “*esgotos*”. Também foi apontada a necessidade de “*passaios*” (E4, E8), “*rede elétrica e iluminação pública*” (E1, E4, E5, E8, E11). Depois, foi referido por um indivíduo que devia haver “[em Luanda] *Melhorias de gestão urbanística ao Centro Histórico da Cidade, dotação de qualidade aos equipamentos edificados e as infraestruturas*” (E9).

Quanto às melhorias nas infraestruturas urbanas, é referido que apesar de estar “*sobre a bandeira dos objectivos do milénio 2030, para Angola é previsto um degradar da situação urbanística, económica e social*” (E1). De facto, o saneamento deveria ser “*mais organizado, ou ficar menos doente quer dizer vou menos ao hospital, tenho mais dinheiro, não uso tanto o meu carro, não gasto combustível, tenho passe, melhorava a minha qualidade de vida, sentia-me mais a vontade, acolhido em viver em Luanda*” (E6). Mas enquanto E1 tem uma visão pessimista, E8 refere que “*As perspectivas são boas, na medida em que já se começa a olhar para o ordenamento do território como “política pública” e fundamental ao desenvolvimento equilibrado, sustentável e resiliente*”.

A última subcategoria, regulamentação legislativa, desdobrou-se em “*adequação*” e “*alterações a sofrer*”. Não houve nenhuma referência que fosse no sentido de referir que a legislação sobre as PPP era desadequada; ao invés, os indivíduos referem que “*a Legislação vigente é suficiente para atração de investimento*” (E1, E2, E11). “*Acredito que parte dela [da regulamentação] possa ser aproveitada como linha condutora*” (E4) e “*Com a aprovação recente do Decreto Presidencial 111/21, de 29 de Abril (...) penso que estão criadas as condições cruciais para implementação das PPPs*” (E5).

Para melhorar a legislação vigente é referida a complexidade e a burocracia que atualmente está envolvida: “*as alterações poderiam prender-se com o nível de autorização para a realização da PPP, uma vez que os bens públicos e de domínio público dependem da autorização do Presidente da República que tem uma estrutura muito burocrática que vai desde o diretor de gabinete ao Conselho de ministro.*” (E1), “*os mecanismos de implementação de parcerias encontram muitas situações de complexidade que resultam de excesso de redundâncias de funções dos organismos responsáveis à sua implementação e agravado a inexperiência técnica na sua aplicabilidade.*” (E9).

5.3.2.5 Sínteses dos Resultados - Estudo para o Empreendedorismo

A última parte do guião de entrevista e último tema em análise, foi o empreendedorismo. Este tema desenvolveu-se em torno da categoria “contributos da intercooperação entre entidades” que, por sua vez, se desdobrou em 3 subcategorias: “o Estado”, “os privados” e “outros”, para outras referências. Sobre o Estado, recolheu-se 3 unidades de significado que salientam que o Estado sozinho não conseguirá fazer face a todos os problemas:

“Já esta provado que o Estado por si só não consegue garantir urbanizações que possam atender o exponencial crescimento demográfico de Luanda, também já ficou provado que os particulares (povo em geral) por si só não conseguem construir urbanizações condignas para se viver (prova disso são os diferentes bairros que foram construídos desde a independência). Dito isso, é preciso promover as PPP” (E1).

“Se evoluirmos para a descentralização do Poder e promovermos o desenvolvimento local, a competição entre autarquias acelera o desenvolvimento qualitativo suportado pelos investidores privados.” (E4)

Por fim, *“Os contributos são enormíssimos uma vez que o Estado não tem capacidade por si só dar respostas a todas as questões ligadas ao desenvolvimento do país. Ou seja quanto maior for a descentralização e desconcentração da economia, mais rápido o país conseguirá desenvolver.” (E8)*

Sobre os privados, as referências são muito positivas: *“onde o privado põe a mão a coisa funciona” (E3), “A intercooperação permitirá haver maior iniciativa privada, maior celeridade na implementação dos projectos, maior fiscalização das acções dos intervenientes e mais benefícios aos cidadãos.” (E5), “Os contributos são a introdução de melhores praticas de gestão, com a participação do sector privado, transferência de experiencia e tecnologia na interacção entre entidades públicas e privadas, bem como a integração da população na execução dos projectos” (E11).*

São feitas outras referências sem abordarem diretamente o Estado ou os privados: *“houve contratação de mão de obra para executar os projectos” (E8), “a junção de sinergias para catapultar investimentos e possivelmente então teremos ali um cenário de inovação que ninguém vê.” (E10) e “podemos ter um desenvolvimento no ponto de vista do urbanismo no ponto de vista económico e social que nos faltos é o desenvolvimento para que os jovens possam ter emprego e com o desenvolvimento muita coisa poderá acontecer” (E10).*

Capítulo VI – Análise e Discussão de Resultados

Conforme cita a autora, Reis (2018, p. 116), o estudo de caso “...permite extrair relações entre variáveis e verificar hipóteses através da análise completa que produz...”. Recordamos que, é neste capítulo da discussão dos resultados que, a análise do estudo efetuado traduz a relação das variáveis e hipóteses para aferir a questão de investigação enunciada e os respetivos objetivos, no sentido de confirmar que, as PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade de Luanda em Angola.

Objetivo OG1 - Neste sentido, a maior parte dos inquiridos afirmou ter conhecimento da implementação de PPP em Luanda referindo que têm sido feitas ao nível da habitação social, na gestão de ruas/estradas e gestão de rede elétrica e iluminação pública. Pela análise qualitativa, conseguiu-se especificar as PPP mais conhecidas: (E1.P10), “(...) *A ponte da Barra do Kwanza, o projecto metropolitano para Luanda, a construção do metro de superfície para Luanda (...)*”. (E2.P10), “(...) *a recolha de lixo na cidade de Luanda (...)*”. (E3.P10) “(...) *urbanização do Talatona (...)*” . (E8.P10) “ (...) *(no distrito Urbano da Ingombotas) Ora os primeiros jardins a serem executados (...)*” (E8.P10), “(...) *extensão e alargamento da Marginal de Luanda (Projecto Baía (...))*” (E9.P10) e “(...) *no sector dos Petróleos - nomeadamente a Base do kwenda – Província do Zaire / Soyo (...)*” (E11.P10). Resultados semelhantes foram referidos por Swart (2018) no seu estudo *Mussequê 2.0: Abordagens para a reconversão do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território, onde salientou que com base nas condições do bairro e de PPP no município do Cazenga, em Luanda, o que se pode fazer é: 1) fornecer os serviços de saneamento básico (água potável, recolha e tratamento dos esgotos, recolha e gestão dos resíduos sólidos, drenagem e gestão das águas pluviais); 2) reabilitar e conservar a linha de água; 3) combater e prevenir a poluição sonora, do ar e da água; 4) plantar mais árvores nativas. Com relação aos resultados dos questionários, 63.1% dos inquiridos afirma ter conhecimento da implementação de PPP em Luanda nos últimos 20 anos, referente à área que consideram como sendo a mais prioritária 36.9% afirmam ser a Habitação Social.

De onde se infere a hipótese **H1**, que as PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade de Luanda, de acordo com o **OG1**. Constata-se pelos resultados dos questionários, que 88.8% dos inquiridos reconhece que as PPP constituem um instrumento efetivo para urbanização da cidade.

Objetivo OE1 – Assim, as respostas à (P13), relativamente às áreas da cidade onde o planeamento é mais urgente, verificou-se pela análise dos questionários que as áreas, por ordem decrescente de importância, são: “(...) Luanda (Sambizanga; Rangel; Maianga; Ingombota; Samba; Neves Bendinha; Ngola Kiluanje), Cazenga (Cazenga; Hoji ya Henda; 11 de Novembro; Kima Kieza; Tala Hadi; Kalawenda) e Viana (Viana; Estalagem; Kikuxi; Baía; Zango; Vila Flôr (...))”. Em sintonia com a análise de conteúdo, (E3.P13), acentuou que, a área de “(...) *Cacuaco poderia ser uma zona muito atractiva do ponto de vista turístico (...)*” bem como, “(...) *Luanda e Talatona, (...)*” e para (E8.P13) “(...) *Luanda (...)*”. Confirmando-se deste modo, o objetivo **OE1**.

Objetivo OE2 - Sobre o segundo objetivo, *Identificar que PPP são consideradas chaves na urbanização*, foram enunciadas, a habitação social, a rede elétrica, iluminação pública, as redes de esgoto, drenagem e nas ruas / estradas e a rede de água canalizada. Os entrevistados manifestaram opiniões semelhantes, ao focarem, (E4.P12) e (E8.P12), “(...) *prioridade rede de água canalizada*” e “*esgotos*”. Sendo ainda anotada a necessidade de, “*passeios*”, “*rede elétrica e iluminação pública (...)*” (E1.P12, E4.P12, E5. P12; E8.P12; E11.P12).

Foi ainda referido por elemento, (E9. P12) que devia haver “(...) *em Luanda melhorias de gestão urbanística ao Centro Histórico da Cidade, dotação de qualidade aos equipamentos edificados e as infraestruturas (...)*”. Tal como, reconheceram, Alexandre em 2016, que constatou que o edificado urbano em Luanda, era constituído pelas construções de baixo custo (*low cost*) com débeis condições de habitabilidade, construídas em geral pelos proprietários. Noutro estudo mais recente, de Figueira (2020), o autor verificou que o centro da cidade regista duas tendências: requalificação em algumas zonas (p. ex. Baía de Luanda) e degradação de muitos edifícios de construção colonial, havendo também referências, às más condições habitacionais. Assim, confirmar-se a segunda hipótese H2 de que existem PPP chave na urbanização prioritária de determinadas áreas da cidade e por sua vez, vão de encontro ao objetivo **OE2**. Com relação aos resultados dos questionários, cerca de 65% dos inquiridos considera que existem PPP chaves, confirmando mais uma vez a habitação social como prioridade.

Objetivo OE3 - Quanto à Hipótese **H3**, as opiniões dividem-se; reconhecem que apesar de as PPP serem uma realidade, Angola continua a degradar-se quanto à situação urbanística, económica e social. Nos dados obtidos através das entrevistas (E1.P18), e as questões do saneamento continuam péssimas (E6.P18). Mas, no geral, vão fazendo referência, não no

imediatos, mas quanto ao futuro “as perspectivas são boas” (E8.P18). A este aspeto, salienta-se as premissas de Bettencourt (2011), que refere que os planos de desenvolvimento urbano desenvolvidos após a independência (1975) não surtiram os efeitos desejados, nem tiveram plena aplicabilidade. E, igualmente, de acordo com Vasconcellos (2012) o planeamento do desenvolvimento urbano é determinado por fatores como processos de migração, sistema político e económico, setor financeiro, indústria, comércio e serviços, valor e uso do solo urbano, interesse e necessidades das pessoas, construção civil, políticas estaduais, transporte existente e sistema de trânsito. De onde se conclui, que **H3** gera melhorias imediatas na vida urbana, económica e social da cidade de Luanda, indo de encontro ao objetivo **OE3**. Com relação aos resultados dos questionários, 75.2% dos inquiridos concorda, contra 24.8% que está em desacordo.

Objetivo OE4 - Por último, temos a **H4**, o empreendedorismo aliado às PPP na urbanização da cidade, fomenta contributos significativos a nível económico-social para a população. Permitiu-nos entender não só as vantagens como também as desvantagens associados a este processo. Onde foi reconhecido que advém uma melhor gestão e manutenção dos bens públicos. Já as desvantagens mais referidas foram a má gestão e fraca manutenção dos recursos financeiros e materiais. Os entrevistados referem que a maior vantagem está associada ao facto, do “Estado não fazer um desembolso direto” (E1.P11, E2.P11, E3.P11, E4.P11, E6.P11, E7.P11), podendo haver o risco de “*desvio de objetivos do sector público e mistura de interesses públicos e privados*” (E4.P11). Com relação aos resultados dos questionários, 40.3% dos inquiridos reconhece como vantagem uma maior gestão e manutenção dos bens públicos. Em resposta à (P16), a ideia de intercooperação é muito bem vista por todos, e tidas como vantagens (maior iniciativa privada, melhores praticas de gestão e transferência de experiência). Assim sendo, aceitamos a hipótese **H4**, o empreendedorismo aliado às PPP, na urbanização da cidade, fomenta contributos significativos à nível económico e social para a população, o que vai ao encontro do nosso **OE4**, bem como da questão fulcral enunciada nesta pesquisa. A nível dos resultados dos questionários, 65.8% dos inquiridos está de acordo, enquanto, que 34.2% está em desacordo.

Tabela 6.2 – Triangulação dos Resultados

Divisão Temática (Bloco)	Artigos Triangulação	Percentual Registrado no estudo quantitativo	Percentual Registrado no estudo qualitativo	Observações e/ou Incidência da Triangulação	Estado de Confirmação de Hipóteses Atingir dos Objetivos
Bloco C As Parcerias Público Privadas (PPP)	H1 - As PPP constituem um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade de Luanda; Variável VI 2 PPP chave	Acordo = 88.8 % Desacordo = 11.1 %	Acordo = 100 % Desacordo = 0 %	Índice diferencial = 11.2 % Obs.: Diferencial relativo mínimo;	H1 - Confirmada OG: Averiguar se as PPP devem ser um instrumento efetivo a utilizar na urbanização da cidade. (OG – Alcançado) OE 2 - Identificar que PPP são consideradas chaves na urbanização; (OE2 – Alcançado)
Bloco D Desenvolvimento Urbano	H2 - Existem PPP consideradas chaves na urbanização prioritária de determinadas áreas da cidade; Variável VI 1 Áreas de implementação	Habitação Social = 70.5 % Rede Elétrica/ [lum.] = 70.5 %	Drenagem Pluvial = 100 %	Índice diferencial = 100 % Obs.: Não são concordantes;	H2 - Confirmada OE 1 - Elencar as áreas da cidade onde o planeamento é mais urgente; (OE1 – Alcançado)
Bloco E Empreendedorismo	H4 – O empreendedorismo aliado às PPP na urbanização da cidade, fomenta contributos significativos a nível económico-social para a população a (MP/LP) Variável VI 4 Contributos do empreendedorismo a MP/LP	Acordo = 65.8 % Desacordo = 34.2 %	Acordo = 100 % Desacordo = 0 %	Índice diferencial = 34.2 % Obs.: Diferencial relativo abaixo de 50%, no entanto percentual de desacordo considerável;	H3 - Confirmada OE 4 - Apresentar os contributos que advêm do empreendedorismo nas PPP (MP/LP); (OE4 – Alcançado)
Bloco F Síntese das contribuições e recomendações ao estudo	H3 – A implementação das PPP geram melhorias imediatas (a CP) na vida urbana, económica e social da cidade; Variável VI 3 Melhorias imediatas a CP	Acordo = 75.2 % Desacordo = 24.8 %	Acordo = 82 % Desacordo = 18 %	Índice diferencial = 6.8 % Obs.: Diferencial relativo mínimo;	H4 - Confirmada OE 3 - Reconhecer as melhorias que as PPPs geram imediatas na vida urbana, económica e social da cidade (CP); (OE3 – Alcançado)

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Em síntese das principais conclusões do estudo, que visou identificar a resposta à questão inicial de investigação “Em que medida as PPP associadas ao empreendedorismo acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda?” resumem-se nesta parte do trabalho, as valências e as limitações registadas ao longo do estudo, bem como, se apresentam contribuições para futuras investigações e as implicações práticas para todos os que dele possam beneficiar (Gestores Públicos, Empreendedores, Académicos Investigadores e Sociedade em Geral). Com este objetivo, se remete aos seguintes subtemas:

1. Conclusões e Valências do Estudo
2. Limitações do Estudo
3. Contributos e Recomendações Futuras

1. Conclusões e Valências do Estudo

Perante a Lei Angolana a definição de Parcerias Público-Privadas que se encontra na LPPP 11/19 de 14 de Maio, Capítulo 1º, Artigo 3º:

“ 2. ... a constituição de uma sociedade de fim específico, cujas participações sociais são detidas pelos parceiros público e privado para a implementação de um projeto comum ou a prestação de um serviço público com vista à satisfação de uma necessidade colectiva. ... ”

A justificativa do tema, cinge-se à problemática da atual insuficiência de fundos Públicos e o crescente fluxo de população rural para a cidade, o que promoveu uma rápida expansão da construção informal, Luanda enfrenta hoje, uma proliferação de bairros periurbanos “*musseques*” dentro da área urbana. Segundo Raposo & Oppenheimer (2007), apesar de estudos e planos governamentais, não se conseguiu travar o crescimento dos assentamentos informais, nem minimizar os problemas que daí advêm, como o défice das redes de saneamento, rede elétrica e viária, fomentando o limiar de pobreza urbana.

Este estudo de caso, no que respeita ao contexto metodológico, contempla uma abordagem mista de análise fundamentada nos resultados, permitiu inferir sobre aos objetivos propostos, confirmar as hipóteses de investigação e ainda, tecer as conclusões que se resume. Na análise quantitativa, da amostra constituída por um total de 176 inquiridos, constata-se pelos resultados estatísticos dos questionários, sendo o índice mais forte de (88.8%) dos

inquiridos, que reconhecem as PPP como instrumento efetivo para urbanização da cidade, respondendo à questão de partida da investigação colocada. Já na análise qualitativa, amostra constituída por 11 entrevistados, constata-se pela análise de conteúdo, com o índice mais forte de (100%) dos entrevistados referem que, a prioridade das PPP deveria para as infraestruturas da rede de drenagem de águas pluviais. Para a análise qualitativa, as PPP chaves referidas foram Habitação Social e a Rede Iluminação Pública ambas na ordem de (70.5%), as infraestruturas urbanas que requerem intervenção prioritária são, rede de esgotos e drenagem pluvial (76.1%). As áreas da cidade referidas como prioritárias para ambas análises foram, Luanda (Sambizanga; Rangel; Maianga; Ingombota; Samba; Neves Bendinha; Ngola Kiluanje) com um índice de (65.9%).

Em termos de valências do estudo, desde o desenho de investigação, à fase exploratória, à fase confirmatória, estiveram sempre presentes preocupações inerentes aos critérios de objetividade, qualidade, validade e fidelidade às situações em estudo. Foi igualmente uma ajuda preciosa no delineamento deste estudo, a triangulação de dados resultante das análises efetuadas. Outra mais-valia, foi o facto de ter recebido por parte das várias entidades, convites para participação em diversas conferências e fóruns sobre a temática das PPP, esta valência assumiu um papel relevante para a investigação, não só, pelo contacto com a comunidade científica, mas muito contribuiu para o enriquecimento do trabalho com dados atuais (Anexos 1, 2, 3, 4, 5 – Os Fóruns e Conferências assistidas, ou a que se teve acesso a *posteriori*). Por último, crê-se que a maior valência, é fruto da flexibilidade do desenho de investigação, bem como da interação das experiências, dos dados e do conhecimento produzido entre académicos, empreendedores, gestores públicos e os cidadãos; sem perder de vista os objetivos do estudo, uma verdadeira plataforma, com registo de aprendizado e dados para PPPs no setor da urbanização.

2. Limitações do Estudo

Durante esta pesquisa, foram encontradas dificuldades à vários níveis, que se prendem com a própria natureza da investigação, apesar de deter virtudes, sempre apresenta alguma limitação que pode ser em alguma percentagem influenciadora nos resultados.

Na análise quantitativa, uma das limitações no que respeita à amostra, foi a sua abrangência, apesar de ser constituída por 176 elementos ($N > 50$), era expectável o baixo índice de adesão, devido ao clima que se vive mediante as restrições da pandemia COVID-19. Para minimizar qualquer contacto social, foi por este facto, recorrida a via eletrónica, o que

registou menos índices de resposta per capita. E ainda adjacente, foi o facto de não ter havido a oportunidade temporal de se realizar um estudo piloto prévio, para aferir a qualidade e a possibilidade de melhoria dos instrumentos de investigação. Outra limitação, versou, na dificuldade de manuseamento dos meios eletrónicos, a quando do preenchimento dos questionários por parte dos inquiridos. No que se refere à análise qualitativa, equacionou-se sempre um possível risco ténue de viés de informação ao longo do processo, da transcrição à interpretação das respostas às entrevistas, o mesmo foi colmatado, com a reconfirmação das respostas após a sua transcrição.

3. Contributos e Recomendações Futuras

Apesar da reduzida experiência em PPP da parte das entidades Governamentais em Angola “...*avercando apenas 15 projetos com participação do sector privado nos últimos 20 anos...*” segundo António (2021). Ao longo dos últimos anos, é notável o esforço que o Governo empreendeu, no sentido de assegurar que, o sector privado tenha oportunidades para se assumir como alavanca do crescimento económico. Este facto, pode ser constatado pela dinâmica legislativa e normativa na área das PPP, na elaboração de um ambicioso programa de reforma para empresas públicas, incluindo a reestruturação de algumas e a privatização de outras, bem como, no desenvolvimento de um Plano Operacional de Estruturação de PPP até Dezembro de 2021, que abrangente diversos sectores chave do País. O referido Plano contém uma lista indicativa de 41 projetos de investimento, estruturados nas diversas modalidades de PPP, 8 dos quais são destinados à província de Luanda, sendo o PDGML – o projeto do metro de superfície de Luanda, o foco dos projetos que irão revitalizar a urbanização e a economia da cidade. No entanto, a contrariar estes esforços, vive-se toda uma conjuntura atual, sobretudo devido à crise ocasionada pelo cenário da pandemia COVID-19, ao que se torna necessário um maior reforço nas políticas de resposta, conforme refere o relatório anual de 2020 da *Multilateral Investment Guarantee Agency* do Banco Mundial, “...*o envolvimento com o setor privado é fundamental para a resposta de emergência ...*” MIGA (2020, p.9). Sobretudo, no caso da economia dos Países mais subdesenvolvidos, como é o caso de Angola, para tornar a cidade de Luanda um polo mais atraente ao investimento aos parceiros privados nacionais e estrangeiros, recomenda-se:

- 1) Efetuar um *benchmarking* junto das cidades modelo e adotar as estratégias de PPP com base no empreendedorismo público urbano, no sentido de colocar Luanda no mundo como metrópole potencial de turismo e de investimento;

- 2) Projetar e incentivar através de PPPs a construção de infraestruturas de formas a tornar a cidade um dos corredores de desenvolvimento e/ou Zona livre de Comércio Livre Continental Africana, a fim de estimular os fluxos de investimento regional;
- 3) Criar Políticas de incentivo fiscal, cambial e outras para atrair investidores em PPP;
- 4) Adaptar algumas das estratégias neoliberais para Países subdesenvolvidos com base no Consenso de Washington para impulsionar o desenvolvimento urbano (Consenso entre Governo dos EUA, BM e o FMI) Williamson (1989) conforme Anexo 22;
- 5) Representação da cidade em conferências internacionais (com instituições tais como, o Banco Mundial, FMI, IFC, ONU, fundos internacionais e as grandes consultoras);
- 6) Investir nas áreas urbanas referidas como prioritárias e as PPP chaves referidas como sendo as infraestruturas urbanas consideradas igualmente de intervenção prioritária.

Em termo de perspetivas futuras, caso as projeções do economista A. Rocha (2018) para a taxa de crescimento de Angola, de facto não for superior a 2,8% até 2022, em comparação com as previsões do Governo, (FMI) e do Banco Mundial. Tal com prevê o FMI (2020), avista-se uma crise maior e sem precedentes, quer em magnitude, quer em velocidade de colapso económico, que poderá minar qualquer tipo de estabilidade financeira, inclusive a economia informal.

Em suma, ao avaliar pelos resultados obtidos, é seguro afirmar que, as PPP encerram uma preciosa oportunidade para melhorar a qualidade dos serviços básicos, diversificar as fontes de financiamento, através do liberalismo económico. Antes, há que granjear a confiança do investimento estrangeiro, para intercâmbio de *know-how* para a modernização e competitividade da cidade, associada ao empreendedorismo urbano. Tal conforme refere Martins (2011), o papel dos Governos é contribuir na criação de vantagens competitivas à nível do mercado internacional, fomentando inovação e empreendedorismo em setores estratégicos, pois o mercado é doméstico, mas a concorrência é global. Para fazer face à este cenário, a médio/longo prazo, uma das apostas é certamente o investimento privado. Com relação às PPPs prevê-se dar continuidade deste estudo, sendo esta pesquisa parte da génese embrionária de futuras referências para PPP, quer para o desenvolvimento urbano de Luanda como projeto conceito, para *a posteriori* estender a experiência às demais cidades pelas 18 províncias de Angola, onde o passo futuro para o problema de excesso de população, também poderá ser implementado em paralelo, a priorização da melhoria das condições de vida urbanas nas províncias e atrair de volta à sua terra de origem, uma parte da população que hoje vive em zonas periurbanas sem condições de saneamento na cidade capital.

Bibliografia

- Adelekan, I., Johnson, C., Manda, M. & Matyas, D. (2015). Disaster risk and its reduction: An agenda for urban Africa. *International Development Planning Review* 37(1), 33-43. <https://doi.org/10.3828/idpr.2015.4>. (acesso aos: 01/08/2020).
- AEA (Associação de Empreendedores de Angola). Disponível em: <http://empreendedoresangola.org/>. (acesso aos: 02/03/2020).
- Alexandre, L. (2016). *Luanda, da arquitetura vernácula ao Séc. XXI*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Departamento de Arquitetura.
- António, G. (2021), *Parceria Público-Privadas: Alternativa ao financiamento público das infraestruturas ?* Luanda: Jornal Expansão.
- Araújo, J. & Silvestre, H. (2014). As parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária: experiência recente em Portugal. *Rev. Adm. Pública*, 48(3), 571-593.
- ARUP (2014), (*Shaping a smart Shangai: Towards 2030*. Technical Report.
- Ascher, F. (1991). Vers un urbanisme strategique, decisionel et heuristique. *Sociedade e Território*, 13, 115-127.
- Audretsch, D. & Belitski, M. (2013). The missing pillar: the creativity theory of knowledge spillover entrepreneurship. *Small Business Economics*, 42(5), 819-836.
- Azevedo, C., Franco, R. & Meneses, J. (coord.) (2010). *Gestão de organizações sem fins lucrativos. O desafio da inovação social* (3.ª ed). Lisboa: Impulso Positivo.
- Azmat, F. & Samarantunge, R.(2009).*Responsible Entrepreneurship in Developing Countries:Understanding the Realities & Complexities*. *Journal of Business Ethics*.90,37-45.
- Banco Mundial - World Bank (2016), *Benchmarking public-private partnerships procurement: Assessing Government Capability to Prepare, Procure and Manage PPP*. Washington, USA.
- Banco Mundial, (2020). Relatório anual do Banco Mundial (período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020). Disponível em: [dhttps://www.worldbank.org/en/about/annual-report#anchor-annual](https://www.worldbank.org/en/about/annual-report#anchor-annual). (acesso aos: 23/12/2020).
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Bettencourt, A. C. (2011). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas: os musseques de Luanda*. (Tese de Mestrado). FAUTL. Lisboa-Portugal
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bone, C. & Dragičević, S. (2010). Simulation and validation of a reinforcement learning agent-based model for multi-stakeholder forest management. *Computers Environment and Urban Systems*, 34(2), 162-174. <https://doi.org/10.1016/j.compenvurbsys.2009.10.001>. (acesso aos: 07/09/2020).
- Borges, L. (2007). Uma visão da aplicação da Parceria Público-Privada no mundo em 2006. *Revista do BNDES*, 14(27), 323-330.
- Botelho, A. (2004). A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu fórum das culturas de 2004. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 16, 111 – 124.
- Bovaird, T. (2004). Public–Private Partnerships: From Contested Concepts to Prevalent Practice. *International Review of Administrative Sciences*, 70(2), 199-215.
- Bult-Spiering, M. & Dewulf, G. (2006). *Strategic Issues in Public-Private Partnerships: an international perspective*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Cabral, N. (2009). *As parcerias Público-Privadas*. – *Cadernos IDEFF*. Coimbra: Almedina.
- Cain, A. (2014). Fantasias urbanas africanas: lições passadas e realidades emergentes. *Environment and Urbanization*. 26 (2), 561-567.
- Caldeira, T. (2017). Urbanização periférica: autoconstrução, lógicas transversais e políticas em cidades do sul global. *Meio Ambiente e Planejamento: Sociedade e Espaço*, 35(1),3-20.
- Camacho, B. (2011). *Parcerias público-privadas - Conceito, princípios e situações práticas*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/62352/parcerias-publico-privadas---conceito--principios-e-situacoes-praticas>. (acesso aos: 17/07/2020).
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2015). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmona, M. (2006). *Public places, urban spaces*. Oxford: Elsevier.
- Castro, J. & Reschilian, P. (2020). Metropolização e planejamento territorial como perspectiva de desenvolvimento em Angola. *Cadernos MetrÓpole*, 22(49), 841-868.

Chissola, A. (2015). *A Influência do processo de planeamento e gestão territorial na produção do espaço urbano - O caso de estudo da cidade de Luanda*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território. Lisboa: IFT.

Comissão das Comunidades Europeias (2004). *Livro verde sobre as parcerias público-privadas e o direito comunitário em matéria de contratos públicos e concessões*. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/94a3f02f-ab6a-47ed-b6b2-7de60830625e/language-en>. (acesso aos: 20/12/2019).

Conferência de 28/06/2017- Prevenção, Proteção e Promoção, visa a defesa e promoção das causas sociais, em prol dos indivíduos, dos cidadãos e famílias vulneráveis. Disponível em http://cdn2.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/saude/2017/6/28/Angola-Ministro-considera-empendedorismo-alavanca-para-desenvolvimento,4ab6fdd6-71e4-4082-b5e5-7a134dedbdc.html. (acesso aos: 07/08/2020).

Correia, V. (2014). *Parcerias Público-Privadas Análise do Custo-Benefício*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Politécnico de Setúbal. Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais.

Costa, A. (2008). *Empreendedorismo, Deslocalização de Empresas e Indeminizações: Um Estudo de Caso No Setor da Cerâmica em Portugal*. Dissertação de mestrado. Lisboa: ISCTE.

Cruz, C. & Sarmento, J. (2019). *Manual de Parcerias Público-Privadas e Concessões*. 1ª. Edição. Lisboa: Silabo.

Cruz, C. O., & Marques, R. C. (2013). Flexible contracts to cope with uncertainty in public–private partnerships. *International Journal of Project Management*, 31(3), 473–483. Doi:10.1016/j.ijproman.2012.09.006. (acesso aos: 09/05/2020).

Cruz, D. A. (2012). *Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe e Vasco Vieira da Costa*. (Tese de Mestrado). Coimbra: FCTUC.

Custódio, T. (2011). *A importância do empreendedorismo como estratégia de negócio*. Trabalho de Conclusão de Curso de Administração. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium.

De los Ríos-Carmenado, I., Ortuño, M. & Rivera, M. (2016). Private–Public Partnership as a Tool to Promote Entrepreneurship for Sustainable Development: WWP Torrealte Experience. *Sustainability*, 8(3), 199.

- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2006). *O planeamento da pesquisa qualitativa – teoria e abordagens*. Porto Alegre: Ed. Artmed.
- Dornelas, J. (2005). *Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios*. (4 ed). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Duranton, G. & Venables, A. (2018). *Place-Based Policies for Development*. Working Paper 24562. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
- DW (2010) *O Sistema Nacional de Informação Territorial*. Disponível em: <https://www.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/apresentao-snit-dwminuha-27-jan-2010>. (acesso aos: 01/03/2020).
- EPEC (2015), European PPP Expertize Center. *Market Update Review of the European PPP Market in 2015*. Disponível: https://www.eib.org/attachments/epec/epec_market_update_2015_en.pdf. (acesso aos: 01/08/2020).
- EPEC (2020). *European PPP Expertise Centre - Market Update Review of the European*. Disponível em: https://www.eib.org/attachments/epec/epec_market_update_2020_en.pdf. (acesso aos: 01/08/2020).
- EPEC, (2015). *PPP Market in 2015*. Disponível em: https://www.eib.org/attachments/epec/epec_market_update_2015_en.pdf. (acesso aos: 07/08/2020).
- Esteves, M. (2015). *Empreendedorismo. Estudo do perfil desempregado empreendedor*. Dissertação de Mestrado em Gestão e empreendedorismo Lisboa: ISCAL.
- European Commission (2004). *Green Paper on Public-Private Partnerships and Community law on public contracts and concessions*. COM (2004), nr 327 final. Brussels.
- Fadigas, L. (2010). *Urbanismo e Natureza: Os desafios*. Lisboa: Edições Silabo.
- FAO (2013). *Cidades mais verdes na África. Primeiro relatório sobre a horticultura urbana e peri-urbana*. Roma, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
- Feijó, C. & Paca, C. (2017), *Direito Administrativo*. Luanda: Mayamba Editora.
- Feijó, C. (2020). *O novo regime das Parcerias Público-Privadas em Angola* - Lisboa: Artigo Revista Direito Administrativo.

Ferreira, M., Reis, N. & Serra, F. (2009). *Marketing para Empreendedores e Pequenas Empresas* (2ª ed.). Lisboa: LIDEL.

Ferreira, M., Santos, J. & Serra, F. (2010). *Ser Empreendedor: Pensar, Criar e Modelar a nova empresa*. (2ª ed.). Lisboa: Sílabo.

Ferro, M., Piteira, M., & Antunes, T. (2017). *Manual para a elaboração de dissertações e outros trabalhos académicos*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa ISCAL: Lisboa. Disponível em: https://www.iscal.ipl.pt/images/documentos/manual_dissertacoes_trabalhos_academicos.pdf. (acesso aos: 01/01/2019).

Figueira, M. (2020). *Novas centralidades na área metropolitana de Luanda: A cidade de Sequele como estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território UNL. Luanda: FCSH.

FMI, (2020). Relatório Anual do Fundo Monetário Internacional. Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2020/eng/downloads/imf-annual-report-2020.pdf>. (acesso aos: 01/01/2021).

Fonte, M. M. (2012). *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa. Caleidoscópico.

Fórum do Mercado de Capitais - FMC (2021). *Sob o tema "As Parcerias Público-Privadas e o Mercado Capitais"*. Realizado pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) em parceria com a Media Rumo SA, editora do Jornal Mercado, da Revista Rumo e do Jornal Vanguarda. IVª edição do FMC aos 26 Maio 2021. Edição de 2021. <http://www.cmc.gv.ao/sites/main/pt/Paginas/eventoEdit.aspx?ListID=291&mid=206&smid=208&FilterType1=News>. Ou <https://www.facebook.com/jornalmercado/videos/2894048960811616/>.

Forúm FILDA, (2018) *Parcerias Público-Privadas – Linhas Orientadoras para Implementação em Angola*. Ministério da Economia e Planeamento & Feira Internacional de Luanda Forum. Disponível em: <https://filda.co.ao/wp-content/uploads/2018/07/Painel-III.pdf>. (acesso aos: 01/03/2020).

- Franco, M. & Estevão, C. (2010). O papel das parcerias público-privadas de turismo no desenvolvimento regional: proposta de um modelo conceptual. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(4), 600-612.
- Frediani, A. (2007). Amartya Sen, do Banco Mundial, e a reparação da pobreza urbana: estudo de caso brasileiro. *Journal of human development*, 8(1), 133-152.
- Fritsch, M. & Wyrwich, M. (2014). The Long Persistence of Regional Levels of Entrepreneurship: Germany, 1925-2005. *Regional Studies*, 48(6), 955-973.
- Gardiner, J. (2004). The Codemaker. *Housing Today*, 23, 26–28.
- Gervásio J. (2012) *Caso No Setor da Cerâmica em Portugal*. Dissertação de mestrado. Lisboa: ISCTE..
- Gervásio J. (2012). *Aplicação da Contratação em Parceria Público- Privada às Operações Urbanísticas. O Caso do Bairro do Aleixo – Dissertação para obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil*. Porto: IST.
- Gervásio, J. (2012). *Aplicação da Contratação em Parceria Público Privada às Operações Urbanísticas O Caso do Bairro do Aleixo – Porto*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. UTL. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Global Entrepreneurship Monitor [GEM] (2013). *GEM Angola 2013 – Estudo sobre o empreendedorismo*. Disponível em: https://web2.spi.pt/GemAngola/publicacoes_page.php. (acesso aos: 07/08/2020).
- Grimsey, D. & Lewis, M. (2005). *Are Public Private Partnerships Value for Money? Evaluating Alternative Approaches and Comparing Academic and Practitioner Views*. *Accounting Forum*, 29(4), 345-378.
- Guedes, J. (2011). *Parcerias público-privadas e a distribuição do risco*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Católica Portuguesa: Centro Regional do Porto. Porto: Escola de Direito.
- Harvey, D. (1996). *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Espaço e Debates*, 39, 48-64.
- Healey, P. (1993). *The Reorganisation of the State ans Market in Planning*. *International Perspectives in Urban Studies* 1(1), 83-107.

- Healey, P. (1998). *Building Institutional Capacity through Collaborative Approaches to Urban Planning*. *Environment and Planning*, 30(5), 1531–56.
- Healey, P. (2003). Collaborative Planning in Perspective. *Planning Theory*, 2(2), 101–123. <https://doi.org/10.1177/14730952030022002>. (acesso aos: 01/01/2020).
- Hodge, G. & Greve, C. (2009). *PPPs: The Passage of Time Permits a Sober Reflection*. *Economic Affairs*, 29(1), 33-39.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2014). *Censo – resultados preliminares, recenseamento geral da população e habitação*. Luanda, INE.
- Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda – IPGUL. (2015). *PDGML: Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda 2015-2030*. Luanda: IPGUL.
- J Stiglitz J. (1998) *Mais instrumentos e objetivos mais amplos: caminhando para o consenso pós-Washington*. The World Bank. <https://archive.globalpolicy.org/soecon/bwi-wto/stig.htm>. Helsinki. Finlândia. (acesso aos: 01/08/2020).
- Klijn, E. (2010), *Public-Private Partnerships: Deciphering Meaning, Message and Phenomenon*, pp. 68-80. Em Graeme Hodge, Carsten Greve e Anthony Boardman (Eds.). *International Handbook on Public-Private Partnerships*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Kuczynski, P. & Williamson, J. (eds.). (2009). *After the Washington Consensus*. Washington D.C.: Institute for International Studies, 2003b. p. 323–331 https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=80fe9a10-420a-6b5e-1c6a-0bef77943fad&groupId=265553. (acesso aos: 01/08/2020).
- Lafuente, J. (2012). *Comparação dos modelos de Parcerias Público-Privadas (PPP) nos portos da Europa*. Dissertação de Mestrado em Finanças. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa: Faculdade de Economia e Gestão.
- Lobo, M. (1967). *Subsídios para a história de Luanda*. Lisboa: Edição do autor.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com SPSS Statistics 25 (7ª Edição)*. Lisboa: Pero Pinheiro.
- Martins, J. (2011). *Internacionalização e globalização de empresas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martins, J. (2017). *Descoberta do Novo, À – Empreendedorismo & Intra empreendedorismo*. Lisboa: Edições Silabo.

Medeiros, I. (2006). *Tendências recentes da Urbanização na África ao Sul do Sahara: Notas de leitura* (pp. 191-203). Lisboa: Finisterra.

Merriam, S. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

MIGA (2020), Relatório Anual da *Multilateral Investment Guarantee Agency* do Banco Mundial, disponível em <https://www.miga.org/sites/default/files/multilingual/2020-11/MIGA%202020%20Annual%20Report%20-%20Portuguese.pdf>. (acesso aos: 02/11/2020).

Miles, M. B. & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis*. Sage Publications.

Ministério do Urbanismo e Habitação, (2010). *Apresentação feita pela: Development Workshop e Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU)*. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/apresentao-snit-dwminuha-27-jan-2010>. (acesso aos: 01/03/2020).

Naudé, W.A. (2007). *Peace, Prosperity and Pro-Growth Entrepreneurship*. WIDER Discussion Paper 2007/02, Helsinki: UNU-WIDER.

Pardal, S., Vaz, J., Correia, P. & Silva, A. (2009). *Tributação do Património. Relatório Final do Subgrupo 3 do Grupo para o Estudo da Política Fiscal*. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/20331185/subgrupo-3-tributacao-do-patrimonio-sidonio-pardal>. (acesso aos: 01/03/2020).

PDN (2013-2017) - *Plano de Desenvolvimento Nacional GEM (2013)*. Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. Disponível em : <http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033820.pdf>. (acesso aos: 07/08/2020).

PDN (2018-2022) - *Plano de Desenvolvimento Nacional* disponível em <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>. (acesso aos: 07/08/2020).

Pereira, M. (2016). *Os investimentos públicos em Portugal*. Editora Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa.

Pisano, C. (2018). *Patchwork Metropolis. Progetto di Città Contemporanea; Research*. Italy, Siracusa: LetteraVentidue.

Piteira, M. (2010). *A Construção Social da Inovação: Estudos de Caso de Organizações Portuguesas de Base Tecnológica*. Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações-Universidade Técnica de Lisboa: Disponível em: http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2440/1/Vers%C3%A3o_Final_Agosto_2010.pdf. (acesso aos: 02/03/2021).

PNUD (Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030*. Disponível em: <http://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/sustainable-development-goals.html> (acesso aos: 01/01/2020).

Pombeiro, A. & Figueiredo, B. (2003), *As PPP. PFI Parcerias Público Privadas e a sua Auditoria*. Banco Mundial. Lisboa: Áreas Editora.

Prado, L. & Ribeiro, M. (2007). *Comentários à lei de PPP – Parceria Público Privada: fundamentos económicos-jurídicos*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público.

Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho* (2.^a ed). Novo Hamburgo: FEEVALE.

Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramalho, T. (2016). *Temos que estar preparados para urbanização dos musseques*. *Jornal de Angola*. Disponível em: <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=366433>. (acesso aos: 10/02/2020). (acesso aos: 10/02/2020).

Raposo, I., & Oppenheimer, J. (2007). “*Instrumentos e práticas de planeamento e gestão dos bairros periurbanos de Luanda e Maputo*” Subúrbios Luanda e Maputo. Lisboa.

Ribas, L. O. (2008) *Pesquisa de estudo de caso como metodologia de educação popular*.

Rocha, A. (2014). *As perspetivas de crescimento económico de Angola até 2020*. *Working Paper* n° 2. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Luanda: CEIC.

Rocha, A. (2018). *Taxa de crescimento de Angola até 2022 não será superior a 2,8%*. Artigo Publicado a 08/10/2018. Disponível em: <https://www.novafriica.co.ao/sociedade/taxa-de-crescimento-de-angola-ate-2022-nao-sera-superior-a-28/>. (acesso aos: 10/02/2020).

- Santos, D. (2015). *Encontro entre pobreza e moral em Luanda. Urbanização, direitos e violência. Revista Sociedade e Estado, 30(1), 99- 123.*
- Sarkar, S. (2010). *Empreendedorismo e Inovação.* (2.^a ed). Forte da Casa: Escolar Editora.
- Sarmiento, J. (2010). *Do Public-Private Partnerships Create Value for Money for the Public Sector? The Portuguese Experience.* OECD Journal on Budgeting, 2010(1): 93-119.
- Sarmiento, J. (2015). Auditoria nas parcerias público-privadas: o caso do Tribunal de Contas de Portugal. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, 33(1), 20-30.*
- Sarmiento, J., & Renneboog, L. (2016), *Anatomy of public-private partnerships: their creation, financing and renegotiations.* International Journal of Managing Projects in Business, 9(1), 94-122.
- Sastre-Merino, S. & Ríos-Carmenado, I. (2012). *Capacity Building in Development Projects. Procedia Soc. Behav. Sci., 46, 960–967.*
- Schick-Makaroff, K., MacDonald, M., Plummer, M., Burgess, J. & Neander, W. (2016). *What Synthesis Methodology Should I Use? A Review and Analysis of Approaches to Research Synthesis.* AIMS Public Health, 3(1), 172–215.
- Schumpeter, J. (1934, 1980). *The Theory of Economic Development.* London: Oxford University Press.
- Schumpeter, J. (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy.* New York: Harper Perennial.
- Serrano, G. (2004). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes – Métodos.* Madrid: Ed. La Muralla.
- Simões, V. & Dominginhos, P. (2006). Empreendedor, oportunidade, projecto: o trinómio de empreendedorismo. In Gomes, J., Cunha, M. & Rego, A., *Comportamento organizacional e gestão – 21 temas e debates para o Séc. XXI.* Lisboa: RH Editora.
- Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação.* Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, S. (2009). *O uso de parcerias público-privadas em Portugal para a construção de infraestruturas de distribuição de água e saneamento básico, rodoviárias e de saúde.* Tese de Mestrado em Gestão. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

State of European Cities Report.(2016). *Cities leading the way to better future*.https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/cities-report/cityreport_pres.pdf

Swart, F. (2018). *Mussequ 2.0: Abordagens para a reconversão do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território. Lisboa: UTL.

Tang, L., Shen, G., Skitomore, M. & Wang, H. (2014). *Procurement-Related Critical Factors for Briefing in Public-Private Partnership Projects: Case of Hong Kong*. *Journal of Management in Engineering*, 31(6), 04014096.

Testas, C. (2013). *O Empreendedorismo no Ensino Superior – o Caso do Pólo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Gestão, especialização em Gestão de Negócios. Universidade Católica Portuguesa: Centro Regional Das Beiras – Pólo De Viseu.

Tettey, C. (2005). *Urbanization in Africa in Relation to Socio-Economic Development: a Multifaceted Quantitative Analysis*. Tese de Doutoramento. University of Akron.

Trevisen, W., Sanches, M. & Morgado, F. (2011). Empreendedorismo: do herói shumpteriano ao executivo de sucesso. *Pensamento & Realidade*, 26(1), 3-14.

Tshombe, L., Molokwane, T., Nduhura, A. & Nuwagaba, I. (2020). An Analysis of Public-Private Partnerships in East Africa. *Research in World Economy* 11(5), 152-163. DOI:10.5430/rwe.v11n5p152. (acesso aos: 01/01/2020).

UN- HABITAT (2021). 2021_05_un-habitat_angola_evandro (slideshare.net) <https://www.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/2021-05-unhabitat-angola-evandro>. (acesso aos: 07/08/2020).

UN-HABITAT (2014). *The state of African cities: Re-imagining sustainable urban transitions*. United Nations. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/State%20of%20African%20Cities%202014.pdf>. (acesso aos: 07/08/2020).

UN-SOS HABITAT (2007). *Security—Global Report on Human Settlements 2007*. (United Nations Human Settlements Programme), Earthscan, London.

- Vale, S. (2009). *Introdução às PPP*. Artigo disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/278405448 Introducao as PPP -
parcerias_publico-privadas_Angola_2009](https://www.researchgate.net/publication/278405448_Introducao_as_PPP_-_parcerias_publico-privadas_Angola_2009). (acesso aos: 01/08/2020).
- Vasconcelos, A. (2012). *Mobilidade urbana e cidadania*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional.
- Venâncio, J. (2015). Informality as an Important Feature of Luanda's Urban Process. A Closer Look at Bairro Prenda. In *Informality and urbanisation in African contexts: analysing economic and social impacts* (pp. 51–68). Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do IUL.
- Viegas, S. (2015). *Luanda, cidade (im)previsível? governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio*. Tese de Doutoramento em Arquitetura na UL. Lisboa: Faculdade de Arquitetura.
- Weba, K. (2013). Estudo Musseque em Luanda, caso Cazenga.(slideshare.net). Disponível em: <file:///C:/Users/deolp/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/apresentaopowerpointmussques-131010164921-phpapp01.pdf>. (acesso aos: 02/03/2020).
- White, R. & Wahba, S. (2019). Addressing constraints to private financing of urban (climate) infrastructure in developing countries. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 11(1),1-12. <https://doi.org/10.1080/19463138.2018.1559970>. (acesso aos: 01/08/2020).
- World Bank (2000b) *Cities in Transition — World Bank Urban and Local Government Strategy*. Washington, D.C: The World Bank.
- World Economic Forum (2005). *Women's Empowerment: Measuring the Global Gender Gap*. The United Nations Foundation in Washington DC USA. Geneva, Switzerland: WEF.
- Yescombe, E. (2002). *Principles of project finance*. Londres: Academic Press.
- Yescombe, E. (2007). *Public-Private Partnerships: Principles of policy and finance*. Butherworth-Heinemann.

Apêndices

Apêndice 1 – Definição de Parcerias Público-Privadas

Referencia	Definições
União Europeia (UE)	Forma de- comparação entre as- autoridades. públicas- e- as empresas do por-objetivo assegurar o financiamento, “a” construção, “a” renovação, gestão ou a manutenção de uma infraestrutura ou apresentação de um serviço.
Organização para “a” Cooperação “e” Desenvolvimento Economico	3- Acordo entre “o” governo “e” um “ou” mais parceiros privados. Os parceiros privados fornecem “o” serviço de acordo com “os” objetivos “definidos” pelo governo, “A” efetividade no alinhamento “entre” objetivos privados e “públicos” depende do grau de transferência de risco para os privados (se esta é suficiente ou não).
Fundo Monetário Internacional (FMI)	Acordo onde o setor privado fornece infraestruturas e serviços que eram tradicionalmente fornecidos pelo governo.
Banco-Europeu “de” Investimento (BEI)	Termo “genérico” para “a” relação entre “o” sector privado “e” os organizadores públicos sempre com o objetivo de introduzir recurso ou especialidades do sector privado de modo “a” fornecer “ao” sector público ativos e serviço
Comissão para as PPP do Reino Unido	Cooperação sustentável entre setor privado e público, onde são desenvolvidos serviços e onde os riscos, custos e proveitos são partilhados
*LPPP Angolana Lei nº 11/19	2. A constituição de uma sociedade de fim específico, cujas participações sociais são detidas pelos parceiros público e privado para a implementação de um projeto comum ou a prestação de um serviço público com vista à satisfação de uma necessidade coletiva.

Fonte: Própria da *autora e adaptada de Cruz e Sarmento (2019, p. 53)

Apêndice 2 – Modelos de PPP

ACRONIMO - Modelos de PPP/Concessões

BLT	Build, Lease and Transfer
BLTM	Build, Lease, Transfer and Maintain
BOL	Build, Operate and Lease
BOO	Build, Operate and Own
BOOR	Build, Operate, Own and Remove
BOOST	Build, Own, Operate, Subsidize and Transfer
BOOT	Build, Operate, Own and Transfer
BOT	Build, Operate and Transfer
BRT	Build, Rent and Transfer
BTO	Build, Transfer and Operate
DBFM	Design, Build, Finance and Maintain
DBFO	Design, Build, Finance and Operate
DBFOM	Design, Build, Finance, Operate and Maintain
DBOM	Design, Build, Operate and Maintain
DBOT	Design, Build, Operate and Transfer
DCMF	Design, Construct, Manage and Finance
DOD	Design, Operate and Deliver
FBOOT	Finance, Build, Own, Operate and Transfer
LROT	Lease, Renovate, Operate and Transfer
ROT	Rehabilitate, Operate and Transfer

Fonte: adaptado de Duffield (2010)

Apêndice 3 –Tipos de Riscos associados às PPP

RISCO	FASE	
Risco de planeamento	Conceção	Potencial inadequação entre as opções estratégicas do projeto e as necessidades do mercado
Risco de projeto	Conceção/ /construção	Erros e omissões que possam ser cometidos em fase de projeto e que apenas na fase de construção podem ser identificados
Risco de expropriação	Conceção	Dificuldade de libertação dos terrenos necessários a construção da infraestrutura
Risco de contestação pública	Conceção	Oposição pública ao projeto que pode originar a sua suspensão ou alteração substancial
Risco ambiental	Conceção/ /construção	Eventuais impactos ambientais negativos que possam originar a suspensão do projeto ou a sua alteração substancial
Risco de construção	Construção	Dificuldades na construção da infraestrutura que possam originar desvios de custos e/ou prazo
Risco de manutenção	Operação	Incerteza associada às atividades de manutenção
Risco de operação		Operação Incerteza associada à operação do serviço
Risco de procura	Operação	Incerteza associada à receita que provém das taxas ou tarifas cobradas aos utilizadores, e que possa afetar o equilíbrio económico-financeiro do projeto
Risco de disponibilidade	Operação	Incerteza associada à capacidade de cumprir com os níveis de disponibilidade requeridos para a infraestrutura, e que, com isso, impactar nos pagamentos realizados com base na disponibilidade
Risco de financiamento	Operação	Incerteza associada à evolução das condições de financiamento do projeto, nomeadamente, taxas de juro
Risco de inflação		Incerteza associada à evolução de preços, com particular relevâncias, os índices de preços aos consumidores, o preço de energia, e outros indexantes dependendo da natureza do projeto
Risco legal regulatório	Operação e	Eventuais impactos da alteração do enquadramento jurídico-regulatório
Risco de força maior		Operação Eventuais impactos que derivem de eventos de força maior como o caso de tempestades, sismos, atos de guerra, etc.

Fonte: adaptado de Duffield (2010)

Apêndice 4 – Comparação das PPP Urbanas à nível Europeu

		Planeamento Urbanístico						Contratação - PPP		
		Cidades	Contexto urbano	Área	Iniciativa	Participação Pública	Inst. -planeamento	Tipo de PPP	Financiamento	Trabalhos
Estudos de Casos	Itália	15 Exemplos	"Water Front"; "Brownfields"	De 330 a 3ha	Privada e Pública	Pouca importância: as intervenções ocorrem quase sempre em terrenos com poucos habitantes	Instrumentos de natureza negociada, em várias escalas	Institucionais	Público (local, provincial, estatal) e Privado	Construção
	Alemanha	Leipzig	"Bairros Degradados"	2 ha	Pública	Muita importância: a definição dos objetivos da intervenção é feita através da participação pública	Planos Integrados e Planos de Acção	Institucionais	Público (Local, Federal e Comunitário) e Privado	Construção e Operação
	Espanha	Barcelona	"Bairros Degradados", "Water Front"	200 ha	Pública	Muita Importância: Existência de processo participativo com grande contestação social.	Entidade pública intermunicipal, criada para o processo de planeamento	Institucionais	Público (Local, Regional, Central e Comunitário) e Privado	Construção e Operação
	Inglaterra	Bristol	"Bairros Degradados"; "Brownfields"	1,8 ha	Privada	Importante: Existência de processos participativos e discussão pública	Licenciamento Urbanístico negociado	Contratuais	Público (Local, Regional e Comunitário) e Privado	Planeamento e Construção
	Holanda	Tilburg	"Brownfields" e Reabilitação Urbana	7 ha	Privada e Pública	Muita Importância: Participação Pública como parte integrante do processo	<i>Informação não disponível</i>	Institucionais e Contratuais	<i>Informação não disponível</i>	Construção
	França	Nantes	"BrownFields" "Water Front"	350 ha	Pública	Importante: as intervenções ocorrem especialmente em terrenos de usos industrial mas o programa geral é discutido publicamente	Convenção Pública de Gestão + Plano Guia	Contratuais	Público (Metropolitano e Comunitário) e Privado	Planeamento e Construção

Fonte : adaptada de Gervásio J. (2012 p.63)

Apêndice 5 – Conceito Smart Cities

Autor	Definição
Gibson e tal. (1992)	«Uma cidade inteligente é aquela que utiliza todos os recursos e tecnologia disponíveis de forma inteligente e coordenada com o intuito de desenvolver centros urbanos que, uma vez integrados, são habitáveis e sustentáveis.»
Giffinger, e tal. (2007:11)	«Uma cidade inteligente é uma cidade bem-sucedida construída sobre uma combinação «inteligente» de dotações e actividades de cidadãos autónomos, independentes e conscientes.»
Caragliu e tal (2011)	«As cidades são inteligentes «quando os investimentos em capital humano e social e em transporte (tradicional) e a infra-estrutura de comunicação moderna (TIC) Alimentam o crescimento económico sustentável e uma qualidade de vida elevada, com uma governação participativa inteligente»
Cohen (2012)	«As cidades que utilizavam as tecnologias de informação e comunicação para oferecer serviços aos seus cidadãos»
Boston Consulting Group (2014)	«As smart cities adotam serviços e conceitos inovadores para melhorar a sustentabilidade ambiental, a viabilidade económica e o bem-estar dos cidadãos através da utilização de: 1-tecnologias com base nas TIC (por exemplo, sensores e data analytics); 2- Tecnologias inovadoras que não se fundamentam nas TIC (por exemplo, veículos de baixas emissões); e; 3 – Conceitos de planeamento urbano (por exemplo, modelos para melhorar a sustentabilidade)»
Dameri & Benevolo (2015)	«As smart cities procuram «utilizar tecnologia de ponta e tecnologia de informação e comunicação (TIC) especializada para implementar condições de vida de melhores nas grandes metrópoles, envolver os cidadãos na administração das cidades e dar suporte ao desenvolvimento económico sustentável e à atractividade da cidade.»
Barbosa (2016)	«Integra as tecnologias digitais nos principais sistemas de infra-estruturas da cidade, dependendo da infra-estrutura da Cidade Digital para construir edifícios inteligentes, sistemas de transporte, escolas, empresas, espaços públicos, serviços públicos, etc., e integra-os em sistemas urbanos inteligentes. Implementa sistemas urbanos inteligentes para apoiar o desenvolvimento socioeconómico, cultural e ecológico e melhorar a qualidade de vida.»
Hayat (2016)	«As Smart Cities têm como objectivo alcançar um desenvolvimento sustentável com uma qualidade de serviço melhorada e água e ar limpos a um preço acessível para todos os cidadãos.»

Fonte: Adaptado de Cruz e Sarmiento (2019)

Apêndice 6 – Definições de Empreendedorismo

<u>Schumpeter (1934)</u>
Empreendedorismo é encarado como novas combinações. Estas novas combinações incluem a introdução de um novo bem, de novos métodos de produção, abertura de um novo mercado, nova fonte de abastecimento e novas organizações. Estamos na presença de uma força criativa, em que o empreendedor é encarado como alguém que cria desequilíbrio.
<u>Kizner (1973)</u>
Empreendedorismo é a capacidade de perceber novas oportunidades, descobertas por entidades atentas.
<u>Drucker (1985)</u>
Empreendedorismo é o ato de inovação que envolve a organização dos recursos existentes através de novas apetências.
<u>Rumelt (1987)</u>
Empreendedorismo resulta na criação de novos negócios, com novos meios, introduzindo algum elemento novo.
<u>Stevenson e Jarillo (1990)</u>
Empreendedorismo é um processo pelo qual, indivíduos perseguem oportunidades considerando os recursos que controlam ou não.
<u>Timmons (1997)</u>
Empreendedorismo é uma forma de pensar, entender e agir, obcecada pela oportunidade, holística na abordagem equilibrada em termos de liderança.
<u>Morris (1998)</u>
Empreendedorismo pode ocorrer em qualquer tipo de organização e com resultados diversos - empresas, produtos, processos, mercados e tecnologias.
<u>Wennkers e Thurik (1999)</u>
O empreendedorismo resulta da vontade e capacidades expressas do indivíduo, por si só, em equipa, dentro ou fora das organizações existentes sua capacidade de perceber e criar novas oportunidades económicas, de introduzir as suas ideias no mercado, perante incerteza e outros obstáculos, tomando decisões sobre a localização, forma e utilização de recursos e instituições.
<u>Thornton e Flynn (2003)</u>
Empreendedorismo é tanto a descoberta e exploração, como a criação de novas oportunidades, que ocorrem como processos sociais e económicos dependentes de contexto.

Fonte: Própria Adaptado de Simões e Dominginhos (2006)

Apêndice 7 – Protocolo do Questionário

Questionário – Dissertação

*Obrigatório

BLOCO A - Apresentação do estudo, legitimação do questionário e questões éticas

Neste questionário de dissertação de Mestrado Académico, pretende-se medir a perceção individual dos cidadãos, em que medida as Parcerias Público Privada (PPP) acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano das cidades, em particular na cidade de Luanda.

1. Neste questionário de dissertação de Mestrado Académico, pretende-se medir a perceção individual dos cidadãos, em que medida as Parcerias Público Privada (PPP) acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano das cidades, em particular na cidade de Luanda. Obteve uma explicação sumaria dos objetivos da entrevista no contexto da investigação ? *

- Concordo
- Não concordo

2. Este estudo está a ser realizado de acordo com a lei de proteção dos dados, o seu anonimato e a confidencialidade do conteúdo dos dados referidos na entrevista estão salvaguardados. Obteve uma explicação sobre o anonimato e a confidencialidade do conteúdo do questionário ?

- Concordo
- Não concordo

3. Solicitamos igualmente por este meio a sua autorização para proceder a publicação no âmbito da dissertação de mestrado dos resumos das respostas. Foi-lhe feito o pedido de autorização para proceder a publicação dos resumos das respostas (mantendo o anonimato).

- Concordo
- Não concordo

[Anterior](#)

[Seguinte](#)

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Questionário – Dissertação

*Obrigatório

BLOCO B - Dados pessoais e Percurso de vida acadêmica e experiência profissional

4- Nome *

Questionário anônimo

5- Qual a sua função ou cargo atual ? *

- Funcionário Público
- Funcionário de empresa privada
- Empresário
- Estudante
- Desempregado

6- Pode fazer uma retrospectiva da sua vida acadêmica e experiência profissional mais relevante nesta área? (Pode escolher várias opções)

- Concluiu os estudos de nível básico
- Concluiu os estudos de nível médio
- Concluiu os estudos de nível superior
- Fez estágio
- Tem experiência profissional
- Tem experiência em PPP (Parceria Público Privada)

7- Qual é a sua idade? *

- Menor idade de 18 anos
- Entre 19-39 anos
- Entre 40-59 anos
- Mais de 60 anos de idade

8- Qual é o seu gênero (sexo)? *

- Masculino
- Feminino

9 - Qual é o seu atual nível académico? *

- Ensino de base
- Curso médio ou formação profissional
- Formação superior
- Outro

[Anterior](#)

[Seguinte](#)

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Questionário – Dissertação

*Obrigatório

BLOCO C - As Parcerias Público Privadas (PPP)

10 - Tem conhecimento da implementação de PPP em Luanda nos últimos 20 anos? Se sim, quais? (Pode escolher várias opções) *

- Não tenho conhecimento de PPP
- Sim. PPP nas obras/gestão de Habitação social
- Sim. PPP nas obras/gestão de ruas / estradas
- Sim. PPP nas obras/gestão de passeios
- Sim. PPP nas obras/gestão de rede de água canalizada
- Sim. PPP nas obras/gestão de rede elétrica e iluminação pública
- Sim. PPP nas obras/gestão de redes de esgoto e de drenagem
- Sim. PPP nas obras/gestão de paisagismo
- Sim. PPP nas obras/gestão de áreas diversas

11- Que vantagens e desvantagens dessa implementação reconhece? (Pode escolher várias opções) *

- Vantagem - Desconheço vantagens das PPP
- Vantagem - Prazos obras mais rápidas
- Vantagem - Preço obras mais baratas
- Vantagem - Qualidade obras mais duráveis
- Vantagem - Riscos são repartidos e minimizados
- Vantagem - Melhor gestão e manutenção dos bens públicos
- Desvantagem - Desconheço desvantagens das PPP
- Desvantagem - Longos Prazos obras mais lentas
- Desvantagem - Alto Preço obras mais caras
- Desvantagem - Má qualidade obras menos duráveis
- Desvantagem - Mais Riscos
- Desvantagem -Má gestão e menos manutenção dos bens públicos
- Outra: _____

12 - Quais PPP que considera chaves numa urbanização ? (Pode escolher várias opções) *

- Habitação social
- Nas ruas / estradas
- Nos passeios
- Na rede de água canalizada
- Na rede elétrica e iluminação pública
- Nas redes de esgoto e de drenagem
- Paisagismo
- Outras áreas

[Anterior](#)

[Seguinte](#)

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Questionário – Dissertação

*Obrigatório

Bloco D - Desenvolvimento Urbano

13- Que áreas atuais da cidade, observa que as PPP são mais urgentes ?
Justifique na pergunta abaixo *

- Luanda (Sambizanga; Rangel; Maianga; Ingombota; Samba; Neves Bendinha; Ngola Kiluanje.)
- Icolo e Bengo(Catete e Bela Vista)
- Quiçama
- Cacuaco(Kikolo; Cacuaco; Mulenvos de Baixo; Sequele)
- Cazenga(Cazenga; Hoji ya Henda; 11 de Novembro; Kima Kieza; Tala Hadi; Kalawenda)
- Viana(Viana; Estalagem; Kikuxi; Baía; Zango; Vila Flôr)
- Belas(Quenguela; Morro dos Veados; Ramiros; Vila Verde; Cabolombo; Kilamba)
- Kilamba Kiaxi(Golfe; Sapú; Palanca; Nova Vida)
- Talatona(Benfica; Futungo de Belas; Lar do Patriota; Talatona; Camama; Cidade Universitária)

13- Que áreas atuais da cidade, observa que as PPP são mais urgentes ?
Justifique. *

A sua resposta

14- Em que infra estruturas urbanas observa que a intervenção é prioritária? *

- Prioridade melhoria das habitações sociais
- Prioridade ruas asfaltadas
- Prioridade passeios
- Prioridade rede de água canalizada
- Prioridade rede elétrica e iluminação pública
- Prioridade rede de esgotos e drenagem
- Prioridade Paisagismo (jardins)
- Outras

14- Em que infra estruturas urbanas observa que a intervenção é prioritária?
Justifique. *

A sua resposta

14- Em que infra estruturas urbanas observa que a intervenção é prioritária? Justifique. *

A sua resposta

15 - Na sua opinião, a regulamentação legislativa existente em vigor, é adequada a implementação das PPP ? *

- Totalmente de acordo
- De acordo
- indiferente
- Em desacordo
- Totalmente em desacordo

16- Existem contributos a médio e longo prazo que advêm da intercooperação entre os empreendedores, agentes económicos privados participantes das PPP, com as outras partes tais como, entidades públicas e população? *

- Totalmente de acordo
- De acordo
- indiferente
- Em desacordo
- Totalmente em desacordo

16- Existem contributos a médio e longo prazo que advêm da intercooperação entre os empreendedores, agentes económicos privados participantes das PPP, com as outras partes tais como, entidades públicas e população? Justifique. *

- Aumenta o incentivo ao empreendedorismo
- Oportunidades de emprego
- Mais acesso a financiamento
- Menos custos para o Estado
- Melhor gestão dos bens públicos
- Não vejo nenhum contributo do empreendedorismo

17- Prevejo melhorias a nível do desenvolvimento urbanístico, económico e social? *

- Totalmente de acordo
- De acordo
- indiferente
- Em desacordo
- Totalmente em desacordo

17- Prevejo melhorias a nível do desenvolvimento urbanístico, económico e social? Quais melhorias? *

- Melhorar as habitações sociais
- Melhorar a urbanização e redes de abastecimentos
- Resolver o problema de Trânsito
- Melhoria de segurança urbana
- Melhorias no Paisagismo
- Outras melhorias
- Não vejo onde as PPP podem melhorar o desenvolvimento urbano de Luanda

18- Creio que as PPP acrescentam melhorias imediatas no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda? *

- Totalmente de acordo
- De acordo
- indiferente
- Em desacordo
- Totalmente em desacordo

[Anterior](#)

[Submeter](#)

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Apêndice 8 - Guião de Entrevista

Blocos	Objetivos Específicos	Questões / Abordagens
Bloco A - Apresentação do estudo, legitimação da entrevista e questões éticas	-Apresentar o estudo e explicar os objetivos da entrevista -Assegurar o anonimato e a confidencialidade da entrevista - Solicitar autorização para a gravação da entrevista	- Explicação sumaria dos objetivos da entrevista no contexto da investigação do estudo; - Explicação sobre o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista; - Pedido de autorização para proceder a gravação da entrevista (quando aplicável) ou publicação das respostas.
Bloco B - Dados pessoais e Percurso de vida académica e experiência profissional	- Recolher dados pessoais e Identificar saberes e competências adquiridos ao longo da vida (associados a vida académica e experiência profissional);	- Recolha dados pessoais, académicos e profissionais; - Fazendo uma retrospectiva da sua vida académica, que experiencias mais importantes destaca nesta área?
Bloco C As Parcerias Público Privadas (PPP)	- Identificar quais PPP são consideradas chaves na urbanização;	- Tem conhecimento da implementação de PPP em Luanda nos últimos 20 anos ? Se sim, quais? - Que vantagens e desvantagens dessa implementação reconhece? - Quais PPP que considera chaves numa urbanização ?
Bloco D - Desenvolvimento Urbano	- Indagar as áreas da cidade onde o desenvolvimento urbano é mais urgente;	- Que áreas atuais da cidade, observa que as PPP são mais urgentes para o seu Desenvolvimento Urbano? Justifique. - Em que infra estruturas urbanas observa que a intervenção é prioritária? Comente
Bloco E - Empreendedorismo	- Apresentar os benefícios que o Empreendedorismo no sector aportam e os contributos que daí advêm;	- Na sua opinião, a regulamentação legislativa existente em vigor, é adequada a implementação das PPP ? Que alterações julga cruciais? - Que contributos advêm da intercooperação entre dos empreendedores e as partes (agentes económicos, entidades públicas, Estado e população) ? Justifique.
Bloco F - Síntese das contribuições e recomendações ao estudo	- Reconhecer as melhorias imediatas para a cidade, nível do desenvolvimento urbanístico, económico, e social; - Perceber em que medida as PPP acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano das cidades;	- Que melhorias prevê a nível do desenvolvimento urbanístico, económico e social? - Em que medida crê que as PPP acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda?
Bloco G - Agradecimentos e Fecho	- Agradecer e perceber se há alguma última questão ou dúvida pendente antes do fecho da entrevista;	- Prezado entrevistado queira aceitar os nossos sinceros agradecimentos pela sua disponibilidade de tempo e colaboração neste estudo. O nosso muito obrigada.

Fonte: Própria da Autora

Apêndice 9 – Protocolo Entrevista

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE
LISBOA



ISCAL

AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS
NA URBANIZAÇÃO
ESTUDO DE CASO – CIDADE DE LUANDA, ANGOLA

DEOLINDA CANIFA SENA

Lisboa, Abril de 2021

Protocolo da Entrevista
(Word Editável para preenchimento)

ENTREVISTA – DISSERTAÇÃO
AUTORA – ENG. DEOLINDA CANIFA SENA

**TEMA: AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NA URBANIZAÇÃO - ESTUDO
DE CASO – CIDADE DE LUANDA, ANGOLA**

BLOCO A - Apresentação do estudo, legitimação da entrevista e questões éticas

Nesta entrevista de dissertação de Mestrado Académico, pretende-se medir a perceção individual dos cidadãos, em que medida as PPP acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano das cidades, em particular na cidade de Luanda.

Este estudo está a ser realizado de acordo com a lei de proteção dos dados, o seu anonimato e a confidencialidade do conteúdo dos dados pessoais privados referidos na entrevista são salvaguardados. Solicitamos igualmente por este meio a sua autorização para proceder a gravação da entrevista (quando aplicável) e a publicação por escrito da transcrição e resumo das respostas.

1- Obteve uma explicação sumaria dos objetivos da entrevista no contexto da investigação ?

() Sim _____

() Não _____

2- Obteve uma explicação sobre o anonimato e a confidencialidade do conteúdo dos seus dados pessoais da entrevista ?

() Sim _____

() Não _____

3- Foi-lhe feito o pedido de autorização para proceder a gravação da entrevista ? (Quando aplicável) e a transcrição e publicação dos resumos das respostas.

() Sim _____

() Não _____

BLOCO B - Dados pessoais e Percurso de vida acadêmica e experiência profissional

4- Nome:

5- Qual a sua função ou cargo atual ?

6- Pode fazer uma retrospectiva da sua vida acadêmica e experiência profissional mais relevante nesta área?

7- Qual é a sua idade?

- Menor idade de 18 anos
- Entre 19-39 anos
- Entre 40-59 anos
- Mais de 60 anos de idade

8- Qual é o seu gênero (sexo)?

- Masculino
- Feminino

9- Qual é o seu atual nível acadêmico?

- Ensino de base
- Curso médio ou formação profissional
- Formação superior
- Outro

BLOCO C - As Parcerias Público Privadas (PPP)

10- Tem conhecimento da implementação de PPP em Luanda nos últimos 20 anos ? Se sim, quais?

11- Que vantagens e desvantagens dessa implementação reconhece?

12- Quais PPP que considera chaves numa urbanização ?

Bloco D - Desenvolvimento Urbano

13- Que áreas atuais da cidade, observa que as PPP são mais urgentes ? Justifique.

MUNICÍPIOS	DISTRITOS URBANOS
LUANDA	Sambizanga; Rangel; Maianga; Ingombota; Samba; Neves Bendinha; Ngola Kiluanje.
ICOLO E BENGO	Catete; Bela Vista.
QUIÇAMA	_____
CACUACO	Kikolo; Cacuaco; Mulenvos de Baixo; Sequele.
CAZENGA	Cazenga; Hoji ya Henda; 11 de Novembro; Kima Kieza; Tala Hadi; Kalawenda.
VIANA	Viana; Estalagem; Kikuxi; Baía; Zango; Vila Flôr.
BELAS	Quenguela; Morro dos Veados; Ramiros; Vila Verde; Cabolombo; Kilamba.
KILAMBA KIAXI	Golfe; Sapú; Palanca; Nova Vida.
TALATONA	Benfica; Futungo de Belas; Lar do Patriota; Talatona; Camama; Cidade Universitária.

14- Em que infraestruturas urbanas observa que a intervenção é prioritária? Comente.

Prioridade melhoraria das habitações sociais

- Prioridade ruas asfaltadas
- Prioridade passeios
- Prioridade rede de água canalizada
- Prioridade rede elétrica e iluminação pública
- Prioridade rede de esgotos e drenagem
- Outras

15- Na sua opinião, a regulamentação legislativa existente em vigor, é adequada a implementação das PPP? Que alterações julga cruciais?

Bloco E - Empreendedorismo

16- Que contributos a médio / longo prazo antevê da intercooperação entre dos empreendedores e as outras partes intervenientes tais como, agentes financeiros, entidades públicas e população? Justifique.

Bloco F - Síntese das contribuições e recomendações ao estudo

17- Que melhorias a nível imediato (Curto Prazo) prevê a nível do desenvolvimento urbanístico, económico e social?

18- Em que medida crê que a implementação das PPP acrescentam melhorias no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda?

Bloco G - Agradecimentos e Fecho

Prezado entrevistado, os nossos sinceros agradecimentos pela sua disponibilidade de tempo e colaboração connosco neste estudo. O nosso muito obrigada.

O Investigador,



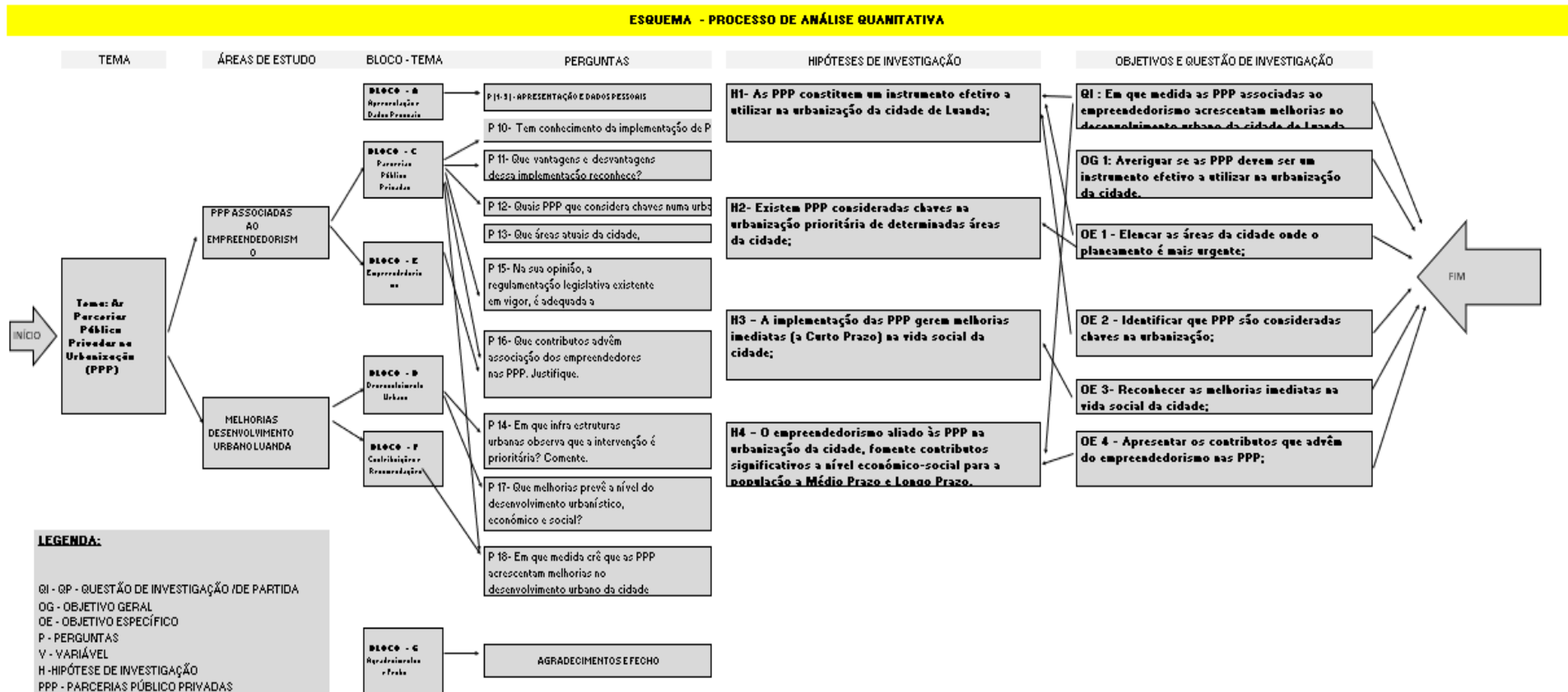
Eng.ª Deolinda Canifa Sena

Dissertação de Mestrado pela Instituição do ISCAL

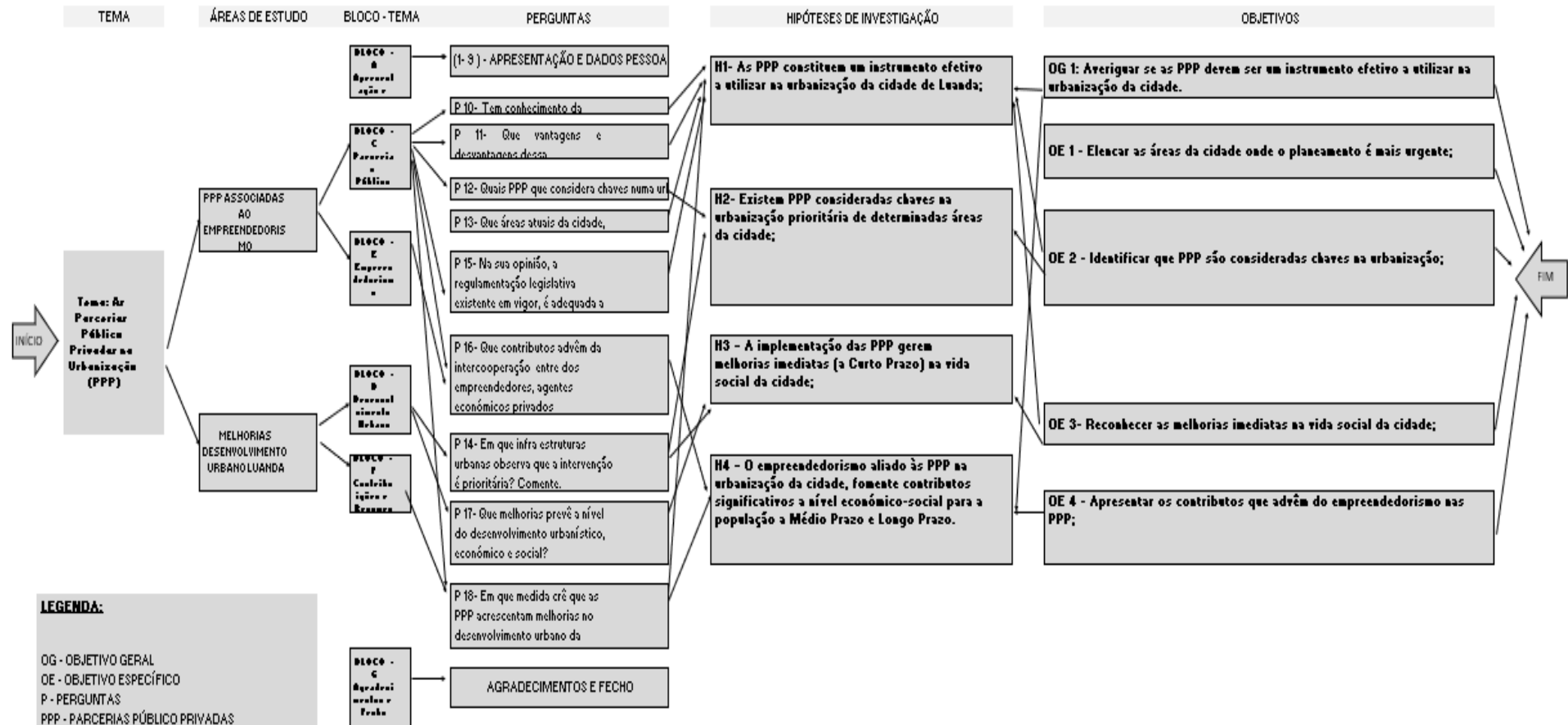
O Entrevistado,

Luanda aos ___ de ___ de 2021

Apêndice 10 – Esquema - Análise Quantitativa



Apêndice 11 - Esquema de análise de conteúdo análise qualitativa



Apêndice 12 – Mapa de Análise Conteúdo

Tema	Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo (UR)	Unidades de Contexto (UC) ou Quantificadores
As Parcerias Público Privadas (PPP)	Implementação das PPP	PPP identificadas	<p>“A ponte da Barra do Kwanza, a projecto metropolitano para Luanda, a construção do metro de superfície para Luanda” (UR.E1)</p> <p>“ a recolha de lixo na cidade de Luanda é feita por privados mediante contrato de concessão de serviço público.” (E2)</p> <p>“ uma empresa chamada Edurb era conjugação do estado angolano mais Odebrecht mais Prado Valadares que é uma empresa de urbanização de origem baiana brasileira e desenvolveram com isso, urbanização do Talatona e não teve o seu projecto concluído até ao final mas que era uma excelência de projecto” (E3)</p> <p>“ Como PPP que me lembre e não deram certo, por variadíssimas razões de onde destaco a impreparação empresarial e a ambição de ganho desmedida, posso apontar as seguintes- Saneamento básico nos bairros do Casenga e São Paulo; Requalificação da nova marginal com um projecto magnífico liderado pela filha do Ex-Presidente, Torres Kianda, do General Mateus e mais membros do Estado, entre outras.” (E4)</p> <p>“ obras de reabilitação e conservação de Estradas; Em Projectos habitacionais.” (E7)</p> <p>“[no distrito Urbano da Ingombotas] Ora os primeiros jardins a serem executados a proposta foi obviamente o desafio e o risco foi por parte da WM, portanto eles constroem, eles produzem o jardim e adoptam logo de imediato o grupo WM, quem faz é a EXPO GARDEN mais o grupo WM” (E8)</p> <p>“extensão e alargamento da Marginal de Luanda (Projecto Baía)” (E9)</p> <p>“Sim , no sector dos Petróleos - nomeadamente a Base do kwenda – Província do Zaire / Soyo.” (E11)</p>	<p>(E1) “projecto metropolitano para Luanda”</p> <p>(E2) “a recolha de lixo na cidade”</p> <p>(E3) “urbanização do Talatona (...) era uma excelência de projecto”</p> <p>(E4) “não deram certo, por variadíssimas razões (...) a impreparação empresarial”</p> <p>(E7) “reabilitação e conservação de Estradas”</p> <p>(E8) “os primeiros jardins (...) o desafio e o risco foi por parte da WM”</p> <p>(E9) “Projecto Baía”</p> <p>(E11) “sector dos Petróleos (...) Base do kwenda”</p>

Tema	Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo (UR)	Unidades de Contexto (UC) ou Quantificadores
		Vantagens das PPP	<p>“As vantagens das PPP são em grande maioria financeiras, o governo constrói bens públicos e do domínio público sem fazer desembolsos financeiros, entrega a exploração privada ate conseguir recuperar o dinheiro investido.” (E1)</p> <p>“ urbanizações lindas e agradáveis de se viver” (E1)</p> <p>“ a parceria pública ou privada tem um elemento fundamental, que é a repartição do risco entre o estado e o privado.” (E2)</p> <p>“ o Estado a não fazer um desembolso directo, em termos orçamentais o estado não faz um desembolso directo, então isso em termos de investimento publico, seria ouro sobre azul,” (E2)</p> <p>“ o estado não desembolsar tantos recursos” (E3)</p> <p>“por conta do estado é muito vantajoso por conta do privado também é vantajoso por ter o apoio institucional conseguir conquistar posições que só poderia conquistar com a parceria com o estado por conseguir</p>	<p>(E1) “As vantagens (...) maioria financeiras”</p> <p>(E1) “urbanizações (...) agradáveis de se viver”</p> <p>(E2) “repartição do risco”</p> <p>(E2) “Estado não faz um desembolso directo”</p> <p>(E3) “estado não desembolsar tantos recursos”</p>

			<p>conquistar operações que é de responsabilidade do estado.” (E3)</p> <p>“ O Estado poupa no investimento e por permuta incentiva com segurança a economia através do investimento no sector privado. Promove o desenvolvimento nos diversos sectores não investindo recursos próprios mas garantindo o retorno através da materialização de incentivos com benefício para o Estado e para os partners privados que vêm no Estado o garante do sucesso da operação.” (E4)</p> <p>“ A implementação de PPPs tem motivações financeiras (quando os governos estão com problemas de liquidez), visam a promoção de transparência por parte dos governos e os projectos são mais efectivos (o privado é mais eficaz na gestão).” (E5)</p> <p>“ o estado não vai precisar integrar grandes recursos onde as responsabilidades podem ser divididas, o estado mete uma parte, a parte privada também põe, ou então o estado entra com o terreno ou outro bem e depois a empresa privada entra com uma parte de recursos.” (E6)</p> <p>“ O país avança muito , de forma rápida isto é num curto espaço de tempo por exemplo, se nós melhorarmos por meio de PPP, o metro de superfície, por exemplo e um meio de transporte rápido de Luanda” (E6)</p> <p>“ i) redução significativa de esforço financeiro por parte do Estado; ii)</p>	<p>(E3) “privado (...) vantajoso (...) o apoio institucional”</p> <p>(E4) “Promove o desenvolvimento (...) não investindo recursos próprios”</p> <p>(E5) “PPPs tem motivações financeiras (...) governos (...)problemas de liquidez), (...) privado é mais eficaz na gestão”</p> <p>(E6) “responsabilidades podem ser divididas”</p> <p>(E6) “O país avança muito , (...) num curto espaço de tempo”</p> <p>(E7) “i) redução (...) esforço financeiro (...) Estado</p>
--	--	--	--	--

		<p>aceleração na concretização de desígnios a vários níveis.” (E7)</p> <p>“ a possibilidade do Estado resolver problemas que não precise depender de recursos financeiros imediatos, esta é a grande vantagem.” (E8)</p> <p>“uma parceria publico ou privada não se pode inserir apenas no rendimento de ambas as partes, não é isso só que e pretende mas que haja benefício também para o cidadão, que haja benefício para o utilizador para o usuário, portanto tudo isto tem de reflectir um ganho para a sociedade para o munícipe para a Municipalidade” (E8)</p> <p>“Melhoria na mobilidade urbana da via principal litorânea da Cidade de Luanda, e surgimento de calçada pedonal e mais área verde na frente marítima.” (E9)</p> <p>“as parcerias público privadas são muito importantes no sentido de que recursos são escassos o Estado não consegue fazer tudo e para poder alavancar certas ou certas áreas da vida económica. Talvez a saída seria a implantação de parcerias públicas privadas que daria um alívio naquilo que a tesouraria a nível do Estado” (E10)</p> <p>“Vantagens na prestação de um melhor serviço de qualidade, disponibilização de capital para iniciar e finalizar o projecto, formação técnico profissional.” (E11)</p>	<p>ii) aceleração na concretização”</p> <p>(E8) “ Estado resolver problemas que não precise depender de recursos financeiros”</p> <p>(E8) “benefício para o utilizador para o usuário, (...) ganho para a sociedade”</p> <p>(E9) “ Melhoria na mobilidade urbana”</p> <p>(E10) “poder alavancar certas ou certas áreas da vida económica.”</p> <p>(E11) “Vantagens na prestação de um melhor serviço de qualidade”</p>
--	--	--	--

		Desvantagens PPP	<p>“as desvantagens decorrem mais da capacidade em como o estado negocia os contratos para parcerias públicos ou privadas.” (E2)</p> <p>“desvio de objetivos do sector público e mistura de interesses públicos e privados. A corrupção é maior e o compadrio” ajuda” muito a camuflar interesses privados que se sobrepõem aos interesses públicos e do Estado.” (E4)</p> <p>“quando a PPP, não for bem assinada pode ser que o estado sai sempre a perder,” (E6)</p> <p>“lentidão na recuperação do capital investido” (E7)</p> <p>“não existem quase nenhuma, na verdade a exploração do espaço publicitário daquele local fica entre aspas hipotecada a benefício do credor para si ou Investidor que é o privado, durante um período de tempo quer dizer que durante um período de tempo o Estado não arrecada qualquer valor” (E8)</p> <p>“Deficiente articulação institucional e deficiente mecanismo de gestão financeira.” (E9)</p> <p>“Desvantagens no controlo e gestão totalmente privado, pouco poder negocial para definição dos preços por parte do sector publico.” (E11)</p>	<p>(E2) “desvantagens (...) como o estado negocia os contratos”</p> <p>(E4) “desvio de objetivos do sector público e mistura de interesses (...) corrupção”</p> <p>(E6) “PPP, não for bem assinada pode (...) o estado sai sempre a perder”</p> <p>(E7) “lentidão na recuperação do capital”</p> <p>(E8) “não existem quase nenhuma”</p> <p>(E9) “Deficiente articulação institucional”</p> <p>(E11) “Desvantagens no controlo e gestão totalmente privado, (...) pouco poder negocial”</p>
--	--	------------------	---	---

		<p>Importância das PPP</p>	<p>“A construção das infraestruturas, dos equipamentos sociais e eventualmente das casas.” (E1)</p> <p>“ Recolha de lixo, tratamento de água, distribuição de luz, não geração, mas distribuição de luz.” (E3)</p> <p>“ gere eficiência e melhores condições de vida para os utilizadores.” (E5)</p> <p>“ As PPPs transferem riscos significativos ao privado, o que obrigaria de si maior eficiência na gestão urbana da cidade.” (E5)</p> <p>“ ... o estado vai deixar de investir em medicamentos, mas hospitais porque as pessoas vão ficar menos doentes, por outro lado vai haver mais oportunidades de emprego que é um grande problema que existe no nosso país, jovens mais empresas vão abrir, mas postos de trabalho vão ficar a disposição, e isso também vai ajudar o próprio estado a ter gestores devidamente habilitados” (E6)</p> <p>“ Considero chave a infraestruturização da urbanização que por sinal é a mais onerosa” (E8)</p> <p>“ os transportes é muito importante (...) porque a manutenção e gestão de qualquer redes de transportes públicos num meio urbano acaba por não ser lucrativo se for o estado a assumir” (E8)</p> <p>“ Acrescentam melhorias com a disponibilização de infra-estruturas com qualidade e sustentáveis para o futuro, com</p>	<p>(E1) “A construção das infraestruturas”</p> <p>(E3) “Recolha de lixo, tratamento de água, distribuição de luz”</p> <p>(E5) “melhores condições de vida para os utilizadores”</p> <p>(E5) “PPPs transferem riscos significativos ao privado, (...) maior eficiência na gestão urbana”</p> <p>(E6) “mais postos de trabalho”</p> <p>(E8) “chave a infraestruturização da urbanização”</p> <p>(E8) “redes de transportes públicos”</p> <p>(E11) “infra-estruturas com qualidade e sustentáveis (...)</p>
--	--	----------------------------	---	--

			a introdução de factores tecnológico moderno.” (E11)	com a introdução de factores tecnológico moderno”
		Alterações necessárias	<p>“ É urgente devolver o poder de compra as famílias que já vivem em urbanizações construídas com fundos públicos para que o rendimento que dai se arrecadar pode ser usado para a construção de novas urbanizações” (E1)</p> <p>“ infelizmente não antevejo melhorias a curto prazo.” (E4)</p> <p>“ serviços, manutenção, se fosse encaixada numa PPP, poderíamos ter nestas nossas centralidades, muito melhores no ponto de vista de habitualidade, conservação, qualidade de vida mesmo, as pessoas não precisavam sair, poríamos ai várias zonas.” (E6)</p> <p>“infra-estrutura, infra-estrutura, quer seja a rede de drenagem de águas pluviais que é um caos não è? (...) a parte de abastecimento de água e a própria electrificação nesse caso seria as zonas chaves para essas parcerias.” (E10)</p> <p>“Acho que as Parcerias público-privadas dariam um grande salto em desengavetar alguns projectos e esses mesmos projecto terem pernas para andarem e mais adiante teríamos aquilo que todos nós estamos à</p>	<p>(E1) ““ É urgente devolver o poder de compra as famílias (...) arrecadar pode ser usado para a construção de novas urbanizações”</p> <p>(E4) “não antevejo melhorias a curto prazo”</p> <p>(E6) “serviços, manutenção, (...) encaixada numa PPP, poderíamos ter nestas nossas centralidades, s”</p> <p>(E10) “infra-estrutura, quer seja a rede de drenagem de águas pluviais”</p> <p>(E10) “Acho que as Parcerias público-privadas (...) desengavetar alguns projectos (...) Desenvolvimento econômico urbanístico e social”</p>

			<p>procura que é o Desenvolvimento econômico urbanístico e social.” (E10)</p> <p>“Poderão existir melhorias com uma maior participação do sector privado na execução dos projectos e na sua gestão” (E11)</p>	<p>(E11) “melhorias com uma maior participação do sector privado</p>
Desenvolvimento urbano	Áreas de Luanda	Prioridades nas PPP	<p>“[Luanda] As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população” (E1)</p> <p>“ todos os municípios carecem de parceria público ou privadas, é difícil estar a diferencia-los, estas tudo carentes.” (E2)</p> <p>“ Cacuaco poderia ser uma zona muito atractiva do ponto de vista turístico” (E3)</p> <p>“ olha uma outra zona muito, muito, interessante da cidade, muito, duas Boa Vista e Sambizanga.” (E3)</p> <p>“ Infraestruturação, Comercialização, Construção” (E4)</p> <p>“[Luanda] Muito urgente para minimizar e acabar com a desordem urbana e a arrogância social de quem nada tem, nada sabe e tudo quer, de qualquer maneira e sem escrúpulos.” (E4)</p> <p>“ Qualquer uma das áreas da cidade” (E5)</p> <p>“ eu acho que Luanda precisava de uma PPP a nível de transporte, na vertente transporte.” (E6)</p>	<p>(E1) “[Luanda] (...) infraestruturas (...) não acompanharam o crescimento da população”</p> <p>(E2) “todos os municípios carecem”</p> <p>(E3) “Cacuaco (...) zona muito atractiva (...) turístico”</p> <p>(E3) “Boa Vista e Sambizanga”</p> <p>(E4) “Infraestruturação,”</p> <p>(E4) “Luanda Muito urgente (...) acabar com a desordem urbana”</p> <p>(E5) “Qualquer uma das áreas da cidade”</p> <p>(E6) “Luanda PPP a nível de transporte”</p>

			<p>“ Talatona, Luanda e Talatona são os municípios nesta face com essa possibilidade de criar parcerias público-privadas.” (E8)</p> <p>“Sistemizar bons mecanismos de contratualização; Sistemizar parâmetros de monitorização; Sistemizar parâmetros de recepção.” (E9)</p> <p>“seria uma espécie de requalificação das redes antigas na grande Luanda, só Luanda tendo saúde porque também ali onde estão aqueles que dirigem o país” (E10)</p>	<p>(E8) “Talatona, Luanda e Talatona são os municípios (...) criar parcerias público-privadas”</p> <p>(E9) “Sistemizar bons mecanismos de contratualização; (...) de monitorização”</p> <p>(E10) “requalificação das redes antigas na grande Luanda”</p>
	Infraestruturas urbanas	Prioridade de intervenção	<p>“Prioridade rede de água canalizada, Prioridade rede elétrica e iluminação pública, Prioridade rede de esgotos e drenagem” (E1)</p> <p>“a principal prioridade de Luanda são a rede de esgotos e drenagem, mais do que passeios, ruas asfaltadas água canalizada, é esgoto e drenagem.” (E2)</p> <p>“ drenagem e junto com drenagem leva água” (E3)</p> <p>“ Prioridade passeios , Prioridade rede de água canalizada, Prioridade rede elétrica e iluminação pública, Prioridade rede de esgotos e drenagem”. (E4)</p>	<p>(E1) “Prioridade rede de água canalizada, Prioridade rede elétrica (...) rede de esgotos e drenagem”</p> <p>(E2) “ rede de esgotos e drenagem.”</p> <p>(E3)“ drenagem e junto com drenagem leva água”</p> <p>(E4)“ Prioridade passeios , Prioridade rede de água canalizada, (...) rede elétrica e iluminação pública, (...) rede de esgotos e drenagem”</p>

		<p>“Prioridade ruas asfaltadas, Prioridade rede de água canalizada, Prioridade rede elétrica e iluminação publica, Prioridade rede de esgotos e drenagem”. (E5)</p> <p>“ redes de esgotos e drenagem, a prioridade absoluta” (E6)</p> <p>“Prioridade ruas asfaltadas, Prioridade passeios, Prioridade rede de água canalizada, Prioridade rede elétrica e iluminação publica, Prioridade rede de esgotos e drenagem”. (E8)</p> <p>“[em Luanda] Melhorias de gestão urbanística ao Centro Histórico da Cidade, dotação de qualidade aos equipamentos edificados e as infraestruturas” (E9)</p> <p>“rede de esgoto e drenagem.” (E10)</p> <p>“Prioridade ruas asfaltadas, rede de água canalizada, Prioridade rede elétrica e iluminação publica, Prioridade rede de esgotos e drenagem” (E11)</p>	<p>(E5) “Prioridade ruas asfaltadas, (...) rede de água canalizada, (...) rede elétrica e iluminação publica, (...) rede de esgotos e drenagem”</p> <p>(E6) “ redes de esgotos e drenagem”</p> <p>(E8) “Prioridade ruas asfaltadas, (...) passeios, (...) rede de água canalizada, (...) rede elétrica e iluminação publica, (...) rede de esgotos e drenagem”.</p> <p>(E9) “[em Luanda] Melhorias de gestão urbanística ao Centro Histórico da Cidade (...) as infraestruturas”</p> <p>(E10) “rede de esgoto e drenagem”</p> <p>(E11) “Prioridade ruas asfaltadas, rede de água canalizada, (...) rede elétrica e iluminação publica, (...) rede de esgotos e drenagem”</p>
	Melhorias Previstas	<p>“Embora sobre a bandeira dos objectivos do milénio 2030, para Angola é previsto um</p>	<p>(E1) “objectivos do milénio 2030 para Angola”</p>

		<p>degradar da situação urbanística, económica e social” (E1)</p> <p>“ Saneamento seria mais organizado, ou ficar menos doente quer dizer vou menos ao hospital, tenho mais dinheiro, não uso tanto o meu carro, não gasto combustível, tenho passe, melhorava a minha qualidade de vida, sentia-me mais a vontade, acolhido em viver em Luanda” (E6)</p> <p>“ As perspectivas são boas, na medida em que já se começa a olhar para o ordenamento do território como “política pública” e fundamental ao desenvolvimento equilibrado, sustentável e resiliente” (E8)</p>	<p>(E6) “ Saneamento seria mais organizado, ou ficar menos doente (...) não uso tanto o (...) não gasto combustível, (...) melhorava a minha qualidade de vida, (...) acolhido em viver em Luanda”</p> <p>(E8) “ As perspectivas são boas (...) ordenamento do território”</p>	
	Regulamentação Legislativa	Adequação Legislativa	<p>“a Legislação vigente é suficiente para atração de investimento” (E1)</p> <p>“Eu acho que é, são perfeitamente adequadas” (E2)</p> <p>“Acredito que parte dela [da regulamentação] possa ser aproveitada como linha condutora” (E4)</p> <p>“Com a aprovação recente do Decreto Presidencial 111/21, de 29 de Abril (...) penso que estão criadas as condições cruciais para implementação das PPPs”. (E5)</p>	<p>(E1) “Legislação vigente é suficiente”</p> <p>E(2) “são perfeitamente adequadas”</p> <p>(E4) “parte dela [da regulamentação] possa ser aproveitada como linha condutora”</p> <p>(E5) “aprovação recente do Decreto Presidencial 111/21, de 29 de Abril (...) estão criadas as condições”</p>

			<p>“ nós fizemos contratos assinados entre ambas as partes que são produzidos por juristas acredito eu , que as leis estão todas lá bem referidas” (E8)</p> <p>“ , a nova legislação é adequada e ajustada a realidade económica e social de Angola.” (E11)</p>	<p>(E8) “as leis estão todas lá bem referidas”</p> <p>(E11) “a nova legislação é adequada”</p>
		Alterações na Legislação	<p>“as alterações poderiam prender-se com o nível de autorização para a realização da PPP, uma vez que os bens públicos e de domínio público dependem da autorização do Presidente da República que tem uma estrutura muito burocrática que vai desde o diretor de gabinete ao Conselho de ministro.” (E1)</p> <p>“os mecanismos de implementação de parcerias encontram muitas situações de complexidade que resultam de excesso de redundâncias de funções dos organismos responsáveis à sua implementação e agravado a inexperiência técnica na sua aplicabilidade.” (E9)</p>	<p>(E1) “as alterações (...) o nível de autorização para a realização da PPP, uma vez que (...) dependem da autorização do Presidente da República que tem uma estrutura muito burocrática”</p> <p>(E9) “os mecanismos de implementação de parcerias (...) resultam de excesso de redundâncias de funções dos organismos (...) inexperiência técnica”</p>
Empreendedorismo	Intercooperação contributos entre entidades	O Estado	“Já esta provado que o Estado por si só não consegue garantir urbanizações que possam atender o exponencial crescimento demográfico de Luanda, também ja ficou	

			<p>provado que os particulares (povo em geral) por si só não conseguem construir urbanizações condignas para se viver (prova disso são os diferentes bairros que foram construídos desde a independência). Dito isso, é preciso promover as PPP para que cada Angolana possa ter uma habitação condigna” (E1)</p> <p>“ Se evoluirmos para a descentralização do Poder e promovermos o desenvolvimento local, a competição entre autarquias acelera o desenvolvimento qualitativo suportado pelos investidores privados.”(E4)</p> <p>“ Os contributos são enormíssimos uma vez que o Estado não tem capacidade por si só dar respostas a todas as questões ligadas ao desenvolvimento do país. Ou seja quanto maior for a descentralização e desconcentração da economia, mais rápido o país conseguirá desenvolver.” (E8)</p>	<p>(E1) “construir urbanizações condignas (...) promover (...) habitação condigna”</p> <p>(E4) “ (...) descentralização (...) desenvolvimento local”</p> <p>(E8) “ Os contributos são enormíssimos (...) desconcentração da economia”</p>
		Os privados	<p>“ esta cooperação tem que dar vantagem económica aos privados, aos agentes económicos e aos empreendedores,” (E2)</p> <p>“ onde o privado põe a mão a coisa funciona” (E3)</p> <p>“ A intercooperação permitirá haver maior iniciativa privada, maior celeridade na implementação dos projectos, maior fiscalização das acções dos intervenientes e mais benefícios aos cidadãos.” (E5)</p>	<p>(E2) “vantagem económica (...) aos empreendedores”</p> <p>(E3) “a coisa funciona”</p> <p>(E5) “maior celeridade (...) e mais benefícios aos cidadãos”</p> <p>(E6) “ ganham tempo, ganham dinheiro”</p>

			<p>“ ganham tempo, ganham dinheiro , ganham mobilidade, ganham na concorrência” (E6)</p> <p>“ Os contributos são a introdução de melhores praticas de gestão, com a participação do sector privado, transferência de experiencia e tecnologia na interacção entre entidades públicas e privadas, bem como a integração da população na execução dos projectos” (E11)</p>	<p>(E11) “melhores praticas de gestão (...) transferência de experiencia e tecnologia na (...) integração da população na execução dos projectos”</p>
		<p>Outros contributos gerados pelo Empreendedorismo</p>	<p>“ Os principais contributos são (...) conjunto de iniciativas que, ao serem implementadas sacodem o tecido económico criando factores catalisadores do desenvolvimento nas suas diferentes escalas.” (E4)</p> <p>“ houve contratação de mão de obra para executar os projectos, (...) quer na área de portanto da serventia portanto nos trabalhos mais pesados, trabalhos braçais, e também no trabalho mais especializado portanto mais científico” (E8)</p> <p>“encontra-se um outro tipo de problemas que esbarram na fraca qualidade de um verdadeiro empresariado nacional com capacidade e características para exercerem uma parceria salutar e produtiva” (E9)</p> <p>“a junção de sinergias para catapultar investimentos e possivelmente então teremos ali um cenário de inovação que ninguém vê.” (E10)</p>	<p>(E4) “catalisadores do desenvolvimento”</p> <p>(E8) “contratação de mão de obra”</p> <p>(E9) “fraca qualidade de um verdadeiro empresariado nacional”</p> <p>(E10) “junção de sinergias para catapultar investimentos (...) cenário de inovação”</p>

			<p>“podemos ter um desenvolvimento no ponto de vista do urbanismo no ponto de vista económico e social que nos faltos é o desenvolvimento para que os jovens possam ter emprego e com o desenvolvimento muita coisa poderá acontecer” (E10)</p>	<p>(E10) “ter um desenvolvimento no ponto de vista do urbanismo no ponto de vista económico e social (...) jovens possam ter emprego”</p>
--	--	--	---	---

Legenda:

(P) – Pergunta

(E) – Entrevistado

(UR) – Unidade de Registo

(UC) – Unidade de Contexto

Apêndice 13 – Mapa Resumo das Entrevistas

BLOCO	RESPOSTA E1	RESPOSTA E2	RESPOSTA E3	RESPOSTA E4	RESPOSTA E5	RESPOSTA E6	RESPOSTA E7	RESPOSTA E8	RESPOSTA E9	RESPOSTA E10	RESPOSTA E11
BLOCO A	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
P1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
P2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
P3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
BLOCO B	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
P4	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo	Anónimo
P5	Director Geral do Grupo Kagilda e Consultor	Advogado e professor Catedrático de direito	Sócio gerente da Proimóveis	Director Técnico da Space Project-Estudos Projectos e Fiscalização Lda	Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território da República de Angola.	Docente Universitário e gerente das vias do bem	Director Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (DNOTU), no Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.	Administrador do município de Talatona.	Director Geral do Instituto de Planeamento Territorial	Director técnico da Alva Ventures, S.A.	Director da Zona Económica Especial Luanda – Bengo
P6	Técnico médio de Mecânica – na especialidade de máquinas e motores, bacharel em economia e Técnico Superior de Auditoria. No âmbito profissional, consultor Económico, Financeiro, Fiscal e Administrativo.	sou catedrático e a minha área de investigação científica é o direito administrativo.	A minha vida académica, ela com começa há 14 anos, quando encruça no curso médio de Edificações com 18 eu me formei em Edificações, fui fazer um estágio na secretaria da habitação do município de São Paulo Município	Formei-me em Arquitectura e Urbanismo em 1983 na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, mais tarde Faculdade de Arquitectura de Lisboa (FAL). Emigrei para o Brasil, São Paulo, onde tive a oportunidade de trabalhar em grandes projectos imobiliários, onde pude	Licenciado em Gestão e Contabilidade (UPRA), MBA em Finanças e Negócios (BBS), MBA em Finanças com Ênfase em Controladoria e Auditoria (FGV), Perito Contabilista, Certificado Internacional - APMG <i>Certified</i> PPP Professional (CP3P®) Foundation Examination (Número de registo	A minha vida académica, estudei na universidade Agostinho Neto, licenciado em engenharia civil depois, estava a frequentar um mestrado de engenharia Hidráulica mecânica, também pela universidade agostinho Neto, com a parceria da faculdade de engenharia da	Técnico médio em Planeamento Físico pelo Instituto de Planificación Física de Havana-República de Cuba; - Licenciado em arquitectura e Urbanismo pela Universidade Privada de Angola (UPRA). Experiencia Profissional -Director	Eu iniciei minha formação em Portugal fiz a minha primeira classe no norte de Portugal em Viseu, fiquei dois anos lá os primeiros 2 anos da escola do ensino primário. Depois fui para Lisboa dou continuidade aos estudos, em Odivelas fiz o ensino primário ensino preparatório e	Monitor no Instituto Médio Técnico; Monitor na Universidade Agostinho Neto; Professor Auxiliar na Universidade Agostinho Neto; Pesquisador em Planeamento Territorial; Director Geral do Instituto de Planeamento Territorial; Consultor da Ministra do	Correcto, eu na verdade em 2009 terminei a minha licenciatura em Engenharia Civil, pela Universidade Agostinho Neto, foca de engenharia em 2010 à 2013, conclui um mestrado em estrutura JTM pela Universidade Nova de Lisboa Ciência e Tecnologia 2018. Terminei um MBA e finanças	Formação em Economia pela Universidade Autónoma de Lisboa e Pós-graduação pela Universidade Católica Portuguesa, actualmente Mestrando em Empreendedorismo pelo ISCAL. Comecei a minha carreira na banca como gestor financeiro do Banco Espírito Santo Angola – BESA , e na sequência uma

		<p>esse que hoje deve ter aproximadamente 10 milhões de habitantes é para desenvolver um trabalho de regularização dos loteamentos clandestinos que era o parcelamento das terras sem aprovação do órgão público que é mais ou menos o que nós temos aqui que são as ocupações irregulares não são Invasões são ocupações irregulares sem urbanização sem regularização da terra e tudo mais e depois eu passei pelo curso de engenharia civil mas não me apeteceu passei é por duas faculdades e depois eu</p>	<p>compreender uma lógica diferente de triunfar no Imobiliário com factores críticos como por exemplo a inflação ter atingido valores considerados como impossíveis mas reais de 200% de inflação...ao mês! Os bens eram comprados em OTNs ou ORTNs (respectivamente Obrigações do Tesouro Nacional e Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional). Consegui, vi e ajudei a vencer. Trabalhei com nomes grandes da arquitectura mundial como por exemplo Roberto Venturi, Carlos Bratke, Tohmy Otake, Robert Fucks, Óscar Niemayer, Raúl Molina, entre outros. Regressei a</p>	<p>20009444592), membro da Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas (CTPPP).</p>	<p>cidade do Porto, falta a dissertação deste mestrado. A nível profissional sou docente, também tenho empresa de construção, vou fazendo, vamos agindo como empresa de fiscalização e construção ao mesmo tempo, elaboração de projectos, no âmbito privado, no âmbito público, sobretudo no programa integrado dos municípios, não só a nível de Luanda, a nível das províncias, Bengo, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Bié e Cuanza- Sul</p>	<p>Provincial de Planeamento Físico de Malanje; - Chefe de Departamento Nacional de Coordenação e apoio técnico da DNOTU; - Chefe de Departamento de Planos Urbanísticos e Rurais da DNOTU; - Professor Assistente na cadeira de história do habitat, história da arquitectura e do urbanismo II, III e IV na UPRA. - Director Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo no Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.</p>	<p>o secundário, o preparatório dei continuidade no colégio em Lisboa, colégio Cristofalo, portanto conhecido por muitos que tiveram lá. Fiz lá o 10º 11º 12º ano e ingressei depois na faculdade fiz Arquitectura no primeiro ano na Universidade moderna até o terceiro ano e fez o quarto e quinto ano concluiu na Universidade Lusófona de Lisboa, quando precisamente na altura em que Fechou aqueles problemas da Universidade Moderna então concluiu os estudos na universidade portanto Lusófona de Lisboa e ainda fiz inscrição e as primeiras aulas do mestrado Reabilitação Urbana, e acabei depois por enveredei a</p>	<p>Ambiente; Consultor Independente; Retomada a Direcção Geral do Instituto de Planeamento Territorial.</p>	<p>e negócio pela ISABE uma escola de administração pública no Brasil e actualmente terminei a parte académica do mestrado em empreendedorismo Gestão e empreendedorismo pelo ISCA está nesse preciso momento tenho vários cursos de superações profissionais, em Angola, no Brasil e Portugal. Comecei a trabalhar em engenharia civil em 2006 na Odebrecht, aonde fui estagiário. Depois passei por uma empresa de fiscalização de obras mas antes passei pela Lotus uma empresa de construção. Também posteriormente passei por essa fiscalização. Assange 2012, 2015. Actualmente estou como Director técnico de Alva Ventures desde 2015. Neste preciso momento temos mais de dez anos</p>	<p>passagem pelo sector da construção e obras públicas , concretamente na função de Consultor para área económica do Ministro da Construção e Obras Públicas.</p>
--	--	---	--	---	---	--	--	---	---	---

		<p>terminei por fazer o curso de direito me formar com 27 anos e é o curso que eu amo e eu acho que deveria ser dado no nível médio ou curso de direito ou não no nível superior e a minha experiência profissional ela sempre foi não é uma imobiliário desde o estágio com 18 anos depois eu tive uma escritório de projectos uma vez que era técnico em edificações e sempre nessa área imobiliária depois tive imobiliária no Brasil depois fui convidada a dirigir uma imobiliária com 75 mediadores, no ano de 2003 veio o convite para</p>	<p>Portugal para desenvolver o novo conceito de <i>Shopping Malls</i> (Sonae) e mais tarde o novo conceito da rede e implantação dos Mercados Abastecedores em Portugal (SIMAB). Regressei a Angola em 2008. Morei cá de 1960 a 1970 onde troquei Angola por Moçambique onde vivi até 1974. Desde 2008 que vivo em Luanda onde tenho desenvolvido trabalho no sector provado e no sector da Administração Pública e Estado. Destaco a reforma da Assembleia da República, o Edifício da Magistratura Judicial, os Projectos tipo da Província do Cuando Cubango ao abrigo do Programa PIIM e o projecto dos Mangais Golf</p>			<p>minha disponibilidade de tempo no trabalho na minha carreira profissional não tive depois qualquer hipótese de continuar a estudar porque portanto aquilo as funções que eu desempenhava na altura na empresa onde eu trabalhava é uma empresa de construção civil de projectos Imobiliários já com alguma dimensão na zona de Lisboa então acabei de ficar com os estudos académicos só mesmo pela licenciatura e aí portanto e assim foi daí depois avancei para deformações de cursos portanto que estavam ligados quase todos eles a Arquitectura especialidades que fui tirando de algumas ferramentas usadas na</p>	<p>para trabalhar em engenharia civil.</p>
--	--	---	--	--	--	--	--

		<p>eu vir para Angola, em Janeiro de 2004 cá cheguei. A experiência profissional para mim mais relevante que eu gosto muito é formação Eu gosto muito de formar jovens e indicar o caminho e outra experiência que tem sido muito agradável junto ao estado angolano na parceria para de propostas para a melhoria do imobiliário em si do ambiente de negócios numa fala mais lato senso e é isso Eu tenho sido uma experiência muito bom reconhecimento de todos os lados e ministérios, pois é chamando a</p>	<p>na Barra do Kwanza.</p>			<p>arquitectura e depois avancei vim para Luanda 2008 final de 2008 então e pronto aqui iniciei uma nova carreira foi aqui que acabei por formar-me também na área da Avaliação de imobiliária Onde fiz também este curso aonde tive o prazer de ser teu colega, na academia BAI que acabou por se juntar mais esta vertente aqui ao meu aqui ao meu currículo académico, outros cursos também tive fiz lembro agora Instituto de seguros de Portugal onde tive durante alguns anos portanto a exercer o seguros de vida e não vida a fazer esta parte profissional, mais pronto que mereceu uma formação</p>		
--	--	--	----------------------------	--	--	---	--	--

			gente aí para opinar a respeito e cada vez nos ouvindo mais graças a Deus especialmente e é nesse novo governo do João Lourenço.					também para o efeito, basicamente é isso em termos académicos, pelo meio foram se metendo outros cursos.			
P7	Entre 40-59 anos	Entre 40-59 anos	Entre 40-59 anos	Mais de 60 anos de idade	Entre 40-59 anos	Entre 19-39 anos	Entre 40-59 anos	Entre 40-59 anos	Entre 40-59 anos	Entre 19-39 anos	Entre 40-59 anos
P8	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
P9	Formação superior	PHD	Formação superior	Formação superior	Formação superior	Formação superior	Formação superior	Formação superior	Formação superior	Formação superior	Formação superior
BLOCO C	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
P10	Sim. A ponte da Barra do Kwanza, a projecto metropolitano para Luanda, a construção do metro de superfície para Luanda, entre outras.	Olha, eu vou lhe dizer que parceria pública ou privada, tal e qual é concedida, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista económico, não conheço nenhum.	Sim uma parceria pública ou privada que deve ter começado no ano de 2000 que fundou-se uma empresa chamada Edurb era conjugação do estado angolano mais Odebrecht mas Prado Valadares que é uma empresa de urbanização de origem baiana brasileira e desenvolveu com isso,	Pouco. Algumas tentativas mas sempre com membros do poder ocultos num esquema de comando e posse de vários sectores da sociedade, com a convivência Governamental . Como PPP que me lembre e não deram certo, por variadíssimas razões de onde destaco a impreparação empresarial e a ambição de ganho desmedida, posso apontar as seguintes-	Propriamente dita, não conheço nenhuma.	Eu em Luanda não conheço nenhuma.		Eu tenho conhecimento agora tenho em carta aqui algumas eu posso falar daquilo que é do que foi a minha experiência enquanto administrador do distrito Urbano da Ingombotas que acabei por assim meio sem crer criado aqui um uma parceria pública privada que tem se revelado até bastante positivo aí com frutos e com resultados	As PPP em Luanda foram tentadas de vários formatos, o mais emblemático caso foi a extensão e alargamento da Marginal de Luanda (Projecto Baía), outros detalhá-los seriam muito exaustivo, sendo muitos deles até só formas	Nos últimos 20 anos tenho conhecimento de implementação de parcerias públicas privadas por alguns programas do Governo e algumas workshop que tenho participado mais não tenho especificamente quais nesse preciso momento mas tenho conhecimento dessas parcerias que tem sido um esforço numa próxima oportunidade poderia se inteirar com mais ou mais com mais precisão.	Sim , no sector dos Petróleos - nomeadamente a Base do kwenda – Província do Zaire / Soyo. No sector da energia com adjudicação , construção e manutenção da central de ciclo combinado de energia do Soyo.

			<p>urbanização do Talatona e não teve o seu projecto concluído até ao final mas que era uma excelência de projecto em termos de urbanização não de traçado viário mas em termos de urbanização sim.</p>	<p>Saneamento básico nos bairros do Casenga e São Paulo; Requalificação da nova marginal com um projecto magnífico liderado pela filha do Ex-Presidente, Torres Kianda, do General Mateus e mais membros do Estado, entre outras.</p>			<p>positivos mesmo para ambas as partes como por exemplo implementei logo que cheguei um projecto a semelhança de outros em outras áreas que eu queria implementar, comecei pela parte do paisagismo então aquilo que eram um espaços verdes, Largos rotundas, jardins aquele é um projecto que neste momento onde os jardins conforme estão salta à vista porque resolveu-se num projecto que no início se encontrava grande dificuldades em financiar e encontrar um modo de manutenção e de gestão permanente eu a entrar resolvi procurar os parceiros que de facto tinham mais experiencia</p>	<p>propostas de intenções.</p>	
--	--	--	---	---	--	--	---	--------------------------------	--

							<p>mais competência nesta área mais experiência nesta área e que quisessem abraçar este projecto, então programei um Encontro com eles e como o grupo WM tem dentro desde mesmo grupo uma empresa que é a EXPO GARDEN, esta ligada a jardins e a espaços verdes. Manutenção. Portanto de áreas verdes, portanto eu resolvi apresentar a proposta e com eles perceber se estariam interessados se pretendiam avançar para um desafio conjunto. Qual é o desafio? Nos temos as rotundas com bastantes jardins temos alguns espaços verdes que se envolvem em volta da cidade e nas ruas principais mais que pela sua dimensão e</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>fruto um pouco daquilo que e o clima este País Angola é um país quente com as condições portanto climáticas muito acentuadas que Quando chove, chove muito quando faz sol aquece muito então os espaços verdes sofrem muito com isso portanto chove muito eles tornam-se densamente vegetais portanto grandes e acabam por precisar de um corte de uma manutenção muito grande e quando faz no período do Sol e daquele período mais quente acabam por sofrer muito porque precisam de outra manutenção também que é a rega que a colocação de alguns produtos para poder tomar o adubo e para</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

								<p>tomar as terras com mais qualidade e então acabamos por encontrar aqui uma solução que de algum modo pudesse escoar aquilo que são o produto existente em um viveiro, por parte destas empresas neste caso a EXPO GARDEN tem um viveiro com uma dimensão muito grande, chegam a um ponto que eles precisam também de escoar o seu produto tem que vender porque as plantas ou morrem ou tornam-se depois portanto não digo que deixam de ser comerciais mais comerciáveis porque aquilo que é uma plantazinha num vaso durante 6 meses não é o mesmo que é essa mesma planta em dois</p>		
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>anos ali num viveiro ela vai crescendo vai crescendo ou cortas ou então ofereces então o que eu fiz? Procurei com estas empresas, depois apareceram outras mais acabamos de firmar um contrato e parceria com estas empresa em que eles colocavam os produtos nos jardins faziam o tratamento de todos os jardins com base no projecto aprovado entre ambas as partes e a partir desse momento nós iríamos encontrar depois do investimento seria todo deles todo investimento de execução de construção dos jardins é toda a responsabilidade de desse parceiro e ele ficaria depois com a possibilidade de num espaço de uma</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>pequena janela publicitária colocar um parceiro que quisesse adoptar. Ora os primeiros jardins a serem executados a proposta foi obviamente o desafio e o risco foi por parte da WM, portanto eles constroem, eles produzem o jardim e adoptam logo de imediato o grupo WM, quem faz é a EXPO GARDEN mais o grupo WM adopta logo esse jardim enquanto abre um concurso para receber um novo padrinho portanto desse mesmo jardim, colocamos naquelas janelas publicitárias umas janelas que tem cerca de 1 m por 1 m em cima do cada jardim aonde se identificou claramente a palavra adopte</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>esse jardim, esse jardim pode ser seu então isso chamou muita atenção, porque? Porque aquilo que é o custo de manutenção do jardim acabou por algum modo ser suportado pela atracção de grandes marcas tiveram a atracção por grandes marcas tiveram por aquele espaço, então as marcas procuraram investir a sua publicidade num jardim com um aspecto acolhedor e aprazível portanto com uma boa execução e por outro lado a municipalidade ganha com isso porque não investiu portanto qualquer valor monetário não teve qualquer custo com esta execução e acabou por ter aqui um problema</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>resolvido para bem de todos por outro lado a empresa WM que investiu seu dinheiro veio ressarcido portando com o seu investimento como Lucros Por que o acordo que acaba por ter com o parceiro quem vai adoptar é um acordo também de manutenção Isso quer dizer o quê? Quem quiser adoptar ele esse jardim paga um valor a EXPO GARDEM e eles todos os meses fazem a manutenção com base nesse pagamento mensal que é feito com contrato. Este de facto foi assim uma coisa que não tão pensado tão estruturado foi se estruturando a medida que de facto foi se executando o jardim, bom isto é um projecto que depois se</p>			
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--

								conseguiu fazer uma excessividade com boa parte dos jardins no município de Luanda, o projecto iniciou-se nas Ingombotas o Distrito da Ingombotas que foi o piloto que teve a ideia foi o embrião do projecto e porque de facto não podia parar ali nas Ingombotas então triplicou-se isso nos outros, nos demais Distritos dos municípios de Luanda, portanto estamos a falar da Maianga vai entrar no Rangel e também no vai entrar também no Sanbizanga, portanto todos esses espaços estão dentro deste programa e no entanto eu já não estou no Município mais sinto-me um bocado pai desta criança então um pai é sempre pai.			
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--

							<p>Então o que acontece aqui vamos pegar todos espaços principais as rotundas da ilha de Luanda todas aqueles passeios separadores centrais todas aquelas palmeiras que acabaram por secar vamos fazer uma nova um novo plantio de arvores ali e de algum modo encontrar mais parceiros padrinhos que queiram adoptar e todos acabam por ganhar, eu considero esta ideia esta iniciativa uma parceria publico ou privada porque de facto houve aqui uma parte que o Estado cedeu a uma empresa privada que permitiu também buscar um lucro com isso e ambas as partes puderam obter aqui um dividendo claro com isto, aos cofres do</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>Estado não custou nada pelo contrario promete arrecadar. Isto depois ao final de um tempo vai reverter há um prazo que o Estado não vai receber nada porque há um investimento muito grande por parte desta empresa mais no final de algum tempo determinado o Estado vai para além de ter um Jardim em manutenção e perfeitamente renovados vai também arrecadar mensalmente um valor percentual em relação aquilo que é cobrado ao padrinho que adoptou esse mesmo espaço, é um modelo que agora vai ser levado também para Talatona tive a solução implementada inicialmente na Ingombota agora vou estende-lo também se tudo correr</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

								<p>bem também para Talatona como a dimensão também é um pouco maior aonde temos ali outros investimentos também que pretendem ser semelhantes a estes.</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

P11	<p>As vantagens das PPP são em grande maioria financeiras, o governo constroi bens públicos e do domínio público sem fazer desembolsos financeiros, entrega a exploração privada ate conseguir recuperar o dinheiro investido.</p>	<p>As vantagens são mais que evidentes, é o estado a não fazer um desembolso directo, em termos orçamentais o estado não faz um desembolso directo, então isso em termos de investimento publico, seria ouro sobre azul, porque aí há digamos assim investimento sem que o estado directamente faça o desembolso, que é uma vantagem. Agora as desvantagens, as desvantagens decorrem mais da capacidade em como o estado negocia os contratos para parcerias públicos ou privadas.</p>	<p>Grande vantagem acho que é para o estado não desembolsar tantos recursos o estado ele pode ajudar de forma institucional e o estado tem património, a terra é património o direito de ceder algum direito também é património então para o estado é vantajoso por não fazer um desençaixe financeiro tão grande ao mesmo tempo o estado ele aproveita anual de quem o tem e pega no negócio e vai procurar fazer o negócio o mais favorável possível em termos de operação em termos de rentabilidade</p>	<p>Vantagens- O Estado poupa no investimento e por permuta incentiva com segurança a economia através do investimento no sector privado. Promove o desenvolvimento nos diversos sectores não investindo recursos próprios mas garantindo o retorno através da materialização de incentivos com benefício para o Estado e para os <i>partners</i> privados que vêm no Estado o garante do sucesso da operação.</p> <p>Desvantagens</p> <p>– desvio de objetivos do sector público e mistura de interesses públicos e privados. A corrupção é maior e o compadrio” ajuda” muito a camuflar</p>	<p>Não tenho conhecimento.</p>	<p>Uma das vantagens da PPP, é que o estado não vai precisar integrar grandes recursos onde as responsabilidades podem ser divididas, o estado mete uma parte, a parte privada também põe, ou então o estado entra com o terreno ou outro bem e depois a empresa privada entra com uma parte de recursos. Isto é uma vantagem para nós.</p> <p>O estado poderia usar o dinheiro público para outros fins. Por outro lado melhoraria a gestão do bem público que é um dos grandes problemas que temos em Angola, tendo em conta que a parte privada vai investir capital, estaria muito</p>	<p>Vantagens: Redução significativa de esforço financeiro por parte do estado; Aceleração na concretização de designios a vários níveis.</p> <p>Desvantagens: Lentidão na recuperação do capital investido.</p>	<p>bom não existem quase nenhuma, na verdade a exploração do espaço publicitário daquele local fica entre aspas hipotecada a benefício do credor para si ou Investidor que é o privado, durante um período de tempo quer dizer que durante um período de tempo o Estado não arrecada qualquer valor, mais que a vantagem também não tem qualquer despesa, portanto isto quer dizer que aquela publicidade em condições normais teria que ser paga ao Estado, no entanto um valor superior aquela que actualmente ele paga, não tem custo portanto esta isento de qualquer custo</p>	<p>Vantagens: Melhoria na mobilidade urbana da via principal litorânea da Cidade de Luanda, e surgimento de calçada pedonal e mais área verde na frente marítima.</p> <p>Desvantagens: Deficiente articulação institucional e deficiente mecanismo de gestão financeira.</p> <p>No geral o crescimento da escala territorial de Luanda com o surgimento de novos gabaritos edificadas não foi acompanhado de um eficiente regulamento urbanístico de compensação</p>	<p>Pronto, começando com vantagens talvez poderia avançar que numa primeira fase não é? as parcerias público privadas são muito importantes no sentido de que recursos são escassos o Estado não consegue fazer tudo e para poder alavancar certas ou certas áreas da vida económica. Talvez a saída seria a implantação de parcerias públicas privadas que daria um alívio naquilo que a tesouraria a nível do Estado. E depois então obter o resultado que se espera no ponto de vista de vantagem provavelmente poderá estar ligado se elas não vierem a funcionar conforme aquilo que é o interesse e a expectativa de dois dos lados.</p>	<p>Vantagens na prestação de um melhor serviço de qualidade, disponibilização de capital para iniciar e finalizar o projecto, formação técnico profissional.</p> <p>Desvantagens no controlo e gestão totalmente privado, pouco poder negocial para definição dos preços por parte do sector publico.</p>
-----	--	---	--	--	--------------------------------	--	---	---	--	--	---

		<p>e ao mesmo tempo por serem escrutinado pelo próprio estado o privado procura fazer o melhor negócio possível Até porque dentro das cláusulas existe a previsão de rescisão se aquilo que foi colocado como meta como qualidade de serviço não é atingido então eu acho que por conta do estado é muito vantajoso por conta do privado também é vantajoso por ter o apoio institucional conseguir conquistar posições que só poderia conquistar com a parceria com o estado por conseguir conquistar operações</p>	<p>interesses privados que se sobrepõem aos interesses públicos e do Estado.</p>		<p>interessada no retorno desse capital e isso iria ajudar numa melhor prestação de serviço, a competitividade e com outras empresas do género, na gestão mesmo de este tipo de infra-estrutura. Penso que estas duas questões são as mais importantes em termos de vantagens,</p> <p>Desvantagens, as desvantagens que as vezes podem acontecer é que quando a PPP, não for bem assinada pode ser que o estado sai sempre a perder, não digo PPP, mas alguns negócios que o nosso estado entrou, em que o estado não via nada não é? A outra parte entrava com 95%, o estado fazia quase tudo, entrava com o capital e</p>	<p>durante este período ele vai explorar a publicidade para garantia de manutenção daquele espaço é essa a grande vantagem e a desvantagem não vejo outra desvantagem que posso assistir aqui. Porque nesse caso é claramente uma mais-valia e que o Estado fica a ganhar tal como o privado.</p>	<p>ões visando a reconversão o urbana do Centro Histórico da Cidade de Luanda</p> <p>- Desvantagem.</p> <p>Vantagem - Existência de potencial capaz de mobilizar intervenções urbanísticas sem recurso a fundos públicos.</p>	
--	--	--	--	--	---	---	---	--

		<p>que é de responsabilidade do estado. Então por parte do privado também é interessante. É claro o privado vai sempre buscar uma operação que seja rentável então é aí que as posições bem localizadas são buscadas ninguém vai fazer uma operação que não tem a rentabilidade é justamente a rentabilidade que traz o interesse da parceria do privado para com estado.</p>		<p>depois eles esmagavam o estado, por um lado, por outro lado é a PPP funcionar como empresa privada no seio de subvenção. Por exemplo se o estado investe uma parte do capital, quer dizer que podia haver algumas políticas de prioridades e benefícios para pessoas do estado, por exemplo podia-se emitir algum cartão ou não, para que uma franja da sociedade, por exemplo se fosse uma PPP, em termos de autocarros poderiam por exemplo se definir, os estudantes, poderiam ter um passe que pudessem ter bónus. Aqui em Angola não falo em PPP mas alguns negócios que o estado tem com o privado é igualzinho, como se fosse um privado a</p>				
--	--	---	--	--	--	--	--	--

						promover, no nosso país, no nosso país tem se revelado algumas desvantagens em negócios, não falo em PPP mas em negócios que o estado faz com os privados.				
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

P12	A construção das infraestruturas, dos equipamentos sociais e eventualmente e das casas.	Aqui para mim o essencial na parceria público-privadas seria essencialmente para as vias secundárias, para as vias rodoviárias se fosse possível, depois temos que ver como é que se resolve este problema do pagamento das portagens em algumas áreas por exemplo quem sai do Talatona e vai para Mutamba chega ali no antigo controlo para lá uma portagem.	Recolha de lixo, tratamento de água, distribuição de luz não geração mas distribuição de luz.	Infraestruturação Comercialização Construção	Todas possíveis, desde que a mesma gere eficiência e melhores condições de vida para os utilizadores.	Numa urbanização, olhando o Kilamba, Sequele, Zango, e outras de Luanda, por exemplo a área comercial, toda a área de serviços, devia ser no âmbito de uma PPP. Ou na área de manutenção de infra-estrutura, jardinagem, bares, poderiam ser também de uma PPP, na minha opinião. É essencialmente isso, serviços, manutenção, se fosse encaixada numa PPP, poderíamos ter nestas nossas centralidades, muito melhores no ponto de vista de habitualidade, conservação, qualidade de vida mesmo, as pessoas não precisavam sair, poríamos aí várias zonas.	Considero chave a infra-estruturação da urbanização que por sinal é a mais onerosa.	Eu penso que os transportes é muito importante que considera sempre no âmbito das parcerias público-privadas porque a manutenção e gestão de qualquer redes de transportes públicos num meio urbano acaba por não ser lucrativo se for o estado a assumir na sua totalidade essa gestão essa manutenção esse investimento Então eu penso que esse é um dos negócios que pode ser inserido nestas vertentes das parceria público-privadas Porque permite que o estado se desligue de qualquer responsabilidades de técnica de manutenção qualquer risco garantindo-se num documento previamente	Sistematizar bons mecanismos de contratualização; Sistematizar parâmetros de monitorização; Sistematizar parâmetros de recepção	Prontos, no ponto de vista de parcerias público-privadas numa urbanização. Realmente a questão chave seriam as de infra-estrutura, infra-estrutura, quer seja a rede de drenagem de águas pluviais que é um caos não é? Maior parte das urbanizações tem tido muitas dificuldades em alavancar essas áreas. A parte de vias, a parte de abastecimento de água e a própria electrificação nesse caso seria as zonas chaves para essas parcerias.	Numa organização a PPP chave seria no financiamento e controle do loteamento e infra-estruturação do terreno.
-----	---	---	---	--	---	--	---	--	---	---	---

								elaborado e assinado com as cláusulas de defesa permite estar salvaguardado e garantir que no final do contrato tenha arrecadado um valor garantidamente fixo sem riscos esta é uma das grandes vantagens.			
BLOCO D	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
P13.1	As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população	Todas elas, hoje eu dou durante um tempo de aulas de até no curso de mestrado estou a dar uma aula sobre organização administrativa territorial e de durante muito tempo aulas de direito de urbanismo, e então eu dizia que os critérios clássicos de diferenciação de		Muito urgente para minimizar e acabar com a desordem urbana e a arrogância social de quem nada tem, nada sabe e tudo quer, de qualquer maneira e sem escrúpulos.	Não respondeu	Luanda, eu acho que Luanda precisava de uma PPP a nível de transporte, na vertente transporte. Agora Belas associava ao Kilamba por causa das duas vertentes que eu já falei, Cacucos eu também associava ao	Neste preciso momento desconheço qualquer PPP em curso nas localidades acima referenciadas.	Eu acho que é bem-vinda uma solução de parceria público-privada em qualquer de um destes municípios, porque lá está, as várias áreas que possibilitam este negócio existem em qualquer um dos municípios então nos não podemos achar	Melhorias de gestão urbanística ao Centro Histórico da Cidade, dotação de qualidade aos equipamentos edificados e as infraestruturas.	Prontos, estamos realmente dentro, estamos realmente perante uma situação crítica e muito importante. Na verdade eu poderia começar por Luanda sendo a capital e sendo cartão-de-visita. Seria urgente a medida em que mesmo as redes antigas já não correspondem	

		<p>aulas rurais urbanas, isto são aqueles critérios quantitativos outros até qualitativos para qualificar uma área sendo urbana ou rural, como grau de desenvolvimento económico-social, número de habitantes, etc., etc. Se repararmos Luanda hoje, tudo é Rural.</p>			<p>Sequele, depois Viana associava a centralidade do Zango zero e do zango 8000, poderíamos começar, começávamos assim com estas iniciativas, depois em função da evolução da experiência poderias se expandir para outros sectores que são mas complexos, porque estas? Porque estas já estão mas ou menos estruturadas e poderia mais facilmente atrair os investidores, as empresas, porque já há lá infra-estruturas, energia, água, já há internet, mesmo o privado quando tivesse de apostar o seu dinheiro ali, ele se tem público estruturado mas selectivo com uma capacidade financeira já</p>		<p>que é mais para uns do que para outros, na minha opinião é em todos, portanto em todos os municípios acredito que há negócios que puderam vir, fala-se numa isto esta ao abrigo do plano directório. Fala-se numa segunda e numa terceira via expressa que parte delas já estão mesmo em discussão de construção e é portanto uma via que acabam por se tornar um anel em toda a extensão da província que passa por quase todos os municípios, isto seria uma solução é uma circular toda a província que acaba por ser uma excelente oportunidade de parceria pública privada e que iria em grande medida valorizar o</p>	<p>pelos exigências actuais. Primeiro que seria uma espécie de requalificação das redes antigas na grande Luanda, só Luanda tendo saúde porque também ali onde estão aqueles que dirigem o país. Poderíamos estar à vontade para dar continuidade não estaríamos numa direcção correcta a começar por exemplo por Kicolo, quando Luanda estaria à deriva. Vamos reorganizar Luanda, vamos dar o ar que Luanda merece para então podermos avançar com outras Zonas, outros municípios, outros distritos. Então Eu elegeria Luanda.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

					mais aceitável, já estamos a falar de pessoas que já têm mas rendimentos a nível de licenciados, até deputados vivem nestas zonas, ministros, secretários do estado, então era o melhor sitio para começar.		desenvolvimento dos Municípios dos demais municípios por onde passar			
P13.2	O parque industrial previsto para essa localidade ainda não de encontra instalado, será fundamental promover as PPP na construção de indústrias		Pela mesma razão da anterior. É necessário acabar com a ocupação informal sem regra nem princípios, com a convivência das autoridades locais.					Agricultura – Ampliação da cintura verde agrícola		
P13.3	Agricultura		Preservar o Património natural, cativar e desenvolver o turismo através de iniciativas de melhoramento e divulgação das potencialidades naturais da região como reserva ecológica.					Requalificação territorial.		

P13.4	As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população		Infraestruturar, cadastrar e acabar com a desordem e a anarquia existentes com ocupações ilegais a coberto das autoridades locais que não se impõem e são quase sempre coniventes.				Requalificação territorial.		
P13.5	As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população		Infraestruturar, cadastrar e acabar com a desordem e a anarquia existentes com ocupações ilegais a coberto das autoridades locais que não se impõem e são quase sempre coniventes.				Requalificação territorial e potenciação do sector da agricultura e turismo religioso.		
P13.6	As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população		Reordenar e implementar com rigor o Plano Director Municipal aprovado.				Requalificação territorial e potenciação do sector da agricultura aproveitamento da frente marítima.		

P13.7	As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população		Acabar com o assentamento informal e preservar as características ecológicas da região..				Requalificação Urbana.		
P13.8	As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população		Reordenar e implementar com rigor as regras básicas do urbanismo...(inexistentes)!				Requalificação Urbana.		
P13.9	As infraestruturas deixadas pelo colono nestes bairros não acompanharam o crescimento da população		Melhorar as infraestruturas com urgência e tratar a sério do saneamento básico, considerando a recolha separativa do lixo e a implementação de ETARS				Requalificação Urbana.		

P14	<p>(X) Prioridade rede de água canalizada</p> <p>(X) Prioridade rede elétrica e iluminação pública</p> <p>(X) Prioridade rede de esgotos e drenagem</p>	<p>Agora eu não tenho duvidas absolutamente nenhuma que hoje a principal prioridade de Luanda são a rede de esgotos e drenagem, mais do que passeios, ruas asfaltadas água canalizada, é esgoto e drenagem.</p>	<p>Primeira coisa é drenagem e junto com drenagem leva água.</p>	<p>(X) Prioridade passeios</p> <p>Acabar com os ressaltos e as rampinhas privadas em cima do espaço público. Sem fossemos invisuais por uma hora e nessa condição percorrêsemos os passeios da nossa cidade, certamente daríamos bastantes quedas!</p> <p>(X) Prioridade rede de água canalizada</p> <p>_temos que acabar com o lobby dos aguadeiros que fazem negócio fornecendo água sem qualidade a preços exorbitantes... porquê?</p> <p>Porque a EPAL não funciona. Os seus dirigentes têm interesse em que não funcione tão bem para não "matar" o negócio dos aguadeiros!</p> <p>(X) Prioridade rede elétrica e iluminação</p>	<p>(X) Prioridade ruas asfaltadas</p> <p>(X) Prioridade rede de água canalizada</p> <p>(X) Prioridade rede elétrica e iluminação pública</p> <p>(X) Prioridade rede de esgotos e drenagem</p>	<p>A prioridade poderia ser redes de esgotos e drenagem, a prioridade absoluta.</p> <p>Kilamba hoje tem um problema muito grave, os hectares não funcionam, e vi plenamente aqui no bloco A do Kilamba tem água a jorrar todos os dias, então a componente da drenagem que esta intimamente ligada a saúde, sem saúde a gente não faz nada, deveria ser a prioridade absoluta.</p> <p>Energia não há problema nas centralidades, agua também o problema é pontual mais a questão do esgoto é mesmo a principal, tanto mais que a questão do saneamento afecta as ravinas na centralidade do Zango 8000, afectou agora a</p>	<p>Prioridade ruas asfaltadas</p> <p>Prioridade passeios</p> <p>Prioridade rede de água canalizada</p> <p>Prioridade rede elétrica e iluminação pública</p> <p>Prioridade rede de esgotos e drenagem</p> <p>Os itens assinalados são prioritários na medida em que têm um papel relevante na melhoria do nível de vida dos cidadãos uma vez que interferem directamente na mobilidade, saúde pública, segurança e melhoria do meio ambiente.</p>	<p>(X) Prioridade ruas asfaltadas - Facilitar o relacionamento territorial entre os vários assentamentos</p> <p>(X) Prioridade passeios - Conferir qualidade ao espaço urbano.</p> <p>(X) Prioridade rede de água canalizada - Conferir qualidade ao espaço urbano.</p> <p>(X) Prioridade rede elétrica e iluminação pública - Conferir qualidade ao espaço urbano.</p> <p>(X) Prioridade rede de esgotos e drenagem - Conferir qualidade ao espaço urbano.</p>	<p>Eu sou de opinião ou iria apela prioridade é a rede de esgoto e drenagem. Essas inira estrutura nos últimos anos estão muito ligadas quer seja pela saúde pública que é nosso calo daqui estamos a ter muitos problemas de diarreias, dores de barriga, maculos, está ligado directamente com a saúde pública mas também tem outro problema é que quando ocorrem grandes quedas fluviométrica temos também a perda de vidas humanas. Então temos ali uma situação dupla de perdas de vidas humanas. Um lado deficiência das redes de saneamento que seria a última opção, prioridade em redes de esgoto e drenagem. Por outro lado é que as próprias quedas fluviométricas também causam danos mortais. Nós podemos</p> <p>() Outras</p> <p>Porque são considerados os factores chaves fundamentais para o desenvolvimento social das populações .</p>
-----	--	---	--	--	---	---	--	---	--

				<p>publica Não é admissível que não se tenha investido neste sector. Existe uma explicação, a venda de geradores, a sua manutenção e a venda de combustível é demasiado lucrativa e não pode deixar de existir.....(vergonha)! <input checked="" type="checkbox"/> Prioridade rede de esgotos e drenagem Não é admissível que não se tenha investido neste sector. O saneamento básico é primordial, numa cidade que quintuplicou o nº de habitantes em pouco mais de oito anos!</p>	<p>água, um colector de água na centralidade do Sequele, que cortou o colector de água e privou a centralidade do Sequele e do Zango 0 de água. Quer dizer o saneamento acaba sendo afectado, por varias questões. Chuvas, manutenção, falta de equipas técnicas especializada, falta de empresas vocacionadas para tal, O estado não tem capacidade nem técnica nem financeira, então isto são argumentos que no meu entender, deveríamos periodizar a questão do saneamento.</p>			<p>tratar de infraestrutura, cidades até hoje. Estamos a falar de cidades, de drenagens para depois organizarmos as outras redes que a ausência dela só poderá tirar a qualidade de vida dos habitantes. mas não é tão mortífera assim como a última opção.</p>
--	--	--	--	--	---	--	--	---

P15	<p>Penso que a Legislação vigente é suficiente para atração de investimento, as alterações poderiam prender – se com o nível de autorização para a realização da parceria PPP, uma vez que os bens públicos e de domínio publico dependem da autorização do Presidente da Republica que tem um estrutura muito burocrática que vai desde o director de gabinete ao Conselho de ministro.</p>	<p>Eu acho que é, são perfeitamente adequadas agora até acho que está aprovada, não tenho a certeza, o regulamento, da lei das parcerias público ou privadas.</p>	<p>Não tenho conhecimento nesta área.</p>	<p>Acredito que parte dela possa ser aproveitada como linha condutora. Porém acho permanente ajustar princípios com regras e critérios na participação criteriosa neste tipo de acções. O Sector público tem que se assumir como tal e não querer estar em ambos os lados do campo de jogo!</p>	<p>Com a aprovação recente do Decreto Presidencial 111/21, de 29 de Abril, que aprova as alterações dos artigos 3º e 7º (Institui a Iniciativa Privada) e o aditamento dos artigos 7º A, 7º B e 10º A (que traz a possibilidade de alteração de projectos celebrados ao abrigo da Lei dos Contratos Públicos de EPC para PPP), penso que estão criadas as condições cruciais para implementação das PPPs.</p>	<p>Eu não conheço na legislação, dizem que há uma ali, mas também não conheço, não sei se é apropriado ou não, mas o que eu julgo essencial que uma legislação de PPP deve ter, tendo em conta a nossa realidade, salvaguardar de forma equitativa, justa os interesses dos dois lados, nenhum lado pode se sentir prejudicado. Por outro lado é que tão obstante está a salvaguardar os dois lados, a população tem de sentir algum benefício, mesmo que seja social, não é? De uma PPP em relação a outros tipos de parcerias, tem que sentir isso para que? Isso porque? Isso para estimular cada vez mais estes tipos de associações</p>	<p>quanto a esta questão eu sinceramente não te consigo dizer se já existe uma legislação, que acredito que sim e não sei se esta ajustado ou não. O que eu acho e que temos que ser, quando se avança para uma parceria publico ou privada temos que ter a noção que legalmente estamos a Cumprir com aquilo que são os preceitos das regras da contratação publica também porque acabam de ser uma pequena contratação publica, contratação publica que neste caso carece de concurso público carece de abertura de propostas, entrega de cadernos de encargo, em termos de referencia tudo</p>	<p>Para o caso de Angola num creio que o problema resida em legislação ou mesmo em regulamentação, os mecanismos de implementação de parcerias encontram muitas situações de complexidade que resultam de excesso de redundâncias de funções dos organismos responsáveis à sua implementação e agravado a inexistência técnica na sua aplicabilidade.</p>	<p>Nós temos muito deste nível de legislação estamos sempre a ir buscar aqueles que já têm. Não conhece muito bem hoje a legislação ligada as parcerias público ou privadas mais se tivesse que eleger alguns pontos fundamentais e necessariamente naquilo que poderá salvaguardar e despoletar de forma muito rápida os interesses de ambas as partes. No ponto de vista da realização dos investimento e depois no ponto de vista do próprio retorno e que as medidas aplicadas dentro da legislação fossem as mais justas possíveis.</p>	<p>Sim, a nova legislação é adequada e ajustada a realidade económica e social de Angola.</p> <p>Foram feitas alterações nas garantias para constituírem as PPP, no alargamento dos prazos contratualizados, e foram introduzidas cláusulas de equilíbrio financeiro para o sucesso de uma determinada PPP.</p>
-----	--	---	---	---	--	--	---	---	--	---

						entre estado e empresas no nosso país. No nosso país fala-se muito de PPP, mas do ponto de vista prático ainda é muito difícil nós aferirmos ou olharmos para iniciativas de PPP, já houve muitas ideias, muitos debates, mas PPP s funcionar em pleno também nunca vimos, é preciso haver um estímulo para que haja algumas, desde que a população veja o benefício e se promova mais este tipo de parcerias.		isto é importante que tem de se perceber que tem tido em conta para que não se atropele e que com uma acção dessa natureza enquanto corre bem esta tudo muito bem mais quando correr mal vai se verificar que houve aqui abstinentes que não foram tidos em conta, temos que ter muito bem a noção que temos que garantir que estes procedimentos é conforme a lei, nos fizemos contratos assinados entre ambas as partes que são produzidos por juristas acredito eu , que as leis estão todas lá bem referidas			
BLOCO E	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11

P16	<p>Já esta provado que o Estado por si só não consegue garantir urbanizações que possam atender o exponencial crescimento demográfico de Luanda, também já ficou provado que os particulares (povo em geral) por si só não conseguem construir urbanizações condignas para se viver (prova disso são os diferentes bairros que foram construídos desde a independência). Dito isso, é preciso promover as PPP para que cada Angolana possa ter uma habitação condigna.</p>	<p>O empreendedor, para mim existe para fazer lucros não é? Mais a vantagem económica não esta ali para os lindos olhos de alguém, da cooperação, esta cooperação tem que dar vantagem económica aos privados, aos agentes económicos e aos empreendedores, se ela não der vantagem económica, não der vantagem financeira, o que em relação a população é só a perspectiva das vantagens sociais, para a resolução dos seus problemas, água, energia, esgotos e etc. É que aqui a perspectiva de vantagens e diferenciada em função do destinatário, Da população é a perspectiva, dos agentes económicos e privados é outra e para os empreendedores também é outra.</p>	<p>Fundamentalmente que a onde o privado põe a mão a coisa funciona porque ele já fez conta, ele já disse quanto vai cobrar, o estado para assinar sabe que a população pode pagar que não é uma coisa em popular como já dito anteriormente e em uso o logout dele então para a população é um benefício muito grande. E eu vou dar um exemplo:</p>	<p>Os principais contributos são sem dúvida o conjunto de iniciativas que, ao serem implementadas sacodem o tecido económico criando factores catalisadores do desenvolvimento nas suas diferentes escalas. O que urge corrigir é a mentalidade dos "pseudo-empreendedores" que com o dinheiro dos pais e sem qualquer preparação empresarial, tentam iniciar uma cruzada sem o mínimo de preparação e condenada ao fracasso. A juventude promove a arrogância e a vaidade a soberba. Dificilmente a humildade tem lugar. Para se saber é necessário pensar, saber ouvir, refletir e nunca se</p>	<p>É assim, ganham tempo, ganham dinheiro, ganham mobilidade, ganham na concorrência, é assim se eu gerir um restaurante, por exemplo que a centralidade já tem, eu não preciso, já não estou a construir, já ganhei um ano, ou dois anos de construção, se eu estivesse a construir por exemplo não é? se eu tiver que gerir por exemplo numa parceria com o Estado em termos de transporte das pessoas que vão sair do Sequele para o centro da cidade já tenho publico lá, já tenho um publico bem identificado, então é sempre vantajoso, e esta vantagem até pode se reflectir na redução um bocadinho da</p>	<p>Bom é assim. Isto qualquer iniciativa empresarial carece obviamente de mão de obra para a sua execução seja ela portanto mais técnica ou menos técnica mas carece sempre de alguma mão de obra para que ela seja definitivamente bem executada, nestes casos foi certamente um ganho para a municipalidade, houve contratação de mão de obra para executar os projectos, até a sua conclusão nas diversas áreas, quer na área de portanto da serventia portanto nos trabalhos mais pecados, trabalhos braçais, e também no trabalho mais especializado portanto mais científico, isto foi necessário encontrar</p>	<p>Neste aspecto encontra-se um outro tipo de problemas que esbarram na fraca qualidade de um verdadeiro empresario do nacional com capacidade e características para exercerem uma parceria salutar e produtiva</p>	<p>Essas parcerias são muito importantes. Eu queria falar dos contributos e da Intercooperação. Quer dizer as entidades nunca tem tudo a quem tem dinheiro, a quem tem o logout. Só esse casamento não é? Em que aqueles que tem o dinheiro, aqueles que têm recursos, aqueles que têm o logout, podem-se juntar as energias para podermos então encontrar uma zona de conforto e desenvolvimento para ambas as partes. Eu acredito que esse seria o maior contributo ou a junção de sinergias para catapultar investimentos e possivelmente então teremos ali um cenário de inovação que ninguém vê. Seria nesse caso um aspecto muito importante a retermos, porque a quem tem no-out, não tem recurso, a quem tem os recursos</p>	<p>Os contributos são a introdução de melhores praticas de gestão, com a participação do sector privado, transferência de experiencia e tecnologia na interacção entre entidades públicas e privadas, bem como a integração da população na execução dos projectos.</p>
-----	--	--	--	---	--	---	--	--	---

		<p>todos a procura de vantagens,</p>		<p>esquecer do caminho que demorou a percorrer para chegar aonde hoje se encontra. (já disse isto ao Eduardo Castro, Presidente do Grupo dos novos empresários e associação Angolana do Empreendedorismo).</p>		<p>tarifa ou dos serviços, tenho condições de prestar um serviço melhor e até como eu tenho uma relação privilegiada com o estado, a questão do imposto é mais fácil, a questão de conflitos a nível de fiscalização é mais fácil e a questão do cumprimento daquilo que são os procedimentos é mais fácil, porque o estado pode sempre fazer advocacia dos outros institutos ou ministérios parceiros de modos a capacitar os agentes económicos privados naquilo que na análise pode-se verificar que ele ainda precisa de apoio.</p>		<p>soluções internas até, na sua maioria não acredito tenha sido necessário fazer-se tanto a importação de quer quer que seja ou de mão de obra ou de matérias, isso desenvolveu vários sectores da economia, portanto, a mão de obra gerou mais postos de trabalho, a compra dos produtos inertes gerou o desenvolvimento de determinadas economias de comércio que estão ligados a esta área, criou uma esperança em empresários por exemplo nos Coqueiros pelos investimentos que foram feitos e iniciativas que se criaram a volta de alguns espaços que eu acabei de referir, apareceram interessados em adquirir espaços, restaurantes,</p>		<p>não tem o no-out e depois ficamos num estado de estagnação.</p>
--	--	--------------------------------------	--	---	--	---	--	---	--	--

							<p>residências, Isto tudo foi dinamizado Por via deste investimento, por via desta parceria, ora as parcerias quando são bem executadas elas só tem que trazer os benefícios a população em vários níveis portanto há aqui os tais benefícios colaterais que normalmente acontecem quando os negócios são, as parcerias são muito bem feitas, o resultado é positivo portanto, da sempre quando há uma exploração de uma estrada, de uma auto estrada, dum ponte, quando ela é bem estruturada há sempre um benefício, porque quando alguém passa lá, vai estar mais satisfeito, se não encontrar buracos</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>certamente demorará menos tempo, não há prejuízos portanto e aqui, neste tipo de negócios neste que acabamos de falar, nos jardins da renovação da parte histórica acaba por também dar um pouco mais de entusiasmo a cidade de dar esperança que isto atrai investimento, tudo isto atrai investimento, as zonas históricas não precisam estar totalmente renovadas para atrair turismo, o turista gosta de zonas históricas ele gosta também de ver o aquilo que esta bem renovado e aquilo que não esta, ainda mostra um pouco a historia da sua origem, tudo isto são características que é importante que existam porque é um país que</p>		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

							<p>esta virado para o Oceano Atlântico, e que recebe ou tem condições para receber vários navios e embarcações com varias centenas de milhares de turistas que podem num dia em dois dias sair bastantes satisfeitos com aquilo que viram, portanto não precisam ficar uma semana duas semanas, mais se todas as semanas tivéssemos uma visita de um Cruzeiro que trouxesse centenas ou milhares de visitantes que quisessem ficassem só um dia isso para nós seria bastante positivo, sairiam com esperança.</p>		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

P17	<p>Embora sobre a bandeira dos objectivos do millenio 2030, para Angola é previsto um degradar da situação urbanística, económica e social, a medida que desde 2014 o país esta a conta com uma crise económica e social e conta com uma contração do PIB desde 2017, bem como tem uma media de crescimento populacional na ordem de 3,5% ao ano e não esta a construir novas urbanizações desde o inicio da crise.</p>	<p>No fundo já falamos sobre isto, do ponto de vista urbanístico tem muito haver com o ordenamento que a cidade precisa, o ordenamento urbano, ordenamento territorial, a disciplina territorial, a afectação do território aos fins para os quais deve ser afectado. Sejam fins urbanísticos, sejam outros tipos de fins, como jardins públicos, no fundo uma melhor arrumação no ponto de vista urbanístico, uma melhor arrumação da cidade. No ponto de vista económico as vantagens também são evidentes, se o território é destinado ao fim económico-social e melhor aproveitado todos ganham. No ponto de vista social também todos</p>	<p>Olha para já, o estado tem que desafogar o casco urbano, então do mesmo jeito que veio aqui para o Talatona alguns ministérios, porque não colocar na frente do Kilamba uma vez que quase todos os funcionários moram no Kilamba.</p>	<p>Com a falta de cultura e preparação cívica das populações, com a dificuldade de contornar os limites da pobreza, infelizmente não antevejo melhorias a curto prazo.</p>	<p>Acho que é um trabalho contínuo, que não deve se limitar ao curto prazo, deve haver sim, maior participação do Sector privado na implementação dos projectos de todas as naturezas e os governos tem um papel fundamental na regulamentação e gestão dos processos.</p>	<p>Olha isto ajuda. O país avança muito, de forma rápida isto é num curto espaço de tempo por exemplo, se nós melhorarmos por meio de PPP, o metro de superfície, por exemplo é um meio de transporte rápido de Luanda. Do centro de Luanda às zonas mais distantes sobretudo os grandes centros habitacionais que são agora as centralidades, ganha-se muito pela economia, ganha muito, as pessoas, de noite estávamos a falar, eu estava no Barro Cassequel. 10, 15 minutos eu estou no Kilamba. De manhã se a gente conseguir fazer 15 minutos ou 20 ou 30 no</p>	<p>As perspectivas são boas, na medida em que já se começa a olhar para o ordenamento do território como “política pública” e fundamental ao desenvolvimento equilibrado, sustentável e resiliente. Embora ainda incipiente a elaboração de instrumentos de planeamento territorial, todavia há assinalar o interesse inequívoco quanto a necessidade do país imprimir uma dinâmica neste sentido.</p>	<p>Se efectivamente for melhor transmittido mecanismos de formação e dotação de conhecimentos e ferramentas, conseguir-se-á notar quanto importante a participação em PPP no desenvolvimento urbanístico, que depois terá reflexos no domínio económico e social.</p>	<p>No ponto de vista de melhoria. No ponto de vista de melhoria nós teremos muito ainda. Primeiro e com essas parcerias poderem então podemos ter um desenvolvimento no ponto de vista do urbanismo no ponto de vista económico e social que nos faltos é o desenvolvimento para que os jovens possam ter emprego e com o desenvolvimento muita coisa poderá acontecer. Nós teremos cidades melhores desenhadas, teremos a vida económica com mais saúde e depois poderá despoletar para o bem-estar da sociedade então são melhorias urgentes que a gente prevê a nível do desenvolvimento urbanístico económico e social.</p>	<p>Poderão existir melhorias com uma maior participação do sector privado na execução dos projectos e na sua gestão, garantia de não derrapagens financeiras e orçamental e maior integração da comunidade no desenvolvimento urbano no distrito.</p>
-----	---	--	--	--	--	---	--	---	---	---

		<p>etc., até aqui tudo muito bem, mais os contratos urbanísticos em si eles admitem parcerias públicos ou privadas? Admitem sim, nos seus vários subtipos, admitem sim, depois a questão no fim do dia é saber, quais são os ganhos, e o que nos tivemos haver agora aqui esta na pergunta 18.</p>			<p>habilitados, aqueles que não estão ou vão se formar ou vão recrutar outros, tendo em conta que as empresas estão a um nível de, as empresas que querem gerar lucros devem ter um nível de disciplina, de profissionalism o bastante avançado se querem ser competitivas no mercado e atractivas, enfim são muitos ganhos, a economia ganha, a população ganha enfim, vai ser muito bom para o nosso país.</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

P18	<p>A medida que os centros urbanos forem cunstruidos por empresas vocacionadas para a urbanização a desorganizaçã o urbanistica vai desaparecer e com isso haverá um combinar de urbanizações lindas e agradáveis de se viver</p>	<p>Para a cidade de Luanda, já dissemos., parcerias públicas ou privadas nos problemas de energia e água, já falamos que a prioridade era e até deu uma boa sugestão quem quiser investir na modalidade parceria público-privadas na água ou na energia pode ou deve ser obrigado a fazer os contratos também a sua participação nos esgotos e drenagem que é nesse momento o principal problema da Capital em termos de, em sentido restrito de desenvolviment o urbano, que é o sentido mais restrito que não entra esgotos etc., nos vamos ter melhorias no que é o conceito de desenvolviment o urbano, nos vamos ter melhorias sobre tudo na utilização do território da</p>	<p>Mobilidade urbana é um problema já colocado até pela ONU, não é?</p>	<p>Se evoluirmos para a descentralizaçã o do Poder e promovermos o desenvolvimen to local, a competição entre autarquias acelera o desenvolvimen to qualitativo suportado pelos investidores privados. Estes com parcerias com os órgãos do poder público, devidamente legisladas e aprovadas pelo poder central, serão sem dúvida alguma os maiores catalisadores do desenvolvimen to regional.</p>	<p>A implementação de PPPs tem motivações financeiras (quando os governos estão com problemas de liquidez), visam a promoção de transparência por parte dos governos e os projectos são mais efectivos (o privado é mais eficaz na gestão). Portanto, seguindo este pensamento, na minha opinião só há vantagens na implementação de PPPs no desenvolvimento urbano da cidade de Luanda, até porque o parceiro privado é considerado mais eficiente na gestão de riscos. As PPPs transferem riscos significativos ao privado, o que obrigaria de si maior eficiência na gestão urbana da cidade.</p>	<p>Olha, a cidade de Luanda conforme cresce de forma vertiginosa, eu acho que uma PPP numa fase inicial ainda não ia trazer grandes mudanças significativas, se calhar poderia ajudar a regular o trânsito, ai sim, do ponto de vista daquilo que é o plano directório do transporte poderia ajudar a regular o transito, como tal e podia também a melhorar a questão do saneamento, agora habitação como tal, melhoria do nosso caos em termos de habitação, num prazo de 0 a 5, 7 anos acho que não seria muito significativa, ia mudar mais a qualidade de vida das pessoas, menos tempo no transito, ia</p>	<p>Irrefutavelmen te a cidade de Luanda não tem outra saída que não seja abraçar a intercooperaçã o com as PPP a fim de mitigar os gravísimos problemas que ela enfrenta, agravados pela acentuada crise económica e a pandemia da covid-19.</p>	<p>Na medida em que se operaciona lizar uma melhor fortificaçã o do sector privado angolano, reforço na formação dos agentes que cuidam da implement ação dos processos de condução da gestão urbanística da Cidade, estas reforçadas ajudam a garantir melhorias ao desenvolvimen to urbano.</p>	<p>Se nós implementasse- mos nas parcerias publico privadas. Como um <i>must</i>, fosse obrigatório o que é que teria de desenvolvimento urbano na cidade de Luanda que se conseguiria ver rapidamente. Não conseguiria com certeza. Primeiro é que existem muitos projectos estagnados. Existem muitos projectos estagnados porque? Por causa de algo que já falámos atrás, Quer dizer quem tem recursos não tem logout, quem tem o logout muitas das vezes não tem os recursos A ideia. Então seria interessante tirarmos alguns projectos da gaveta, não é porque teria muito mais sinergia teríamos planos muito mais estruturados, porque também depois cada um iria atrás dos seus interesses quer seja o público</p>	<p>Acrescentam melhorias com a disponibilização de infra-estruturas com qualidade e sustentáveis para o futuro, com a introdução de factores tecnológico moderno.</p>
-----	---	---	---	--	--	--	--	---	---	---

		<p>provincia de Luanda de modo mais harmonioso uma melhor distribuição de pessoas de população pelo território de Luanda uma melhor distribuição das actividades económicas e produtivas é essa a vantagem que nós temos no desenvolviment o urbano. Repara que hoje o desenvolviment o urbano é um dos objectivos na cobertura dos objectivos do milénio também.</p>			<p>melhorar a eficiência, quer dizer ia melhorar a nossa habilidade a nossa forma de gestão, ia nos meter mais dinheiro no bolso, organizações espaciais como tal, não vejo , nesta dimensão não vejo grande coisa, a cidade como desenho não, mas as pessoas iam ganhar com a evolução das pessoas não é? Porque eu estou aqui no Kilamba quero ir para a cidade nem preciso ter carro, apanho um autocarro e vou, apanho o BRT, vou, volto no mesmo dia. Saneamento seria mais organizado, ou ficar menos doente quer dizer vou menos ao hospital, tenho mais dinheiro, não uso tanto o meu carro, não gasto combustível,</p>			<p>quer seja ou privado. Eu de antemão vejo já isso como algo faraónico né? Nos temos muitos projectos que paralisaram desde 2017 e depois temos outras situações que fazem com que também os projectos ainda vão continuar paralisado. Acho que as Parcerias público-privadas dariam um grande salto em desengavetar alguns projectos e esses mesmos projecto terem pernas para andarem e mais adiante teríamos aquilo que todos nós estamos à procura que é o Desenvolvimento económico urbanístico e social.</p>	
--	--	---	--	--	---	--	--	---	--

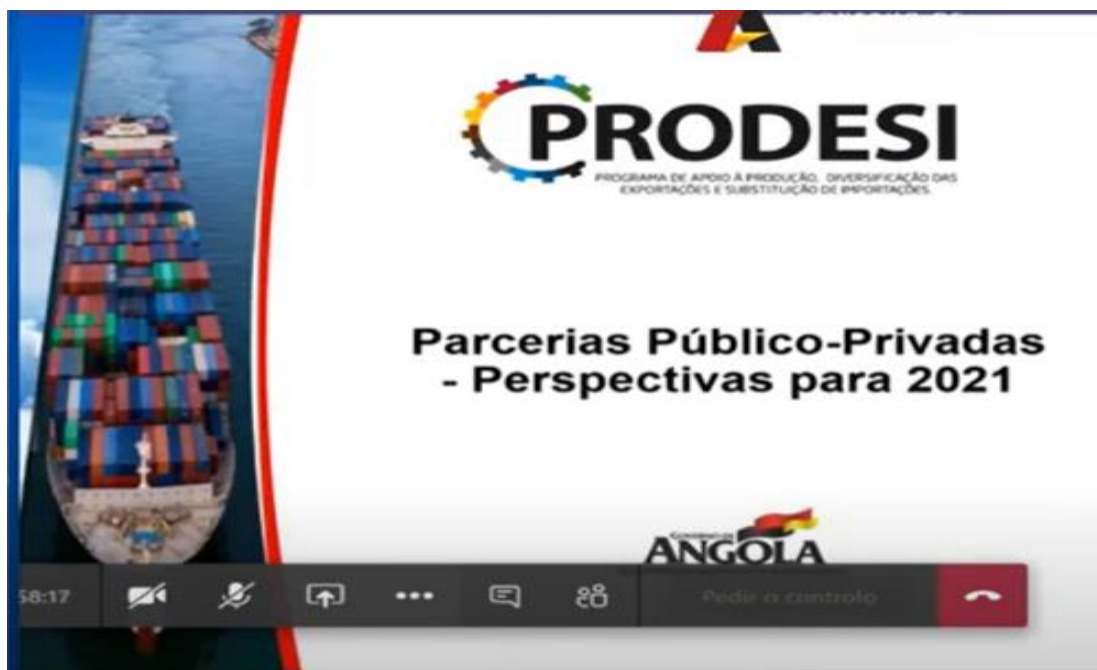
					tenho passe, melhorava a minha qualidade de vida, sentia-me mais a vontade, acolhido em viver em Luanda, mas do ponto de vista do desenho não vejo ainda muita melhoria, na perspectiva da minha abordagem toda.				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Legenda:

- (P) – Pergunta
- (E) - Entrevistado

Anexos

Anexo 1 – Fórum PRODESI - Parcerias Público Privadas para 2021



1.2 Notas Conceptuais sobre PPP

PRODESI

O que é PPP?

- ➔ O Guia de Referência de PPP (BM 2014), define PPP como **contrato de longo prazo** entre um ente público e um ente privado, para desenvolvimento e/ou gestão de bem ou serviço público, em que o agente privado arca com risco significativo e com responsabilidade pela gestão ao longo da vida do contrato, sendo que a remuneração é significativamente vinculada ao desempenho e/ou demanda ou uso do bem ou serviço.
- ➔ A Legislação angolana define PPP como relação jurídica constituída por contrato ou união de contratos, por via dos quais, pessoas jurídicas ou entes privados se obrigam de forma duradoura, perante um parceiro público, mediante contrapartida, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva em que a responsabilidade pelo financiamento, investimento, exploração e riscos associados incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado..

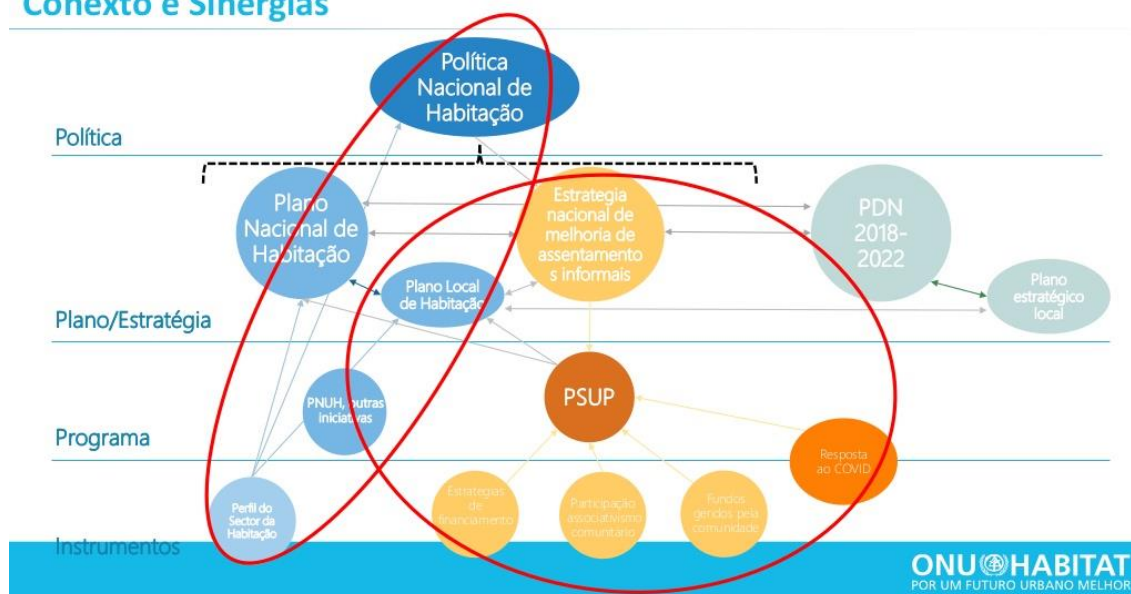
O seu microfone tem o som desativado.

Fonte: Webinar sobre Parcerias Público-Privadas "perspectivas para 2021, Organizado pelo Governo de Angola Ministério Economia e Planeamento, PRODEZI.

Anexo 2 – Apresentação UN-HABITAT 2021 em Angola



Conexão e Sinergias



Fonte: ONU HABITAT 2021 05 un-habitat angola. evandro (slideshare.net)

Anexo 3 – Apresentação 4º Fórum de PPP e Mercado de Capitais



Fonte: CMC Comissão do Mercado de Capitais de Angola

Anexo 4– Webinars MG de Contratação Pública e PPP

CICLO DE WEBINARS MG ADVOGADOS ▶

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

01 JULHO 2021

Falta 1 dia

ORGANIZAÇÃO:
MG
ADVOGADOS

+244 936 795 719 | 914 787 100
lawyers@mgadvogados.org
www.mgadvogados.co.ao

ARRO INSTITUCIONAL: SNCp, apex, IGAPE, AGT, ANGOLA, MEDIA PARTNER: MEDIA RUMO

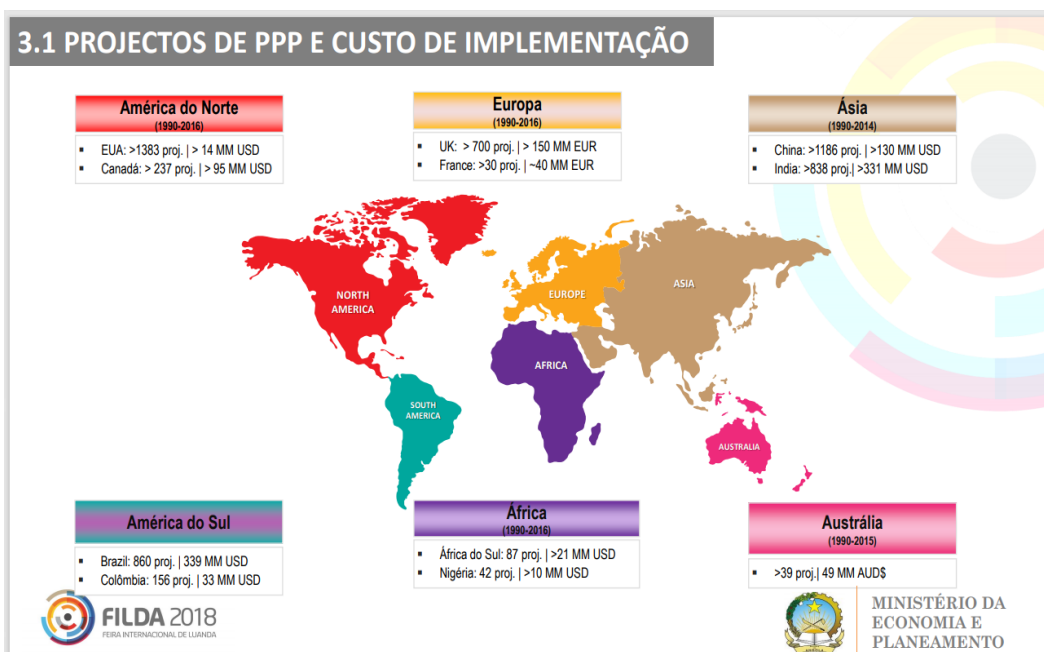
Fonte: WWW.MGADVOGADOS.CO.AO

Anexo 5 – FILDA 2018 Linhas Orientadoras para implementação das PPP

 **MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO**

 **FILDA 2018**
FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
Linhas orientadoras para a implementação das PPP em Angola



Fonte: <https://filda.co.ao/wp-content/uploads/2018/07/Painel-III.pdf>.

Anexo 6 – Apresentação sobre os Assentamentos Urbanos INOTU



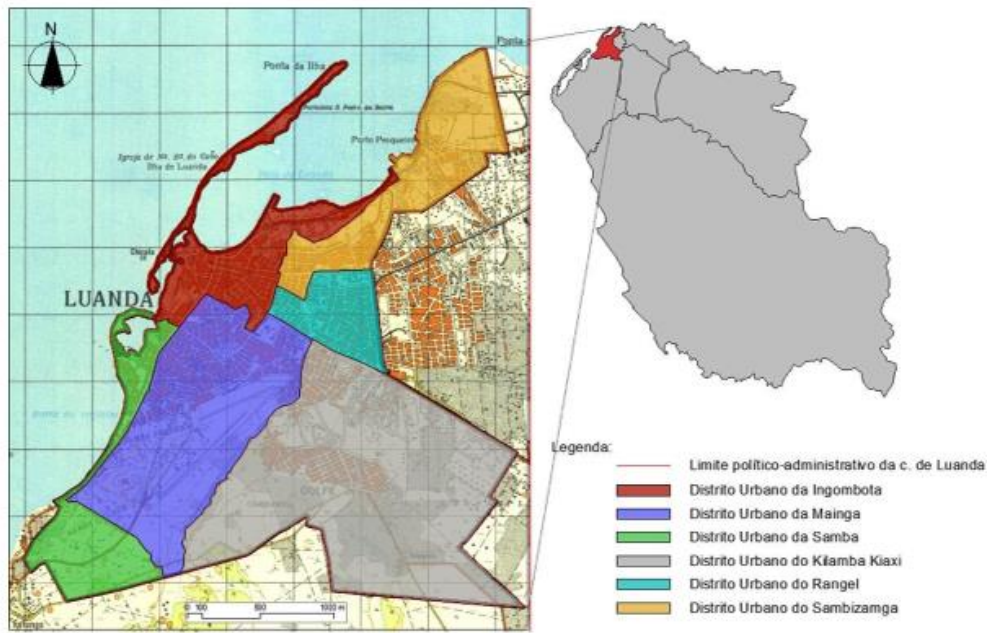
SISTEMA DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL

TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS

Tipologia	Categoria	População	% do total da população
A Centro Urbano Antigo	Mais de 35 anos	165 693	3%
B Novas Urbanizações e Condomínios	Nova, Pós Guerra	163 721	3%
C Bairro Popular	Mais de 35 anos	83 290	1%
D Zonas de Habitação Social	Nova, Pós Guerra	118 380	2%
E Áreas de Auto-construção Dirigida	Nova, Pós Guerra	396 736	7%
F Musseques em Transição	Pós Independência	622 950	11%
G Musseques Ordenados	Mais de 35 anos	477 956	8%
H Musseques Antigos	Mais de 35 anos	2 312 701	40%
I Musseques Periféricos	Pós Independência	1 237 028	21%
J Assentamentos Rurais		241 787	4%
K Zona Industrial		2 957	0,05%
Total		5 823 200	100%

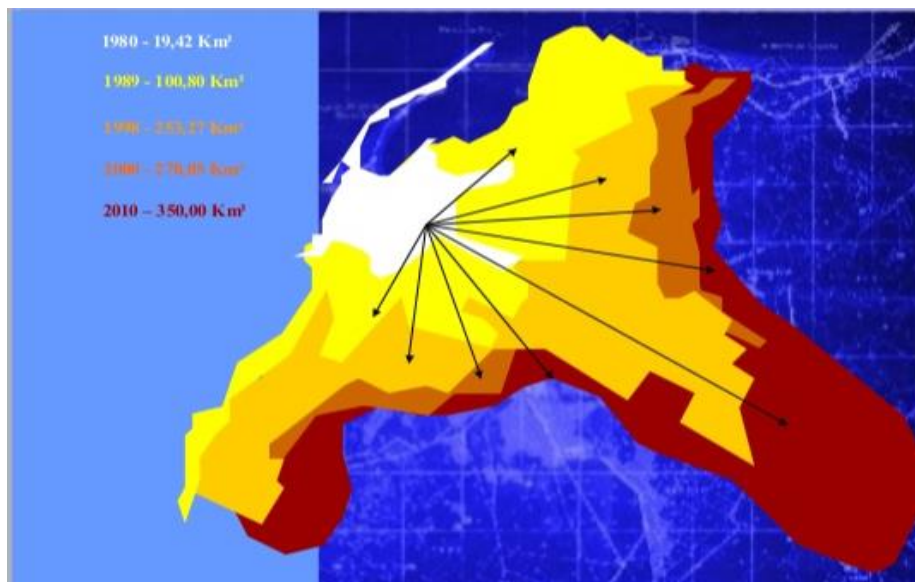
Fonte: Development Workshop e o Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo

Anexo 7 – Distribuição Administrativa da Cidade de Luanda



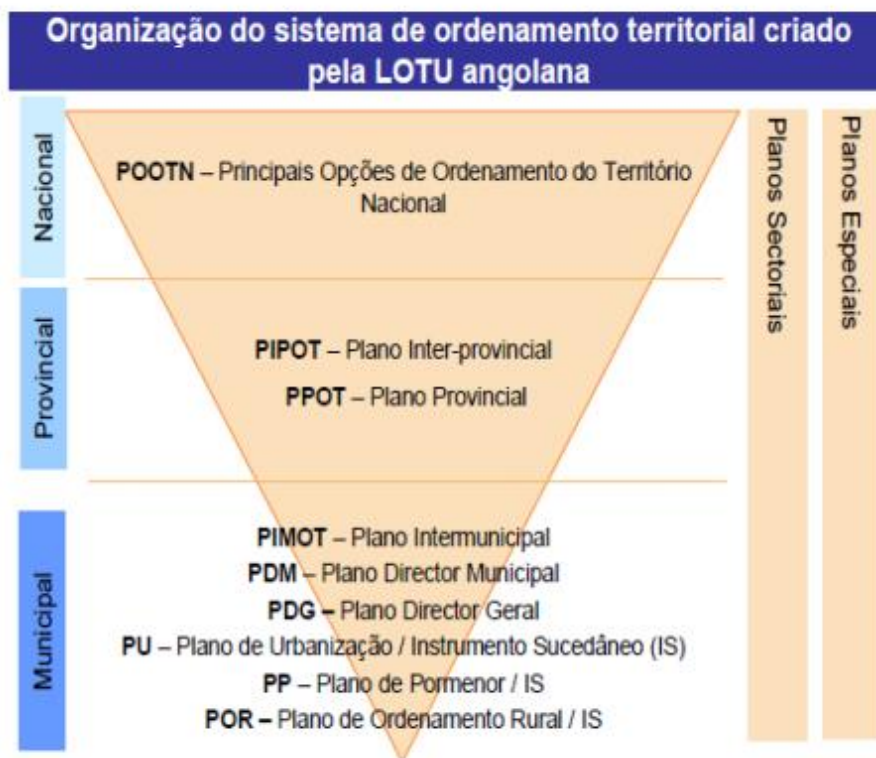
Fonte: Chissola, A. (2015). A Influência do processo de planeamento e gestão territorial na produção do espaço urbano - O caso de estudo da cidade de Luanda.

Anexo 8 – Apresentação estratégias de urbanização dos Musseques Luanda



Fonte: <https://www.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/ildio-daio-estrategia-de-urbanizao-dos-musseques-em-luanda-12-de-abril-de-2013>

Anexo 9 – Organização do Sistema de Ordenamento Territorial Angolano



Fonte: LOTU Angola

Anexo 10- Registo Fotográfico das Problemáticas da Cidade

Foto - Um olhar sobre o estado das vias na cidade de Luanda



Fonte: Google - <https://angola-online.net/public/index.php/noticias/moradores-do-golfe-ii-pedem-mais-infra-estruturas-sociais>

Foto – Falta de água canalizada nas zonas periurbanas na cidade



Fonte: <https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/bairro-do-golf-1-sem-agua-canalizada-ha-mais-de-20-anos-60091.html>

Foto – Um olhar sobre os contrastes no sistema viário



Fonte: <https://rna.ao/rna.ao/2020/10/09/automobilistas-pedem-melhoria-da-via-cassequel-balumuca-golf/.ao>

Foto – Vias Rodoviárias Necessitam de Obras de Reabilitação

Em 2016 as ruas secundárias dos distritos urbanos do Rangel e Sambizanga, no município de Luanda, terão obras de melhoramento, de acordo com a informação do assessor para a requalificação urbana



Fonte: Rádio Luanda/RNA.

Foto - Um olhar sobre o lixo na cidade de Luanda



Fonte: <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/amontoados-de-lixo-com-os-dias-contados/>

Foto - Lixo nas pedonais do município de Viana



Fonte: Jornal O País- <https://opais.co.ao/index.php/2021/04/05/carta-do-leitor-o-futuro-podera-ser-melhor/>

Foto – Sistema de abastecimento de água obsoleto



Fonte: Fonte: Jornal de Angola 28/06/2021

Foto – Consequências do sistema de drenagem deficiente

Cazenga: Um bairro onde é proibido viver - O número de mortes por afogamentos na vala do zango tem estado a aumentar em consequência das últimas chuvas que caíram em Luanda, sendo na maioria das vítimas menores de idade.



Fonte: Ango Notícia

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/24477/cazenga-um-bairro-onde-e-proibido-viver>

Fotos – Drenagem Pluvial Deficiente



Fonte: <https://correiokianda.info/mais-um-cidadao-morreu-na-vala-do-zango-populares-acusam-administracao-de-viana-de-nada-fazer/>



Fonte: <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/57623/chuva-de-segunda-feira-cria-transtornos-em-luanda>

Fotos - Um olhar sobre os Musseques de Luanda



Fonte: [Galería de Angola informal: una mirada a los Musseques de Luanda](https://www.galeria-de-angola.com.br/angola-informal-una-mirada-a-los-musseques-de-luanda/5e879566b357659c18000170-angola-informal-una-mirada-a-los-musseques-de-luanda-foto)
[galeria-los-musseques-de-luanda/5e879566b357659c18000170-angola-informal-una-](https://www.galeria-de-angola.com.br/angola-informal-una-mirada-a-los-musseques-de-luanda/5e879566b357659c18000170-angola-informal-una-mirada-a-los-musseques-de-luanda-foto)
[mirada-a-los-musseques-de-luanda-foto](https://www.galeria-de-angola.com.br/angola-informal-una-mirada-a-los-musseques-de-luanda/5e879566b357659c18000170-angola-informal-una-mirada-a-los-musseques-de-luanda-foto)



Fonte: [https://www.economiaemercado.co.ao/artigo/o-olhar-de-rescova-aos-](https://www.economiaemercado.co.ao/artigo/o-olhar-de-rescova-aos-musseques-de-luanda)
[musseques-de-luanda](https://www.economiaemercado.co.ao/artigo/o-olhar-de-rescova-aos-musseques-de-luanda) cláudio gomes

Foto - Novas Centralidades em Luanda - Sequele



Fonte: <http://www.portaldeangola.com/wp-content/uploads/2014/03/Centralidade-Cacuaco-baixa.jpg>

Foto - Novas Centralidades em Luanda - Kilamba



Fonte: <http://kilambanews.com/>



Terça-feira, 14 de Maio de 2019

I Série – N.º 64

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
		Ano	
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 10/19:

De Bases das Privatizações, que estabelece o regime jurídico das privatizações e reprivatizações. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente a Lei n.º 10/94, de 31 de Agosto — Lei das Privatizações e a Lei n.º 8/03, de 18 de Abril — Lei de Alteração à Lei das Privatizações.

Lei n.º 11/19:

Sobre as Parcerias Público-Privadas, que tem por objecto a definição das bases gerais aplicáveis à privatização, à concepção, ao lançamento, à modificação, à fiscalização e ao acompanhamento global das parcerias público-privadas. — Revoga a Lei n.º 2/11, de 14 de Janeiro, sobre as Parcerias Público-Privadas.

Lei n.º 12/19:

Sobre a Liberdade de Religião e de Culto. — Revoga a Lei n.º 2/04, de 21 de Maio, sobre o Exercício da Liberdade de Consciência, Culto e Religião.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 10/19
de 14 de Maio

A necessidade de se proceder à conformação da legislação à Constituição da República de Angola e, por outro lado, adequar os procedimentos de privatização ao quadro legal do Sector Empresarial Público, conferir maior concorrência entre todos os interessados nos processos de adjudicação, bem como adequar os procedimentos de privatização às melhores práticas internacionais, nomeadamente no que se refere à dispersão do capital das entidades do Sector Empresarial Público, através do mercado de valores mobiliários.

Havendo necessidade de se dinamizar a economia nacional pela devolução da iniciativa empresarial e económica aos privados, cabendo ao Estado o papel de regulador e de coordenador do desenvolvimento económico;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos da alínea l) do artigo 165.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

LEI DE BASES DAS PRIVATIZAÇÕES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

A presente Lei estabelece o Regime Jurídico das Privatizações e Reprivatizações.

ARTIGO 2.º
(Âmbito de aplicação)

1. A presente Lei aplica-se às privatizações e reprivatizações de empresas públicas, participações sociais detidas directamente pelo Estado ou por outras entidades públicas e de outros activos e bens públicos, quando considerados isoladamente.

2. A presente Lei aplica-se igualmente à cessão dos direitos de exploração dos meios de produção que antes eram vedados à iniciativa privada por razões de interesse público e outros bens que não estejam sujeitos a um regime jurídico específico ou abrangidos pela reserva absoluta do Estado, nos termos da legislação aplicável.

2. Caso a operação de privatização implique despedimento de trabalhadores, aplica-se a legislação laboral em vigor.

ARTIGO 29.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente a Lei n.º 10/94, de 31 de Agosto — Lei das Privatizações e a Lei n.º 8/03, de 18 de Abril — Lei de Alteração à Lei das Privatizações.

ARTIGO 30.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação da presente Lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 31.º
(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor à data da sua publicação. Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 21 de Fevereiro de 2019.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgada aos 3 de Maio de 2019.

Publique-se.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Lei n.º 11/19
de 14 de Maio

A necessidade de se operar uma modificação significativa ao actual regime jurídico aplicável às Parcerias Público-Privadas (PPP's) que visa proceder a ajustamentos de melhoria ao respectivo quadro legal vigente e tornar mais dinâmico e actualizado o enquadramento jurídico-legal das PPP's no País;

Tendo em conta que a modificação há-de permitir que as Parcerias Público-Privadas (PPP's) no País, se configurem como uma via alternativa, exequível e abrangente que, de forma paradigmática, vai estar ao dispor do Executivo para mobilizar as capacidades de financiamento e gestão do sector privado, abrindo a operadores deste sector, a participação na esfera da prestação pública;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos do n.º 2 do artigo 165.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

LEI SOBRE AS PARCERIAS
PÚBLICO-PRIVADAS

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

A presente Lei tem por objecto a definição das bases gerais aplicáveis à priorização, à concepção, ao lançamento, à modificação, à fiscalização e ao acompanhamento global das parcerias público-privadas.

ARTIGO 2.º
(Âmbito de aplicação)

1. A presente Lei aplica-se à Administração Directa e à Administração Indirecta do Estado, de modo a que possam ser parceiros públicos:

- a) O Estado e os serviços da sua Administração Directa;
- b) As Autarquias Locais;
- c) Os Institutos Públicos;
- d) Os Fundos Públicos;
- e) As Empresas Públicas e as Empresas com Domínio Público, conforme definidas na lei;
- f) Outras pessoas jurídicas constituídas pelos entes a que se referem às alíneas anteriores, com vista à satisfação de necessidades de interesse geral.

2. A presente Lei é igualmente aplicável a todas as parcerias em que o equivalente ao parceiro não público seja uma empresa privada, uma cooperativa ou uma instituição privada sem fins lucrativos.

3. Excluem-se do âmbito de aplicação da presente Lei:

- a) As parcerias que envolvam, cumulativamente, em termos previsionais, para a duração de toda a parceria, um encargo bruto para o sector público e um investimento inferior aos valores fixados pelo Executivo, para efeitos de avaliação dos projectos de parceria;
- b) Todos os outros contratos compatíveis com o regime jurídico previsto na presente Lei, com prazo de duração igual ou inferior a três anos;
- c) As concessões atribuídas pelo Estado aos entes de natureza pública ou de capitais exclusivamente públicos, através de lei específica.

ARTIGO 3.º
(Conceito de Parceria Público-Privada)

1. Para efeitos da presente Lei, entende-se por Parceria Público-Privada, a relação jurídica constituída por contrato ou a união de contratos, por via dos quais, pessoas jurídicas ou entes privados, designados por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, mediante contrapartida, a assegurar o desenvolvimento de

uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva em que a responsabilidade pelo financiamento, investimento, exploração e riscos associados incubem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

2. Entende-se, ainda, por Parceria Público-Privada, a constituição de uma sociedade de fim específico, cujas participações sociais são detidas pelos parceiros público e privado, para a implementação de um projecto comum ou a prestação de um serviço público com vista à satisfação de uma necessidade colectiva.

ARTIGO 4.º
(Princípios gerais)

No regime jurídico das Parcerias Público-Privadas, devem ser observados os seguintes princípios:

- a) Eficiência no cumprimento das missões do Estado e no emprego dos recursos públicos;
- b) Respeito pelos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;
- c) Responsabilidade orçamental na celebração e execução das parcerias;
- d) Transparência nos procedimentos e nas decisões;
- e) Repartição do risco de acordo com a capacidade das partes em geri-los de modo mais eficiente;
- f) Sustentabilidade financeira e vantagens sócio-económicas do projecto de Parceria Público-Privada.

ARTIGO 5.º
(Fins)

1. Constituem finalidades essenciais das Parcerias Público-Privadas:

- a) A economia e o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos face a outros modelos de contratação;
- b) A melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, orientada por métodos de controlo eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte do parceiro público e dos potenciais utentes;
- c) Valorização económica dos bens patrimoniais.

2. As finalidades a que se refere o número anterior devem servir de base à interpretação e à aplicação dos princípios e das normas constantes da presente Lei.

ARTIGO 6.º
(Contratos compatíveis com o regime de Parcerias Público-Privadas)

São compatíveis com o Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas, os seguintes contratos:

- a) Concessão de obras públicas;
- b) Concessão de exploração de serviço público;
- c) Aquisição de serviços;
- d) Gestão;
- e) Outros contratos públicos que integram ou venham a integrar ou integram o ordenamento jurídico e que sejam compatíveis com o Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas.

ARTIGO 7.º
(Sociedade de fim específico)

1. Sempre que a Parceria Público-Privada implicar a criação de uma entidade específica, detida ou controlada pelos parceiros, deve ser constituída a sociedade de fim específico que envolve a participação accionista de ambos, incumbida de implantar e gerir o objecto da parceria, sem prejuízo da coexistência de relações contratuais e acordos que estruturarem a distribuição das responsabilidades e riscos entre os parceiros.

2. A participação societária do Estado resulta das negociações com os parceiros privados.

ARTIGO 8.º
(Governança das Parcerias Público-Privadas)

Os órgãos essenciais de suporte, responsáveis pelo processo de tomada de decisão do Estado sobre os contratos de Parceria Público-Privada, celebrados ao abrigo da presente Lei, são determinados pelo Titular do Poder Executivo.

ARTIGO 9.º
(Prevalência)

O disposto na presente Lei prevalece sobre quaisquer outras normas, compatíveis com o Regime das Parcerias Público-Privadas.

ARTIGO 10.º
(Repartição de responsabilidades)

No âmbito das Parcerias Público-Privadas incumbe:

- a) Ao parceiro público o acompanhamento, a avaliação e o controlo da execução do objecto da parceria, de forma a garantir que sejam alcançados os fins de interesse público subjacentes;
- b) Ao parceiro privado, o financiamento, no todo ou em parte, bem como o exercício e a gestão da actividade contratada, nos casos em que não haja transferência imediata para o parceiro público da infra-estrutura edificada.

ARTIGO 11.º
(Pressupostos)

1. O lançamento e a contratação de uma parceria pressupõem:

- a) A configuração de um modelo de parceria que represente para o parceiro público vantagens, relativamente às formas alternativas de alcançar os mesmos fins, avaliadas nos mesmos termos previstos na Lei do Orçamento Geral do Estado e que, simultaneamente, represente para os parceiros privados uma expectativa de obtenção de retorno adequado aos montantes investidos e ao grau de risco em que incorrem;
- b) O cumprimento, quando for o caso, das normas relativas à programação financeira constante da Lei do Orçamento Geral do Estado;

- c)* A clara enunciação dos objectivos da parceria para o sector público, especificando os resultados pretendidos e as vantagens daí decorrentes, numa perspectiva de análise custo-benefício.
- d)* A obtenção das autorizações e pareceres administrativos exigidos, tais como, entre outros, os de natureza ambiental e urbanísticos, dos quais dependa o desenvolvimento do projecto, de modo a permitir que todo o risco da execução seja ou possa ser adequadamente transferido para o parceiro privado;
- e)* A adequação do prazo de vigência da parceria às circunstâncias e características específicas de cada projecto, tendo em consideração, designadamente, o período de reembolso do financiamento, o escalonamento dos pagamentos pelo parceiro público e a vida útil das respectivas infra-estruturas;
- f)* A concepção de modelos de parcerias e de estruturas contratuais que evitem ou minimizem, na medida do possível e mediante fundamentação adequada, a probabilidade da verificação de modificações unilaterais dos contratos pelo parceiro público, ou por quaisquer outros factos ou circunstâncias geradoras ou potenciadores da obrigação de reposição do equilíbrio económico e financeiro;
- g)* A concepção de modelos de parceria e de estruturas contratuais que garantam, que o esforço financeiro do parceiro público se encontra repartido de forma adequada às regras de execução orçamental e que permitam garantir a manutenção do interesse do parceiro privado, em qualquer dos casos, durante todo o período de vida da parceria;
- h)* A adopção, na fase prévia à contratação, das diligências e a consagração das exigências que se revelem adequadas à obtenção de um resultado negocial económica ou socialmente competitivo;
- i)* A identificação detalhada dos riscos a assumir por cada uma das partes;
- j)* A identificação das situações susceptíveis de, durante a vigência do contrato, gerarem uma partilha de benefícios entre as partes e ou atribuírem ao parceiro público a totalidade dos respectivos benefícios;
- k)* A identificação da entidade pública que tem a responsabilidade de suportar os encargos decorrentes de pagamentos a realizar ao parceiro privado, quando se preveja que os mesmos venham a ter lugar, bem como a identificação da origem dos respectivos fundos;
- l)* A identificação da entidade pública responsável pela gestão do contrato de parceria.

2. Os estudos económico-financeiros de suporte ao lançamento da parceria, bem como os factores de avaliação das propostas a apresentar pelos concorrentes, utilizam os parâmetros macroeconómicos relevantes para o Executivo, o qual determina, designadamente, os aspectos gerais e específicos a considerar na fixação da taxa de desconto a adoptar, para efeitos das respectivas actualizações financeiras.

3. A verificação da conformidade do projecto de parceria com os pressupostos referidos no n.º 1, deve ser realizada em função da fase em que o projecto se encontre.

4. No que respeita, em especial, à licença de impacto ambiental, quando exigível segundo a lei aplicável, deve a mesma ser obtida previamente ao lançamento da parceria.

5. Nos casos em que sejam apresentadas propostas com variantes assentes em pressupostos diferentes daqueles que serviram de base à licença de impacto ambiental, os riscos inerentes à variante correm exclusivamente por conta da parte proponente.

ARTIGO 12.º (Partilha de riscos)

1. A partilha de riscos entre os parceiros públicos e privados deve estar claramente identificada contratualmente e obedece às seguintes regras:

- a)* Os diferentes riscos inerentes à parceria devem ser repartidos entre as partes, de acordo com as suas características, devendo o parceiro privado assumir, sempre, parte significativa e efectiva dos mesmos;
- b)* Evitar a identificação de riscos que não tenham adequada e fundamentada justificação;
- c)* Os riscos associados, decorrentes, designadamente da taxa de inflação, da desvalorização da moeda nacional, do aumento de taxas de juro de financiamento, quando suportadas pelas partes, e os actos de força maior, devem ser, tratados de forma equilibrada;
- d)* Constitui dever do parceiro privado contratar seguros, por forma a transferir os riscos referidos na alínea anterior.

2. Os contratos devem incluir uma matriz de riscos, onde conste a descrição sumária que permita a clara identificação da tipologia de riscos assumidos por cada um dos parceiros.

3. Os riscos alocados ao parceiro privado têm natureza exemplificativa e os riscos alocados ao parceiro público têm natureza taxativa, de modo que, todos os riscos não alocados ao parceiro público sejam interpretados como alocados ao parceiro privado.

CAPÍTULO II Lançamento das Parcerias

ARTIGO 13.º (Aprovação do lançamento da parceria)

1. Compete ao órgão competente para decidir sobre a contratação, a aprovação do lançamento da parceria, mediante relatório fundamentado, com a proposta de decisão, submetido pela entidade que prepara o processo de parceria.

2. O relatório a que se refere o número anterior deve incluir a análise, nomeadamente da conformidade da versão definitiva do projecto de parceria com o disposto no n.º 1 do artigo 11.º e no artigo 12.º da presente Lei.

ARTIGO 14.º
(Procedimento aplicável)

1. A escolha do procedimento para a formação do contrato de Parceria Público-Privada deve observar o regime previsto na Lei dos Contratos Públicos.

2. No procedimento, pode ser autonomizada a componente financiamento, com respeito pelos princípios aplicáveis à contratação pública, caso em que deve indicar-se na documentação do procedimento, designadamente, a taxa global de custo de capital alheio a considerar, o nível de fundos próprios exigidos e a maturidade e composição dos fundos alheios, bem como o respectivo serviço da dívida.

3. Os elementos a que se refere o número anterior, quando aplicáveis, servem de referência para efeitos de avaliação das propostas.

ARTIGO 15.º
(Júri do procedimento)

1. O procedimento para formação de contrato de Parceria Público-Privada é conduzido por um júri, designado pelo órgão competente para decidir sobre a contratação.

2. O júri do procedimento é constituído por três ou cinco membros efectivos, um dos quais preside e os demais são suplentes.

3. A competência do júri e o seu funcionamento obedece ao regime previsto na Lei dos Contratos Públicos.

4. O júri, no seu relatório deve, designadamente, descrever o projecto e o seu modelo de financiamento e proceder à avaliação quantitativa dos encargos previstos para o sector público, bem como da estimativa do impacto potencial dos riscos, directa ou indirectamente afectos ao sector público, decorrentes do conteúdo e natureza de cada uma das propostas tendo, especialmente, em conta o pressuposto referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º

5. O júri deve verificar a conformidade do projecto de decisão com o disposto no n.º 1 do artigo 9.º e no artigo 10.º, bem como demonstrar a comportabilidade dos custos e riscos decorrentes da parceria em função da programação financeira anual.

ARTIGO 16.º
(Adjudicação e reserva de não adjudicação)

1. Sem prejuízo da competência prevista na Lei dos Contratos Públicos, para a autorização da despesa, a adjudicação é feita da forma seguinte:

- a) Mediante despacho do órgão competente para decidir sobre a contratação, quando se trate de parceria lançada por uma das entidades a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 do artigo 2.º;
- b) Pelo respectivo órgão de supervisão, quando se trate de parceria lançada por uma entidade a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º

2. A qualquer momento pode pôr-se termo ao procedimento em curso, relativo à constituição da parceria, sem direito a qualquer indemnização, sempre que, de acordo com a apreciação dos objectivos a perseguir, os resultados das análises e avaliações realizadas até então, ou os resultados das negociações levadas a cabo com os concorrentes não correspondam, em termos satisfatórios, aos fins de interesse público subjacentes à constituição da parceria, incluindo a respectiva comportabilidade de encargos globais estimados.

3. A decisão relativa ao termo do procedimento deve observar, com as necessárias adaptações, as formalidades previstas no n.º 1 do presente artigo.

4. O termo do procedimento de constituição da parceria é obrigatório, sempre que se apresente apenas um concorrente no respectivo procedimento adjudicatório, salvo decisão expressa e fundamentada do órgão competente para decidir sobre a contratação.

CAPÍTULO III
Fiscalização, Acompanhamento
e Modificação das Parcerias

ARTIGO 17.º
(Fiscalização e acompanhamento das parcerias)

1. Os poderes de fiscalização, acompanhamento e controlo da execução das parcerias são exercidos por entidades ou serviços determinados pelo Titular do Poder Executivo e identificados nos contratos.

2. O acompanhamento a que se refere o artigo anterior deve prosseguir os seguintes objectivos:

- a) Assegurar a continuidade do conhecimento dos projectos, de forma a dotar o sector público de uma adequada capacidade negocial;
- b) Assegurar que permaneça no sector público o conhecimento dos projectos, contribuindo, deste modo, para a progressiva redução tendente à eliminação do recurso a consultoria externa;
- c) Recolher, tratar e centralizar a informação económico-financeira relativa a contratos de parcerias a celebrar ou celebrados;
- d) Informar o Titular do Poder Executivo da situação económico-financeira dos contratos de parceria e da sua evolução;
- e) Dotar os órgãos essenciais de suporte às parcerias de adequados instrumentos de informação susceptíveis de contribuir para decisões políticas relacionadas com as parcerias;
- f) Identificar situações susceptíveis de contribuir para um eventual agravamento do esforço financeiro do sector público;
- g) Contribuir para melhorar o processo de constituição de novas parcerias;
- h) Contribuir para uma eficaz divulgação da experiência recolhida no âmbito do sector público;

- i) Avaliar os resultados dos contratos de parceria celebrados, comparando-os, sempre que possível, com aqueles que são alcançados por outras entidades públicas ou privadas que desenvolvem actividades de conteúdo semelhante.

ARTIGO 18.º

(Acréscimo e redução de encargos)

1. Sempre que o parceiro público pretenda, nos termos fixados no contrato ou na lei e sem prejuízo da observância do regime jurídico relativo à realização de despesas públicas, adoptar uma posição unilateral susceptível de fundamentar um pedido de reposição do equilíbrio financeiro do respectivo contrato de parceria deve, previamente, estimar os efeitos financeiros decorrentes dessa determinação e verificar a correspondente comportabilidade orçamental.

2. Sem prejuízo da observância do regime jurídico relativo à realização de despesas públicas, carece de despacho prévio de concordância dos órgãos competentes, qualquer decisão do parceiro público, no âmbito da execução do respectivo contrato e das condições aí fixadas susceptíveis de gerar:

- a) Um acréscimo dos encargos previstos para o sector público, excepto se o respectivo valor não exceder, em termos anuais ou em termos acumulados, os valores brutos, inicialmente fixados, em valores actualizados;

- b) Uma redução de encargos para o parceiro privado.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o pedido do serviço ou entidade que representa o parceiro público na execução do contrato em causa, deve ser apresentado à entidade de acompanhamento, com a respectiva fundamentação do orçamento apresentado pelo parceiro privado e das condições de execução e de pagamento.

4. Nos casos dos órgãos a que se refere o n.º 2 não aceitarem o orçamento apresentado ou as respectivas condições de execução e de pagamento, bem como as eventuais alterações que, entretanto, ocorram em função de um processo negocial, o parceiro público pode, mediante um novo parecer da entidade de acompanhamento, unilateralmente e nos termos fixados no contrato ou na lei, tomar a decisão que acautele em melhores condições o interesse público.

ARTIGO 19.º

(Partilha de benefícios, reposição do equilíbrio financeiro e renegociação do contrato)

1. Quando, durante a execução do contrato de parceria forem invocados factos susceptíveis de fundamentar uma modificação contratual, designadamente uma partilha de benefícios, ou a sua integral atribuição ao parceiro público, a reposição do equilíbrio financeiro ou a renegociação do contrato, deve ser constituída uma comissão de negociação.

2. Para efeitos do número anterior, o serviço ou entidade que representa o parceiro público deve apresentar aos órgãos competentes para decisão uma proposta, devidamente fundamentada, indicando, nomeadamente, os fundamentos para o início do processo negocial e os objectivos que se pretendem alcançar.

3. Caso os órgãos competentes decidam dar início ao processo negocial devem constituir a comissão de negociação que, de acordo com a complexidade do processo, deve integrar dois ou três membros efectivos e um ou dois suplentes.

CAPÍTULO IV

Resolução de Litígios

ARTIGO 20.º

(Conflitos emergente)

1. Os conflitos emergentes das relações estabelecidas no âmbito dos contratos de parcerias celebrados nos termos da presente Lei, são resolvidos através dos métodos alternativos de resolução de conflitos, designadamente a negociação, a mediação, a conciliação e a arbitragem, nos termos da lei.

2. Quando, nos termos de contrato de parceria já celebrado, seja requerida a constituição de um tribunal arbitral para a resolução de litígios entre as partes, o serviço ou entidade que representar o parceiro público no contrato de parceria deve comunicar imediatamente aos órgãos competentes, fornecendo todos os elementos que se revelem úteis ao acompanhamento do processo.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

ARTIGO 21.º

(Aplicação no tempo)

O regime jurídico previsto na presente Lei aplica-se a todos os processos de Parcerias Público-Privadas, ainda que já tenham sido celebrados os respectivos contratos.

ARTIGO 22.º

(Revogação)

É revogada a Lei n.º 2/11, de 14 de Janeiro.

ARTIGO 23.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação da presente Lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 24.º

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 19 de Março de 2019.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgada aos 3 de Maio de 2019.

Publique-se.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Lei n.º 12/19
de 14 de Maio

O Estado Angolano é laico, reconhece e respeita as diferentes confissões religiosas, as quais são livres de exercer as suas actividades, nos termos e limites da lei.

A liberdade de religião e de culto é inviolável, nos termos do artigo 41.º da Constituição da República de Angola, sendo tarefa do Estado a tomada de medidas efectivas para a sua protecção.

Havendo necessidade de se adequar a legislação sobre o Exercício da Liberdade de Religião e de Culto à actual realidade social, bem como harmonizar o seu regime jurídico com as convenções e tratados internacionais de que Angola é Parte;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições conjugadas da alínea b) do artigo 161.º e da alínea b) do artigo 164.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

**LEI SOBRE A LIBERDADE
DE RELIGIÃO E DE CULTO**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

A presente Lei estabelece os princípios e regras relativos ao exercício da liberdade de religião e de culto, bem como o regime jurídico de constituição, modificação e extinção das confissões religiosas.

ARTIGO 2.º
(Âmbito de aplicação)

1. A presente Lei aplica-se a todos os cidadãos, em especial às organizações, comunidades e confissões religiosas, existentes na República de Angola.

2. A liberdade de religião e de culto abrange a faculdade de uma pessoa singular ou colectiva adoptar e manifestar uma crença religiosa, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou colectivamente, em público ou em particular.

ARTIGO 3.º
(Definições)

Para efeitos da presente Lei entende-se por:

- a) «*Confissão Religiosa*», instituição que se caracteriza por uma comunidade de indivíduos unidos por um corpo de doutrina, sujeitos a um conjunto de normas expressas por conduta e ritos, exercidos sob a forma de crença, culto, práticas e deveres;
- b) «*Culto Religioso*», conjunto de atitudes e ritos através dos quais se presta adoração ao que se considera divino ou sagrado com o fim principal de sustentação de uma doutrina religiosa;

- c) «*Doutrina*», conjunto de princípios emanados de um livro ou documento sagrado que servem de base a um sistema religioso, sendo passível de divulgação através de pregações, opiniões, ensinamentos, textos de obras, catequeses e outras formas de ensino e educação;
- d) «*Igreja*», comunidade cerimonial religiosa bem definida, ligada a um grupo preciso de crentes que não implica a existência de um clero especializado;
- e) «*Lugar de Culto*», local considerado sagrado que pode assumir a forma de espaço, acidente geográfico, construção, monumento, para o exercício da liberdade de religião e crença;
- f) «*Ministro de Culto ou de Confissão Religiosa*», aquele que, de harmonia com a sua organização, exerce sobre os fiéis jurisdição e orientação da fé;
- g) «*Organização Para-Eclesiástica*», entidade da sociedade civil que, não sendo constituída como confissão religiosa, visa a cooperação entre as instituições religiosas, de forma inter-denominacional ou interconfessional, através do ecumenismo;
- h) «*Prática Religiosa*», exercício ou realização de actos e ritos inerentes à doutrina de uma determinada religião;
- i) «*Religião*», conjunto de princípios, valores morais, crenças e práticas de doutrinas religiosas, baseadas em livros sagrados que unem seguidores numa mesma comunidade chamada Igreja;
- j) «*Fé*», sentimento total e inquestionável na crença de realidades que não são tangíveis, mas de que se tem a convicção de que existem;
- k) «*Crença*», profunda convicção de que algo ou alguém existe, constituindo uma verdade maior indiscutível;
- l) «*Ordem e Moral Pública*», conjunto de valores, individuais ou colectivos, que denotam bons costumes segundo os preceitos estabelecidos por um determinado grupo social.
- m) «*Publicidade Enganosa*», defraudação de toda a expectativa legítima de outrem com recurso à forma publicitária que se socorram da inverdade, omissão, exagero ou ambiguidade.

ARTIGO 4.º
(Princípios)

A presente Lei rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Laicidade;
- b) Igualdade;
- c) Legalidade;
- d) Cooperação;
- e) Tolerância;
- f) Liberdade.

Fonte: www.imprensanacional.gov.ao



Quarta-feira, 23 de Dezembro de 2020

I Série - N.º 208

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 3.825,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E.P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159,40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524,00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980,00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133,20	

IMPRENSA NACIONAL - E.P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

E-mail: callcenter@imprensanacional.gov.ao/marketing@imprensanacional.gov.ao/www.imprensanacional.gov.ao

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da internet no site www.imprensanacional.gov.ao, onde poderá online ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diários da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as assinaturas para o *Diário da República* não serem feitas com a devida antecedência;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que, até 15 de Dezembro de 2020, estarão abertas as assinaturas para o ano 2021, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Informamos que, na tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2021, passam a ser cobrados os preços abaixo acrescidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em vigor:

<i>a) Diário da República Impresso:</i>	
As 3 Séries.....	Kz: 1.469.391,26
1.ª Série.....	Kz: 867.681,29
2.ª Série.....	Kz: 454.291,57
3.ª Série.....	Kz: 360.529,54
<i>b) Diário da República Gravado em CD:</i>	
As 3 Séries.....	Kz: 1.184.992,95
1.ª Série.....	Kz: 699.742,97
2.ª Série.....	Kz: 366.364,17
3.ª Série.....	Kz: 290.749,63

2. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

3. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 192.090,20, que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2021.

4. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* da 3.ª Série, através do correio electrónico, deverão indicar o endereço de correio electrónico, a fim de se processar o envio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados caso se registem desvalorização da moeda nacional ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2020 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 41/20:

Dos Contratos Públicos. — Revoga a Lei n.º 9/16, de 16 de Junho.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 361/20:

Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário Geral denominada Liceu n.º 1.162 — «21 de Janeiro», sita no Distrito Urbano da Muianga, Município de Luanda, Província de Luanda, com 30 salas de aulas, 90 turmas, 3 turnos, e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.



Plano de
Desenvolvimento
Nacional
2018-2022

VOL. I



GOVERNO DE
ANGOLA

APOSTAS ESTRATÉGICAS

- Um sector dinâmico de serviços avançados - incluindo presença de instituições internacionais, ensino superior e investigação, serviços financeiros, etc. - suportado por recursos humanos qualificados e infra-estruturas urbanas modernas e funcionais.
- Uma cidade antiga reabilitada, novas centralidades poli-funcionais e zonas de expansão (musseques) dispendo de infra-estruturas integradas e serviços básicos.
- Plataforma de fluxos internacionais apoiada num complexo integrado de infra-estruturas de internacionalização.
- Uma densa e dinâmica rede de pequenos negócios, base da resiliência da economia, promovendo a iniciativa e o empreendedorismo.
- Um sector turístico pujante (de negócios, de lazer e de conhecimento), numa cidade atractiva, acolhedora e segura.
- Uma base industrial sólida, de abastecimento do mercado interno, de exportação e de suporte às actividades logísticas.
- Agricultura e pecuária desenvolvidas, nomeadamente na perspectiva de abastecimento do mercado metropolitano.

CONSTRANGIMENTOS

- Forte concentração populacional, escala dos problemas urbanos e impotência do planeamento urbano face aos mesmos: vastíssimas áreas residenciais sem condições básicas, condições precárias de habitação, falta de infra-estruturas e de adequado ordenamento do território.
- Elevados níveis de desemprego e de pobreza, exigindo políticas activas de inclusão e emprego.
- Excessivo peso da economia informal, repercutindo-se negativamente na qualidade dos serviços, nos fluxos urbanos, no ordenamento urbano, na competitividade da economia e nas receitas públicas.
- Mobilidade: sistema de transportes ineficiente e desarticulado, favorecendo as desigualdades sociais e absorvendo uma fatia excessiva dos rendimentos individuais.
- Ambiente e segurança: condições desfavoráveis ao bem-estar da população e ao ambiente de negócios e turismo, com graves riscos para a saúde pública e para a segurança física dos cidadãos.
- Insuficiência e precariedade das infra-estruturas e equipamentos públicos: insuficiência das redes eléctrica, de abastecimento de água e de saneamento existentes e existência de extensas áreas residenciais com problemas estruturais para a expansão das redes e áreas de actividades económicas desprovidas, ou apenas parcialmente dotadas, de infra-estruturas.
- Educação, saúde e inserção social: insuficiência das redes de serviços existentes, agravadas pelas más condições de mobilidade da população.
- Insuficiente integração das intervenções sectoriais, reduzindo a eficácia dos investimentos públicos.
- Ineficiência na cobrança de serviços (p.e água) reduzindo a capacidade de novos investimentos.

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

Dotação da província com as infra-estruturas básicas e de apoio ao desenvolvimento específicas de que carece, no limite dos recursos disponíveis, nomeadamente:

- Melhoria da oferta de habitação.
- Água e energia de qualidade e cobrança dos correspondentes serviços.
- Infra-estruturas urbanas integradas, vias de circulação e espaços públicos.
- Sistemas de transportes públicos e infra-estruturas associadas à mobilidade.
- Ambiente urbano (higiene urbana, espaços públicos) e segurança.
- Saneamento (projectos da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda).
- Educação.
- Extensão dos serviços básicos (água, saneamento, recolha de resíduos sólidos urbanos) aos musseques e definição de uma estratégia para a sua integração urbana.
- Infra-estruturas de internacionalização e consequências para a rede de centros logísticos e industriais.
- Reabilitação da cidade antiga.
- Infra-estruturas de suporte ao investimento privado.
- Reforço da produção agrícola e pecuária.
- Reforço das condições de segurança e de combate à criminalidade

Anexo 14 – Objetivo ONU 11 - Cidades e Comunidades Sustentável



NAÇÕES UNIDAS ANGOLA

SOBRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL FAÇA A SUA PARTE HISTÓRIAS RECURSOS CENTRO DE IMPRENSA

Início / Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola / Cidades e comunidades sustentáveis

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11

Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão a contribuir a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 em Angola, onde as várias agências, através das suas respectivas naturezas apoiam projectos catalizadores dos ODS.



Fonte: <http://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/sustainable-development-goals.html>

Anexo 15 – Programa do PDGML



8 – DESAFIOS DO IPGUL

- **Analisar a estrutura actual** frente às necessidades de implementação do PDGML.
- **Compor o quadro técnico** adequado às necessidades do Instituto.
- **Compilar** as informações dos Planos numa **base de dados**.
- **Difundir a existência do documento** aos municípios, para que garantam o enquadramento dos seus respectivos Planos com o mesmo.
- **Garantir a aplicabilidade** do PDGML.

7.9 Contratar serviços técnicos para a elaboração de estudos e planos territoriais, através de concurso público e nos termos previstos na Lei.

- Coordenar a avaliação e aprovação dos principais projectos;
- Garantir a integridade e legitimidade dos concursos públicos;
- Garantir a aplicabilidade dos regulamentos existentes.
- Impor sanções nos contratos de aquisição de serviços para garantir a sua correcta implementação.



7.8 Delimitar os espaços naturais a preservar.

- Acompanhar a elaboração dos PDM e de outros planos parciais, por forma a garantir que estão alinhados com as estratégias do PDGML;
- Identificar e delimitar os espaços naturais sensíveis para garantir a sua correcta apropriação e preservação.
- Criar um sistema de monitoramento, integrado com a população, dos espaços a serem preservados, garantindo a sua conservação.



7.7 Garantir o acesso dos cidadãos a equipamentos e infra-estruturas públicas.

- Criar unidades de gestão nos bairros de modo a identificar os problemas e necessidades para em conjunto com o IPGUL adoptar a solução adequada para resolver os mesmos;
- Promover iniciativas público/privadas para desenvolver projectos dos equipamentos e serviços apontados como prioritários;
- Gerir as infra-estruturas públicas já implantadas para garantir a sua manutenção e desempenho adequado.



7.6 Adequar a densidade demográfica dos centros urbanos da província às infra-estruturas, equipamentos e serviços previstos, com especial enfoque no Centro de Luanda.

- Construir uma equipa de planeamento forte composta por técnicos qualificados e experientes, para fomentar o desenvolvimento da cidade e promover o seu potencial para atrair investimento;
- Promover e acompanhar o desenvolvimento dos projectos financiados pelo Estado, garantindo a sua implantação e correcta gestão.



7.5 Monitorizar a execução de projectos e/ou programas para fins de realojamento.

- Colaborar com os Municípios para aferir as suas carências e ajudá-los a concretizar os seus objetivos de regeneração;
- Desenvolver planos para sensibilizar a população quanto ao seu papel na manutenção e gestão do espaço e das construções;
- Auxiliar os Municípios no mapeamento das áreas de risco, definindo as situações prioritárias e determinando as medidas emergenciais.



7.4 Promover e/ou realizar os estudos necessários à elaboração de planos ou com vista à adopção de medidas preventivas.

- Divulgar a actividade da unidade técnica por meio de eventos nacionais e internacionais;
- Obter e gerir os investimentos públicos e privados para concretizar as propostas do PDGML.
- Criar uma plataforma digital, para garantir a gestão dos dados, sua fiabilidade, compatibilização dos projectos, constantemente actualizada e de acesso facilitado à informação em um só lugar.



7.3 Acompanhar e avaliar a elaboração dos Planos

de Ordenamento do Território de âmbito Municipal e Provincial, com particular enfoque no PDGML.

- Criar departamentos para tratar de questões relacionadas ao:
 - planeamento estratégico;
 - controlo do ordenamento e licenciamento;
 - oferta de habitação social;
 - transportes e serviços de infra-estrutura;
 - protecção do ambiente e do património;
 - elaboração, aprovação e construção.
- Realizar formações internas para garantir que os técnicos estão devidamente informados acerca de instrumentos de gestão territorial, sua aplicabilidade e domínio do seu conteúdo.



7.2 Promover a integração das políticas

e as directrizes sectoriais que incidem na Província.

- Criar normas, regras e políticas adicionais para controlar a transformação do território provincial;
- Definir um programa de acção concertado, claro e eficiente, que dissemine os objectivos e recomendações do PDGML;
- Determinar as prioridades e os projectos a serem desenvolvidos para atender os objetivos do PDGML.



7.1 Garantir um uso do solo racional e sustentável,

para o adequado desenvolvimento económico, social e cultural, preservando o equilíbrio ecológico e os interesses de defesa do território.

- Implementar as recomendações do PDGML de forma eficaz, elaborando um documento síntese objectivo, disponível para consulta de todos intervenientes no processo do planeamento;
- Oferecer a principal fonte de serviços de planeamento e ordenamento para a região, garantindo os instrumentos de gestão adequados a cada situação;
- Definir directrizes de melhores práticas para a província de Luanda e seus Municípios.



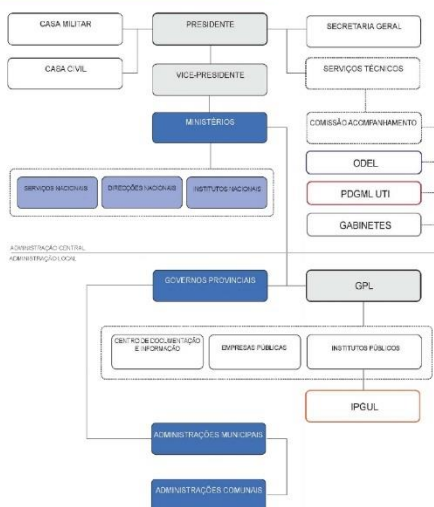
O Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda - **IPGUL**, surge da necessidade de dotar o GPL de uma **entidade autónoma**, com **capacidades técnicas e operativas** que garantam a prossecução do interesse público no âmbito do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

6 – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

ATRIBUIÇÕES DO GPL

- Planear e coordenar a estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental da Província;
- Acompanhar a execução dos planos e programas de investimento público e avaliar o impacto dos investimentos municipais na região metropolitana;
- Elaborar e aprovar planos de ordenamento do território;
- Avaliar e monitorizar a execução dos planos e projectos urbanos relevantes submetidos pelos municípios;
- Assegurar a articulação entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas: Ambiente, Habitação, Mobilidade e Transportes, Água e Saneamento, Energia, Equipamentos Públicos, Desenvolvimento Económico e Social e Tratamento de Resíduos Sólidos;
- Promover e monitorizar programas de autoconstrução dirigida e de habitação social;
- Viabilizar a transmissão e/ou constituição de direitos fundiários sobre terrenos;
- Propor à administração central a transferência de terrenos do domínio público para o domínio privado do Estado;
- Tutelar entidades públicas de carácter regional, como é o caso do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda – IPGUL.

6 – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO



5 – AÇÕES FUTURAS

PRÓXIMOS 5 ANOS

Principais Corredores de Desenvolvimento

- Prever eixos rodoviários eficientes e de alta qualidade
- Novos sistemas de transportes públicos operacionais
- Sistemas de infra-estruturas de energia, água e de saneamento alinhados
- Contíguos a desenvolvimentos de usos mistos de alta densidade

Estruturar os Projectos de Regeneração

- Estabelecer um regime de concessão piloto para melhorar os bairros de musseque estruturado
- Desenvolver projectos para corredores habitacionais de usos mistos e alta densidade, através de parcerias com entidades privadas e sujeitos a vários modelos de propriedade
- Programa de restauro dos edifícios históricos do centro da cidade
- Projectos de centros nodais em Viana e noutros lugares



LEGENDA

- Fase 1 - Corredores de desenvolvimento, prioridade alta
- Fase 1 - Corredores de desenvolvimento, prioridade média
- Corredores Verdes
- Locais de Reabilitação
- Regeneração do Centro da Cidade
- Centralidades Primárias
- Centralidades Secundárias

Principais iniciativas ambientais

- Novo sistema de saneamento da cidade
- Projecto "Linhas de água limpas" para viabilizar a criação de novos parques lineares
- Delimitação da cintura verde e programa natureza e de agricultura ecológica

Iniciativas económicas

- Concluir o aeroporto e melhorar o porto e o porto seco
- Estabelecer zonas de comércio internacional em Viana
- Consolidar pólos financeiros, industriais, turísticos e de serviços
- Viabilizar acordos comerciais internacionais para a indústria, agricultura e regeneração

Gerir o processo

- Monitorizar o elencado acima após um período de 5 anos
- Ajustar a estratégia para resolver as questões em falta
- Publicar a segunda versão do PDGML

5 – AÇÕES FUTURAS

PRÓXIMOS 15 ANOS



4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

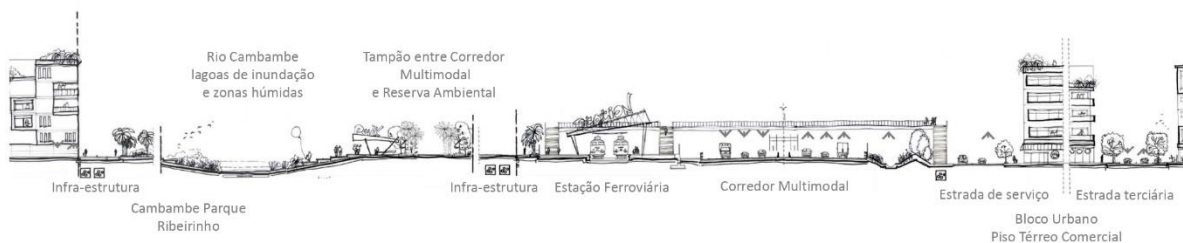
INICIATIVAS DE FOCO - CENTRO SECUNDÁRIO NA CIDADE DE VIANA



Perfil – Estação de Transferência em Viana

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

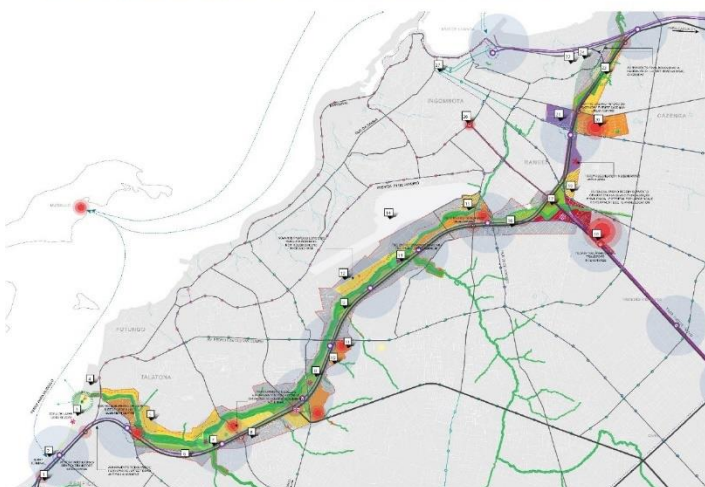
INICIATIVAS DE FOCO - CORREDOR DO CAMBAMBE



Perfil - Intervenção no Cambambe

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

INICIATIVAS DE FOCO - CORREDOR DO CAMBAMBE



LEGENDA

- Área de Intervenção Alargada
- Limite de Projecto
- Centros Urbanos
- Espaço Público Aberto
- Reserva Ambiental
- Parque Ribeirinho
- Usos Mistos
- Pólo Comercial e de Retailho
- Institucional e Serviços Públicos
- Urbanizações
- Musseque Projecto Prioritário
- Edifício de Referência
- ★ Ponto de Atração-Chave
- Ligações Verdes
- Ligações Pedonais
- Vistas-Chave
- Estradas Primárias
- Estradas Secundárias
- Ligação Ferry
- Corredor de Transporte de Massa
- Comboio de Passageiros
- Comboio
- Hub Multimodal
- Estação Ferroviária Suburbana
- Estação de Transportes Públicos

- 1 Berfica Intercâmbio Intermodal
- 2 Serviço Ferry
- 3 Praia da Nicha
- 4 Reclamação de Terrenos
- 5 Belas Shopping Centre
- 6 Cambambe Parque Ribeirinho
- 7 Residencial Local
- 8 Alinhamento Optimizado do rio Cambambe
- 9 Afluente do Parque Ribeirinho
- 10 Universidade Existente
- 11 Hipermercado
- 12 Mercado Informal
- 13 Cambambe Parque Ribeirinho
- 14 Aeroporto Existente
- 15 Projecto de Regeneração Musseque
- 16 Templo de Regeneração
- 17 Camambe Catele
- 18 Fida Intercâmbio
- 19 Musseque Projecto Piloto
- 20 Futuro Centro Urbano Cazenga
- 21 Futuro Projecto Cazenga
- 22 Comboio Express
- 23 Parque Linear
- 24 Comboio de Passageiros

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

INICIATIVAS DE FOCO - CENTRO DA CIDADE E ORLA COSTEIRA



Perfil – Intervenção Centro e Orla Costeira

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

INICIATIVAS DE FOCO



O PGDML concebeu projectos exemplificativos que estabelecem o padrão de qualidade a aplicar nas intervenções no território.

Destacando três iniciativas em áreas específicas:

- Centro da Cidade e Orla Costeira;
- Centro Secundário na Cidade de Viana;
- Corredor do Cambambe.

LEGENDA

- Centro da Cidade e Orla Costeira
- Corredor do Cambambe
- Centro Secundário na Cidade de Viana

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

MAPA DE USO DO SOLO



LEGENDA

- | | |
|--|-----------------------------------|
| 01. Usos Mistos: Centro da Cidade | 14. Residencial - Densidade Baixa |
| 02. Usos Mistos: Cidade Interior | 15. Residencial - Densidade Média |
| 03. Usos Mistos: Centro Primário | 16. Residencial - Densidade Alta |
| 04. Usos Mistos: Centro Secundário | 17. Transporte |
| 05. Usos Mistos: Corredor Urbano | 18. Infra-estrutura |
| 06. Retail Park | 19. Zona de Aterro |
| 07. Usos Mistos: Escritórios Comercial | 20. Reservas Naturais |
| 08. Usos Mistos: Parque Comercial | 21. Espaço Aberto Urbano |
| 09. Institucional | 22. Espaço Aberto |
| 10. Indústria | 23. Agricultura |
| 11. Expansão Potencial do Aeroporto | 24. Planos de Água |
| 12. Recreação | 25. Reservas Marinhas |
| 13. Residencial Rural | 26. Zonas de Inundação |

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

INFRA-ESTRUTURAS INTEGRADAS

Aumentar a disponibilidade de energia e a utilização de energia hídrica e alternativas



Tornar possível que 95% da população passe a ter acesso a água potável



Acesso a sistemas de saneamento para 80% dos residentes na área de Luanda



Sistemas de separação e de reciclagem para diminuir a deposição de lixo em aterros



Expansão do sistema, garantindo o acesso a redes móveis e de dados



Protecção da costa para fomento do sector do turismo

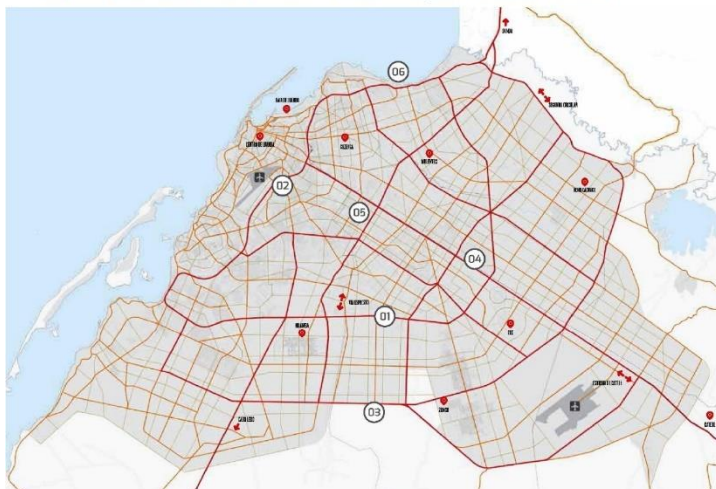


CIDADE INTELIGENTE

- Otimizar o uso de recursos
- Reduzir as emissões nocivas
- Capitalizar sobre as despesas
- Aplicar novas tecnologias
- Gerir e monitorar sistemas para aumentar a eficiência

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA – HIERARQUIA RODOVIÁRIA



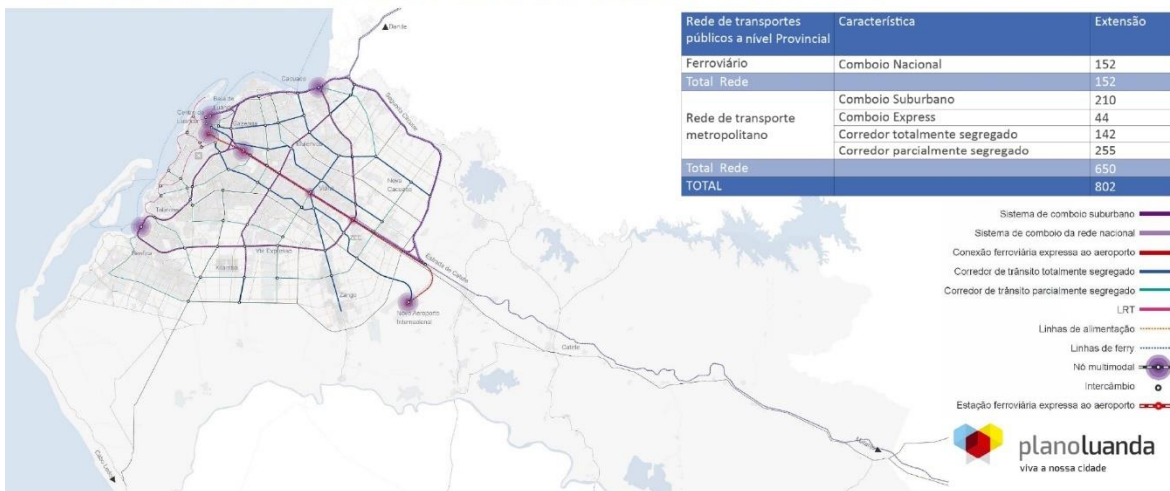
Estruturação da hierarquia rodoviária:

- 01 Dotar a Via Expresso (circular central) de capacidade adicional. Melhorar a ligação suburbana ao núcleo interno da cidade construindo a circular arterial do Corredor do Cambambe.
- 02 Concluir a via rodoviária "Segunda Circular" de Ramiros a Kifangondo, como via automóvel expresso e corredor ferroviário de passageiros e de mercadorias.
- 03 Construção do corredor primário Norte-Sul para oferecer uma conectividade rápida ao centro de Viana, aliviando simultaneamente a pressão sobre outras áreas.
- 04 Melhoria da Estrada de Catete - o principal eixo de transportes da Província.
- 05 Melhorar a Estrada de Cacuo e actualizá-la para estrada primária, como uma extensão para a Marginal da Baía, que garante ligações rodoviárias rápidas para o Dande.
- 06 Completar a estrada costeira da Marginal da Corimba.

LEGENDA
 Estrada Primária
 Estrada Secundária
 Estrada Terciária e Local

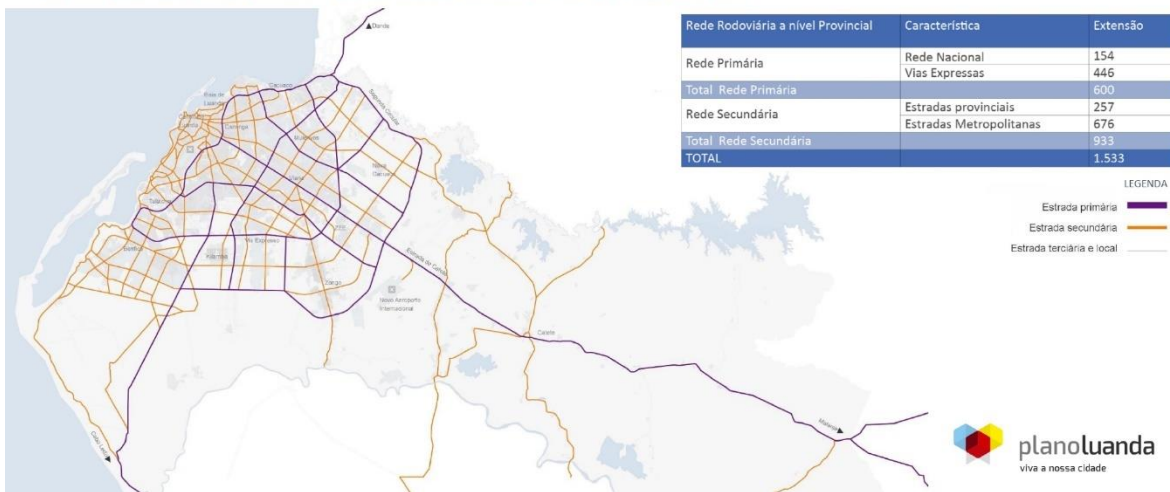
4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA – REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO A NÍVEL PROVINCIAL



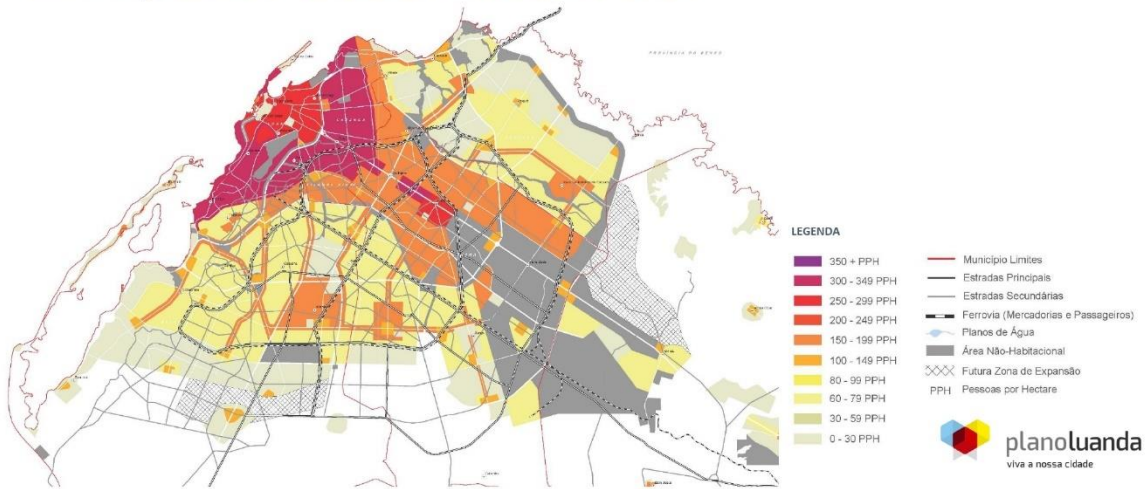
4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA – REDE RODOVIÁRIA A NÍVEL PROVINCIAL



4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

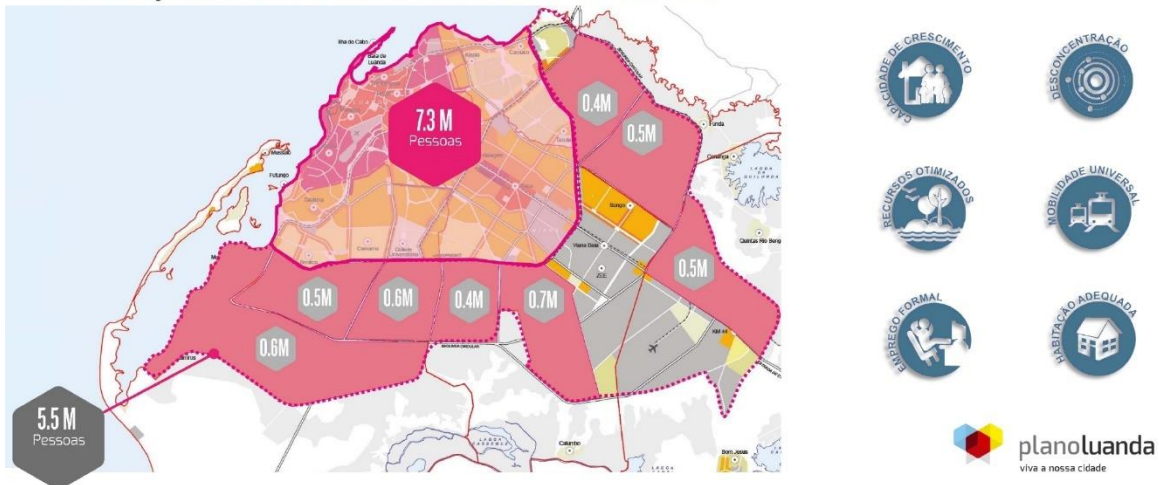
REGENERAÇÃO URBANA – DENSIDADE POPULACIONAL PREVISTA



20

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

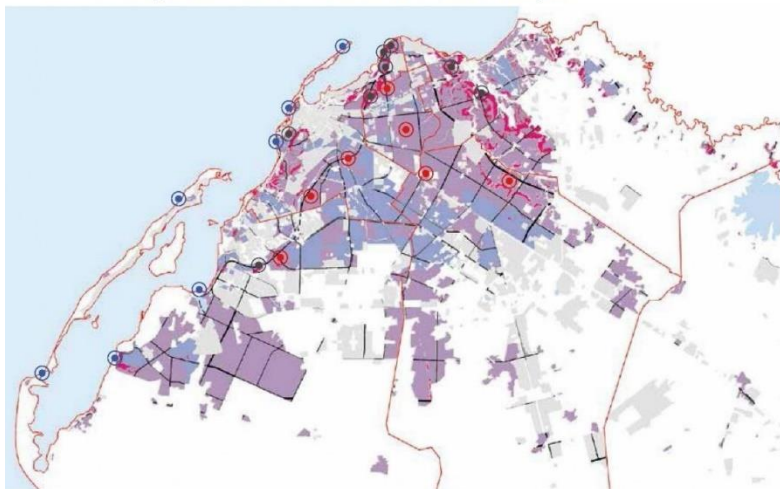
REGENERAÇÃO URBANA – CAPACIDADE DAS ÁREAS A URBANIZAR



19

4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

REGENERAÇÃO URBANA – ÁREAS DE REGENERAÇÃO



- LEGENDA**
- Limites dos Municípios
 - Planos de Água
 - Áreas Inundáveis
 - Áreas de Risco de Deslizamento de Terras
 - Musseque Estruturado
 - Musseque Não-Estruturado
 - Corredores de Mobilidade e Infraestruturas
 - Extensão Urbana Actual

Zonas de alto risco identificado. Mais estudos a serem elaborados.

- Risco de Incêndios
- Áreas na Zona Costeira e Inundáveis
- Deslizamento de Terras

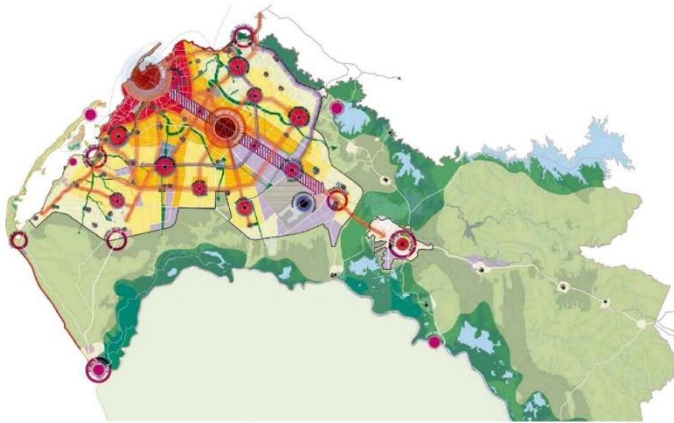
4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

REGENERAÇÃO URBANA - PROCESSO OPERATIVO



4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

ESTRUTURA E CONCEITO DO PLANO – PLANTA SÍNTESE

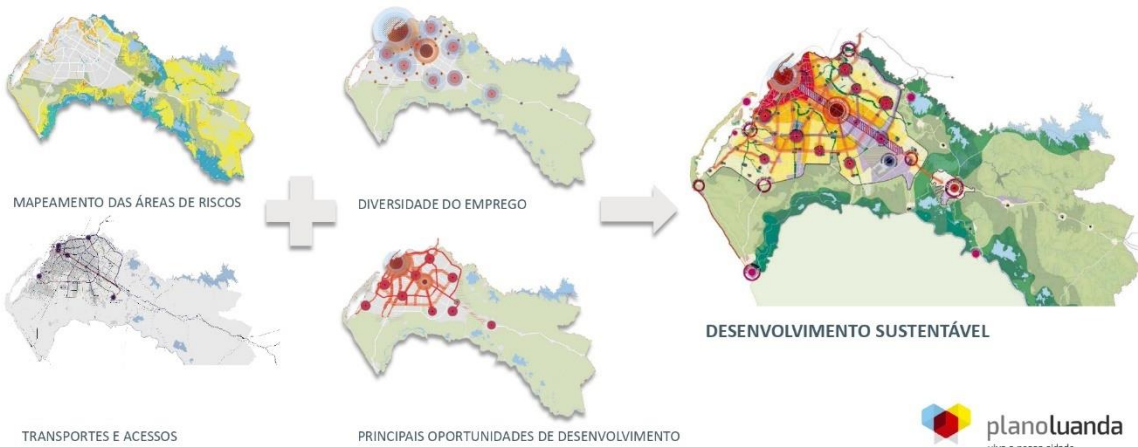


LEGENDA

- | | |
|--|--|
| 01. Limite da Área de Projecto | 21. Parques Ribeirinhos Propostos |
| 02. Estradas Principais | 22. Parque Costeiro: Praia |
| 03. Estradas Secundárias | 23. Parque Costeiro: Falésia |
| 04. Ferrovias (Mercadorias e Passageiros) | 24. Principais Centros de Educação |
| 05. Planos de Água - Lagos e rios | 25. Principais Zonas de Emprego |
| 06. Limite de Área Urbana | 26. Agricultura - Espaços destinados ao cultivo e pecuária. |
| 07. Luanda Centro da Cidade | 27. Expansão Potencial do Aeroporto |
| 08. Luanda Cidade Interior | 28. Centros Locais |
| 09. Viana Cidade Interior | 29. Centros Metropolitanos / Distritos
Ampla área de usos mistos |
| 10. Residencial - Densidade Alta | 30. Centro da Cidade de Luanda e Viana
As áreas centrais de negócios. |
| 11. Residencial - Densidade Média | 31. Portais da Cidade
Portais para quem vem de outras Provincias. |
| 12. Residencial - Densidade Baixa | 32. Núcleos Rurais - Principais assentamentos rurais. |
| 13. Principais Corredores de Emprego | 33. Núcleos Turísticos / Lazer |
| 14. Principais Rotas de Transportes Públicos | 34. Eixo Commercial de Catete |
| 15. Linhas de Transporte Marítimo | 35. Corredores de Trânsito
Principais rotas de transportes públicos |
| 16. Parques | |
| 17. Espaço Aberto | |
| 18. Paisagem Protegida: Bosque | |
| 19. Paisagem Protegida: Manguezais | |
| 20. Zonas de Inundação | |

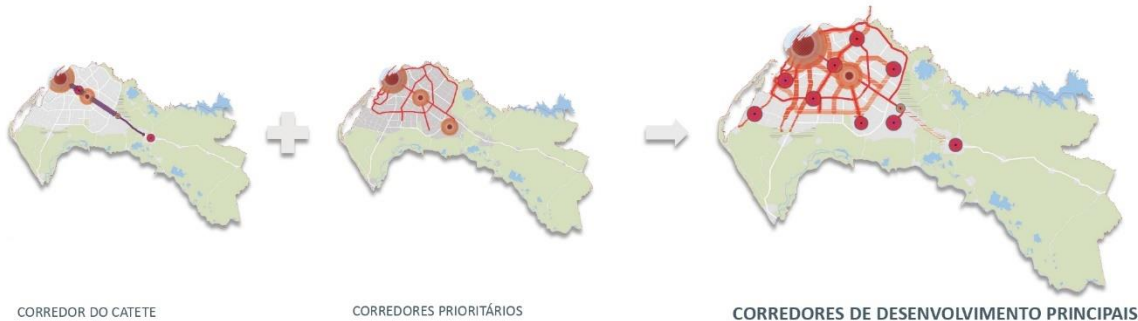
4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

ESTRUTURA E CONCEITO DO PLANO - SÍNTESE



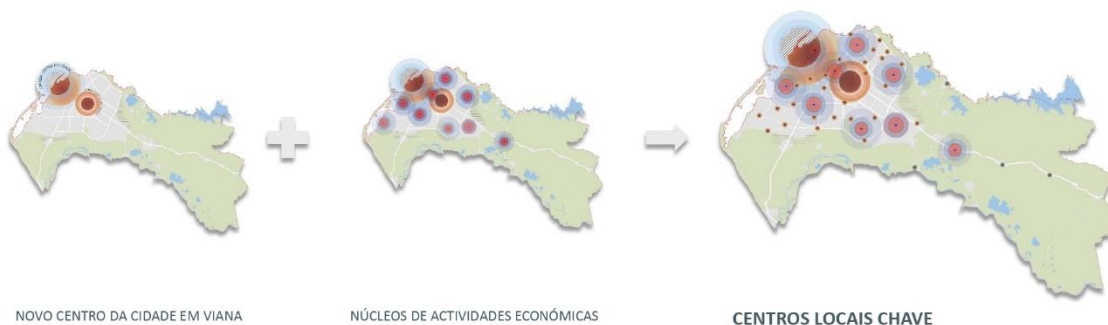
4- DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

ESTRUTURA E CONCEITO DO PLANO - CONECTIVIDADE



4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

ESTRUTURA E CONCEITO DO PLANO - DESCENTRALIZAÇÃO



4 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

ESTRUTURA E CONCEITO DO PLANO - 3 PILARES DE MUDANÇA



Assegurar as **necessidades essenciais** promovendo bairros autónomos, dotados de água potável, electricidade e saneamento.



Preservar e valorizar a identidade de Luanda, tocante às suas riquezas culturais, paisagísticas naturais e patrimoniais históricos.

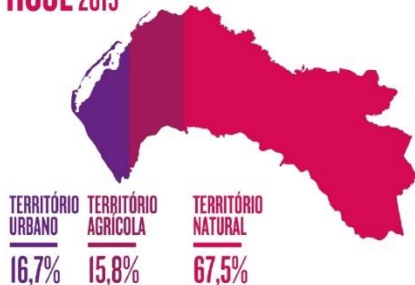


Reforçar o perfil regional e global, enquanto centro económico, turístico e de serviços, estabelecendo-se como o **Pólo da África Austral**.

3 - ENQUADRAMENTO DO PDGML

LUANDA HOJE E AMANHÃ

HOJE 2015



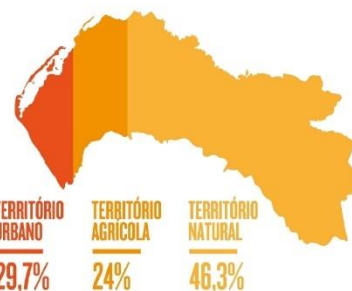
6,5
MILHÕES DE PESSOAS

41% DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS DE IDADE

AMANHÃ 2030

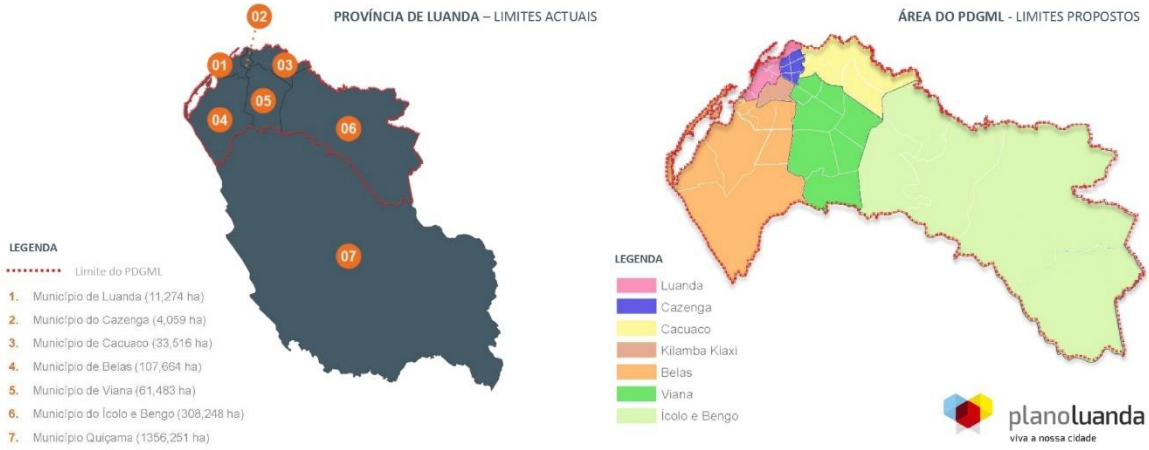
12,9
MILHÕES DE PESSOAS

PROJEÇÕES DA ONU*



3 - ENQUADRAMENTO DO PDGML

NOVOS LIMITES MUNICIPAIS



10

3 - ENQUADRAMENTO DO PDGML

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

PROVÍNCIA DE LUANDA



ÁREA DO PDGML – 526.000 HA



ÁREA METROPOLITANA – 218.000 HA



9

2 – PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDGML

ETAPAS



- 1** ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE
- 2** CENÁRIOS DE CRESCIMENTO
- 3** VISÃO PRETENDIDA



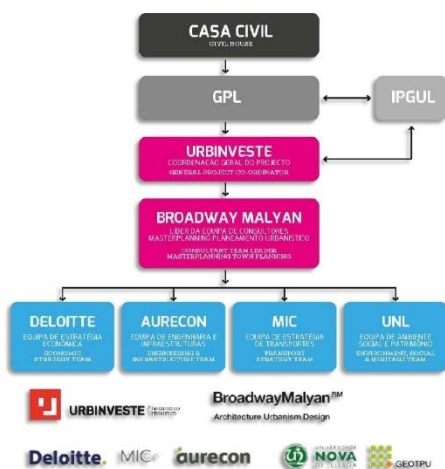
- 4** RELATÓRIO FINAL DO PDGML



- 5** FORMAÇÃO

2 – PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDGML

EQUIPA



A Equipa interveniente é multidisciplinar tendo sido acompanhada pela Casa Civil e pela comissão interministerial criada em Abril de 2014.

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO / REGULAMENTAR

Enquadra-se entre os PPOT (Planos Provinciais de Ordenamento do Território) e os PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território), combinando elementos de ambos (além de outros documentos relevantes) por forma a criar o enquadramento mais apropriado para a escala e âmbito deste Plano.



O QUE PRETENDE ?

Que seja um guia orientador para as administrações de cada município e Gabinete da Cidade **indicando a estratégia para a Província.**



1 – INTRODUÇÃO AO PDGML

PARA QUE SERVE ?

É uma ferramenta de planeamento **concebida para definir o futuro da cidade a escala provincial**, atribuindo especial importância às áreas mais urbanizadas que apresentam maiores desafios.



1 – INTRODUÇÃO AO PDGML

O QUE É ?

É um **Plano Estratégico** que combina operações de âmbito Provincial com o Planeamento da Cidade.



1 – INTRODUÇÃO AO PDGML

- O que é?
- Para que serve?
- O que pretende?
- Enquadramento Legislativos/Regulamentar

2 – PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDGML

- Equipa
- Etapas

3 – ENQUADRAMENTO DO PDGML

- Enquadramento territorial
- Novos limites municipais
- Luanda hoje e amanhã

4 – DEFINIÇÕES GERAIS DO PDGML

- Estrutura e conceito do plano
- Regeneração Urbana
- Infra-estrutura Viária
- Infra-estrutura Integrada
- Mapa de Uso do Solo
- Iniciativas de Foco

5 – AÇÕES FUTURAS

- Próximos 15 anos
- Próximos 5 anos

6 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

7 – ATRIBUIÇÃO DO IPGUL

8 – DESAFIOS DO IPGUL



Fonte: <https://ipgul.net/index.php/plano-director>

Anexo 16 - Plano Operacional de Estruturação de PPP até Dezembro de 2021



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO

Plano Operacional de Estruturação de Parcerias Público-Privadas até Dezembro de 2021

Setembro de 2020

Índice

I.	Introdução e Enquadramento	3
II.	Lista Indicativa de Projectos de Investimentos que serão estruturados na Modalidade de Parceria Público-Privada até Dezembro de 2021	4
III.	Cronograma de Estruturação de Parcerias Público-Privadas até 2021	8

I. Introdução e Enquadramento

01. O fenómeno das Parcerias Público-Privadas (PPP) se originou no Reino Unido, nos anos 90, com a designação original de Private Finance Initiative (PFI), na revolução que se operou no Reino Unido que se convencionou denominar New Public Management. Uma nova concepção de governação, caracterizada pelo reforço do papel do Estado como agente coordenador e regulador do desenvolvimento económico deixando ao sector privado o papel de agente activo de produção/comercialização de bens e serviços típicos de uma economia de mercado.
02. A teoria da Administração Pública classifica as PPP em dois grandes tipos: PPP de tipo contratual e PPP de tipo institucional. Nas PPP contratuais, a parceria baseia-se unicamente em um contrato estabelecido entre as partes. Já na PPP de tipo institucional, implica a criação de uma entidade detida conjuntamente pelos parceiros.
03. Na contratação pública tradicional a entidade pública contratante é responsável por todas as etapas de realização de um projecto de investimento público e contrata uma empresa privada para a compra de serviços ou de bens, o que contrasta com as PPP onde o sector privado assume todos os custos durante a fase de investimento, permitindo ao sector público evitar o impacto imediato do investimento no défice e na dívida pública.
04. A grande desvantagem dos arranjos de PPP surge sobre o seu impacto futuro sobre a liquidez e até a solvência do Estado, pois se não estiverem bem estruturadas as PPP podem criar um nível de endividamento cujos pagamentos pode ter impacto negativo sobre as contas públicas.
05. Pretende-se que o Ministério da Economia e Planeamento e o Ministério das Finanças coordenem um processo de preparação e implementação de projectos de investimentos públicos em regime de PPP vantajosos para o Estado até Dezembro de 2021, assegurando que os efeitos sobre as finanças públicas não sejam prejudiciais nem no presente nem no futuro, escolhendo-se como activos a incluir nesta modalidade aqueles que tenham forte fundamentação da sua racionalidade económica e social.
06. Para que as iniciativas de PPP não sejam simplesmente uma mera alternativa às restrições orçamentais, evitem ser edificadas com base em contratos míopes, com metodologia de selecção de parceiros opaca, o que certamente dá lugar a absorção de incertezas e riscos elevados para o Estado, o presente memorando estabelece

as fases para a preparação, negociação e lançamento do procedimento de estabelecimento de PPP, bem como define uma lista indicativa de metas até 2021.

II. Lista Indicativa de Projectos de Investimentos que serão estruturados na Modalidade de Parceria Público-Privada até Dezembro de 2021

07. A presente lista de 41 projectos de investimentos que serão estruturados no regime de Parceria Público-Privada é indicativa e serve de referência para o Plano Operacional de Estruturação de Parcerias Público-Privadas até Dezembro de 2021.

Mapa n.º 1. Lista de Potenciais Projectos de Parcerias Público Privadas

Lista Indicativa de Potenciais Projectos de Parceria Público-Privada por Estruturar até Dezembro de 2021

Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

Reabilitação e Exploração do Aldeamento Agroindustrial do Chinguar

Finalizar a Construção e Explorar um polo agroindustrial com 100 habitações sociais, 3 estufas agrícolas, 1 polígono, 1 fazenda de criação de galinhas, 150 tanques de aquicultura e área comercial na Província do Bié
DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Reabilitação e Exploração do Aldeamento Agroindustrial de Quicabo

Finalizar a Construção e Explorar um polo agroindustrial com 100 habitações sociais, 3 estufas agrícolas, 1 polígono, 1 fazenda de criação de galinhas, 150 tanques de aquicultura e área comercial na Província do Bengo
DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente

Construção e Exploração da Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos do Mulenvos

Gestão e Exploração não apenas para ponto de depósito de lixo, mas também para uma gestão virada para reciclagem
DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração da Unidade do Polo de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo

Construção do polo administrativo associado à gestão da infraestruturação e investimento privado no Polo de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo
DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração da Unidade do Polo de Desenvolvimento Turístico de Okavango

Construção do polo administrativo associado à gestão da infraestruturação e investimento privado no Polo de Desenvolvimento Turístico de Okavango
DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Reestruturação, Apetrechamento e Gestão do centro-agroecológico de Cabinda

Reestruturação, apetrechamento, gestão e manutenção do centro-agroecológico de São Vicente, no Município de Cabinda, a 13 km da cidade de Cabinda.
ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Reestruturação, Apetrechamento e Gestão do centro-agroecológico do Cuando Cubango

Reestruturação, apetrechamento, gestão e manutenção do centro-agroecológico de Bimbi, no Município de Menongue, a 70 km da cidade de Menongue.
ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Reestruturação, Apetrechamento e Gestão do centro-agroecológico do Huambo

Reestruturação, apetrechamento, gestão e manutenção do centro-agroecológico da Chipapa, no Município do Huambo, à 20 km da cidade do Huambo.

ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Reestruturação, Apetrechamento e Gestão do centro-agroecológico do Namibe

Reestruturação, apetrechamento, gestão e manutenção do centro-agroecológico da Bibala, no Município da Bibala, a 166 km da cidade do Namibe.

ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Ministério da Energia e Águas

Construção e Exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Baynes, Trecho Internacional do rio Cunene

Construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Baynes, projecto Bi-Nacional Angola Namíbia sobre o rio Cunene com uma potência instalada de 600 MW.

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Construção e Exploração da Central de Ciclo Combinado Soyo II

Construção da Central com 6 Turbinas em 2 blocos iguais de 3 Turbinas cada, sendo 2 Turbinas a Gás e 1 Turbina a Vapor. O total de potência esperada é de cerca de 750MW; Ampliar a capacidade de abastecimento de gás natural ou associado, por parte da concessionária (Sonagás).

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Construção e exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Chicapa II

Construção da Central Hidroelétrica de Chicapa II com potência instalada de 31,6 MW na província da L. Sul, sobre o curso do rio Chicapa a 20 km a norte da cidade do Saurimo

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Nome da Tarefa	% Concluída	Duração	Início	Conclusão	Gantt Chart																											
					2020	Sem 1, 2021			Sem 2, 2021			Sem 1, 2022			Sem 2, 2022																	
					S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Dept. Ministerial: Energia & Águas	1%	225d	Qui 01/10/20	Sex 30/09/22																												
Designação PPP: Chicapa II	1%	225d	Qui 01/10/20	Seg 09/08/21																												
Caracterização	100%	1 dia	Qua 07/10/20	Qua 07/10/20																												
Objectivos	100%	1 dia	Qua 07/10/20	Qua 07/10/20																												
Estimativa de Investimento	100%	1 dia	Qua 07/10/20	Qua 07/10/20																												
Fim da Fase 1 - Identificação do Projecto	100%	0 dias	Qua 07/10/20	Qua 07/10/20																												
EVEF	100%	1 dia	Qua 07/10/20	Qua 07/10/20																												
Estruturação do PPP	0%	45 dias	Qui 01/10/20	Ter 01/12/20																												
Elaboração dos Instrumentos Jurídicos	0%	45 dias	Qui 01/10/20	Ter 01/12/20																												
Emissão do Relatório Fundamentado	0%	45 dias	Qui 01/10/20	Ter 01/12/20																												
Fim da Fase 2 - Pre. PPP & Elaboração Docs Licitação	0%	0 dias	Ter 08/12/20	Ter 08/12/20																												
Anúncio, Recepção e Avaliação das Propostas	0%	176 dias	Ter 08/12/20	Seg 09/08/21																												
Negociação das Propostas	0%	176 dias	Ter 08/12/20	Dom 08/08/21																												
Adjudicação das Propostas	0%	0 dias	Seg 09/08/21	Seg 09/08/21																												
Fim da Fase 3 - Entrada em Funcionamento	0%	0 dias	Seg 09/08/21	Seg 09/08/21																												

Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Cabinda

Operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de toda a Província de Cabinda, passa a ser da responsabilidade de uma nova entidade privada, mediante a celebração de um contrato, por um período a definir;

O&M (Operação e Manutenção)

Gestão e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Águas de Luanda

Operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de toda a Província de Luanda, passa a ser da responsabilidade de uma nova entidade privada, mediante a celebração de um contrato, por um período a definir;

O&M (Operação e Manutenção)

Ministério da Juventude e Desportos

Reestruturação, Apetrechamento e Gestão do Centro de Estágio Desportivo na Zona Económica Especial
Reabilitação, Gestão e Exploração do Centro de Estágio da ZEE, na província de Luanda, construído em 2009
ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território

Conclusão da Construção e Gestão da Centralidade de Saurimo na Lunda Sul

Conclusão dos 212 apartamentos e 12 lojas da Centralidade, Gestão do Património Imobiliário e Espaços
Comuns, em regime de Concessão, no Município de Saurimo

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Conclusão da Construção e Gestão da Centralidade de Tucuve no Cuando Cubango

Conclusão dos 212 apartamentos e 12 lojas da Centralidade, Gestão do Património Imobiliário e Espaços
Comuns, em regime de Concessão, no Município do Menongue

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Construção da Nova Ponte sobre o Rio Kwanza

Construção, Operação e Manutenção da Nova Ponte sobre o Rio Kwanza

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Construção de Autoestrada no Corredor Norte-Sul com prioridade para os eixos Norte/Sul (Soyo/Santa
Clara-1.400 km)

Construção, Operação e Manutenção da Autoestrada num novo traçado com prioridade para o eixo Norte/Sul
(Soyo/Santa Clara) com cerca de 1.400 km

BOOT (Construção, Operação, Propriedade e Transferência)

Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Barra do Kwanza

Implantação Física (Terraplanagem, Pavimentação e Edificação), Instalação, Operação e Manutenção de
Sistemas de Portagens

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Zona Fronteira de Iema

Implantação Física (Terraplanagem, Pavimentação e Edificação), Instalação, Operação e Manutenção de
Sistemas de Portagens

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Zona Fronteira de Luau

Implantação Física (Terraplanagem, Pavimentação e Edificação), Instalação, Operação e Manutenção de
Sistemas de Portagens

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Zona Fronteira de Luvo

Implantação Física (Terraplanagem, Pavimentação e Edificação), Instalação, Operação e Manutenção de
Sistemas de Portagens

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Zona Fronteira de Massabi

Implantação Física (Terraplanagem, Pavimentação e Edificação), Instalação, Operação e Manutenção de
Sistemas de Portagens

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Zona Fronteiriça de Noqui

Implantação Física (Terraplanagem, Pavimentação e Edificação), Instalação, Operação e Manutenção de Sistemas de Portagens

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Instalação e Operação de Sistema de Portagem na Zona Fronteiriça de Santa-Clara

Implantação Física (Terraplanagem, Pavimentação e Edificação), Instalação, Operação e Manutenção de Sistemas de Portagens

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Reabilitação, Operação e Manutenção da Estrada Nacional 160

Reabilitação da Estrada Nacional EN 160 Troço; Quimbele /Icoca /Sacandica /Fronteira com a RDC numa extensão 99 Km

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Reabilitação, Operação e Manutenção da Estrada Nacional 250

Reabilitação da EN 250 no Troço: Massiv/Calanda /Jimbe (fronteira com a Zâmbia) numa extensão total de 167 km

BOT (Construção, Operação e Transferência)

Reactivação da Central de Emulsão Betuminosa de Benguela

Renovação, Manutenção e Operação da Central de Emulsão Betuminosa construídas no ano de 2014, operadas apenas em fase de teste

ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Reactivação da Central de Emulsão Betuminosa de Luanda

Renovação, Manutenção e Operação da Central de Emulsão Betuminosa construídas no ano de 2014, operadas apenas em fase de teste

ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Reactivação da Central de Emulsão Betuminosa de Namibe

Renovação, Manutenção e Operação da Central de Emulsão Betuminosa construídas no ano de 2014, operadas apenas em fase de teste

ROT (Reabilitar, Operar e Transferir)

Ministério dos Transportes

Construção da Ligação ferroviária do CFL a fronteira com a RDC para conectar a Katanga - Corredor Norte

Pretende-se com este projecto estender o corredor norte, ou seja, o CFL (Caminho-de-ferro de Luanda) até a zona fronteiriça da RDC, por se tratar de um País encravado e sem acesso ao mar, servindo a região de Katanga rica em recursos minerais. Importa referir que de Malanje a fronteira com a RDC são aproximadamente 1000 Km. 1ª Etapa Luanda-Malanje com nova linha férrea eletrificada.

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção da Ligação ferroviária entre CFM, Namíbia e Victoria Falls

Pretende-se com este projecto estender o corredor sul, ou seja, o CFM (Caminho-de-ferro de Moçâmedes) até a Zâmbia, por se tratar de um País encravado e sem acesso ao mar, servindo o cinturão de cobre "copperbelt" na Zâmbia rica em recursos minerais. Importa referir que de Menongue a fronteira com a Zâmbia são aproximadamente 1100 Km.

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração da Plataforma Logística da Caála

Construção de infraestruturas logísticas na província do Huambo para ligação do centro ao Sul do País

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração da Plataforma Logística do Lombe

Construção de infraestruturas logísticas para apoio ao comércio fronteiriço na província de Malange para ligação do centro ao este do país

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração da Plataforma Logística do Luvo

Construção de infraestruturas logísticas para apoio ao comércio fronteiriço na província do zaire, terreno de 25 hect.

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração da Plataforma Logística do Soyo

Construção de infraestruturas logísticas na província do Zaire para apoio ao comércio fronteiriço

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração de uma ligação ferroviária entre Angola e Zâmbia (CFB) - Extensão do Corredor Centro

O projecto corresponde à construção da ligação ferroviária entre a estação de Luacano e a fronteira da Zâmbia, nas imediações do posto fronteiriço de Jimbe. O Estudo Preliminar de Viabilidade aponta para um novo traçado ferroviário com uma extensão aproximada de 259 km, em via única, respeitando as características técnicas existentes na infra-estrutura ferroviária actual que se estende entre o Lobito e a fronteira do Luau, bem como, as que serão construídas do lado zambiano.

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e Exploração do Metro de Superfície de Luanda

Construção de uma rede ferroviária ligeira de superfície nas seguintes fases: 1ª fase do Porto de Luanda ao Zamba II, 7 Km, e do Zamba II ao Kilamba, 30 Km; 2ª fase do Zamba II ao Benfica, 28 Km; 3ª fase do Benfica ao Cacucaco, 58 Km; 4ª fase do Cacucaco ao

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e exploração ligação ferroviária CFB ao CFM

Construção e exploração do ramal ferroviário do CFB no Huambo até ao Ramal do CFM no Cuvango.

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

Construção e exploração ligação ferroviária CFL ao CFB.

Construção e exploração do ramal ferroviário do CFL no Dondo até Ramal do CFB no Huambo.

DBFOM (Concepção, Construção, Financiamento, Operação e Manutenção)

08. Com base no cronograma que será apresentado na secção seguinte, os Departamentos Ministeriais que pretendam promover projectos de investimentos públicos em regime de PPP, dispõem de até 3 meses (Outubro-Dezembro de 2020) para apresentarem ao Ministério da Economia e Planeamento e ao Ministério das Finanças (coordenador e coordenador adjunto do Órgão de Governação das PPP) projectos de investimentos públicos que serão avaliados em termos de racionalidade económica e social para serem incluídos na lista acima apresentada.

III. Cronograma de Estruturação de Parcerias Público-Privadas até 2021

09. O lançamento dos projectos de PPP irá requerer um período de preparação e início de implementação de até 15 meses. Os principais passos no processo de planeamento operacional das PPP passam pelas seguintes fases:

1. Fase de Identificação do Projecto (Duração média: 3 meses)

- i. As entidades promotoras¹ irão identificar e priorizar os potenciais projectos de PPP alinhados com os objectivos de desenvolvimento nacional, usando uma análise custo-benefício, sendo que aos projectos da lista indicativa acima apresentada podem ser incluídos outros projectos;
- ii. Caso o projecto tenha uma avaliação custo-benefício favorável para o sector público, segue-se uma avaliação de pré-viabilidade, conduzida pela instituição promotora com o apoio do MEP para demonstrar que a escolha da PPP é acessível, transfere risco técnico, operacional e financeiro adequado, para o parceiro privado;
- iii. Caso seja adequado, o projecto será registado pelo MEP, na Carteira de Projectos passíveis de ser implementados via PPP. Se for inadequado, a instituição deverá considerar formas alternativas de financiamento;
- iv. Em resumo, essa fase compreende as seguintes actividades:
 - a) Desenho detalhado do modelo de PPP a lançar;
 - b) Desenvolvimento do estudo de viabilidade associado ao projecto;
 - c) Análise custo/benefício do(s) projecto(s) da lista indicativa e outros julgados elegíveis pela análise entre o MEP, o Ministério das Finanças e os departamentos ministeriais promotores;
 - d) Desenho dos mecanismos para acompanhamento do processo;
 - e) Auscultação dos principais stakeholders;
 - f) Obtenção das aprovações necessárias para o lançamento do projecto de PPP.

2. Fase de Lançamento do Concurso Público, Negociação e Adjudicação (Duração média: 12 meses)

- i. O concurso público e toda a tramitação subsequente (negociação e adjudicação) deve obedecer as normas previstas na legislação específica e na Lei n.º 09/16, de 16 de Junho, Lei dos Contratos Públicos;
- ii. O processo será considerado concluído quando o contrato final for assinado entre as partes, porém, a responsabilidade do Estado é contínua;
- iii. Em resumo, essa fase compreende, dentre outras, as seguintes actividades:
 - a) Desenho dos contratos e as peças concursais necessárias para suportar o lançamento do concurso de PPP;
 - b) Lançamento do concurso;

¹ Parceiros públicos, conforme define a Lei das PPP.

- c) Avaliação e selecção de propostas;
- d) Negociação da proposta vencedora;
- e) Adjudicação e assinatura do contrato.

3. Fase de Gestão do Projecto (Implementação até antes do mês de Dezembro de 2021):

- i. A implementação do contrato de PPP exigirá uma gestão proactiva entre os entes públicos e a parte privada;
- ii. O processo de monitoria e avaliação deve incorporar representantes dos entes públicos envolvidos no processo de contratação da PPP (preferencialmente alguns membros da comissão de avaliação do projecto, dada a sua familiaridade institucional com o mesmo, incluindo o conhecimento dos riscos que devem ser acompanhados meticulosamente).
- iii. Para além disso, o MEP e o MINFIN devem implementar procedimentos de gestão de conhecimento e sucessão para contratos PPP de longo prazo, para garantir que o know-how obtido durante a aquisição e implementação do projecto estejam disponíveis para novos projectos.
- iv. Em resumo, essa fase compreende as seguintes actividades:
 - a) Acompanhamento da execução do contrato PPP pelo MEP e o MINFIN;
 - b) Criação de mecanismos para resolução de disputas, caso haja necessidade, nos termos da lei.

Luanda, 15 Setembro de 2020. -

Fonte: <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin>

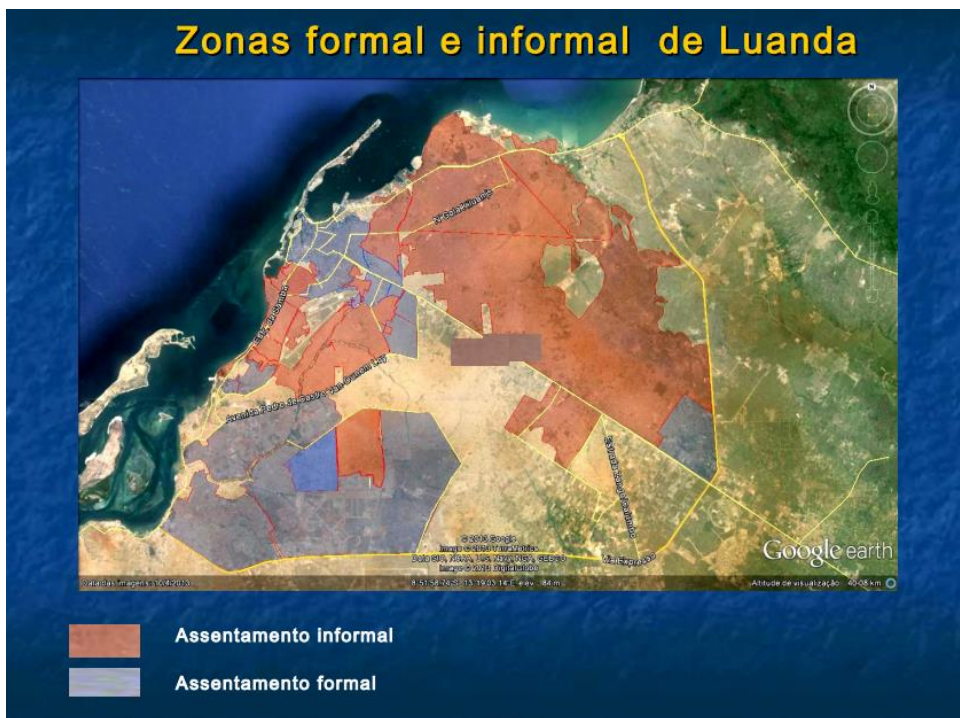
Anexo 17 – Apoio do Banco Mundial às PPP 2020



Fonte: Relatório Banco Mundial

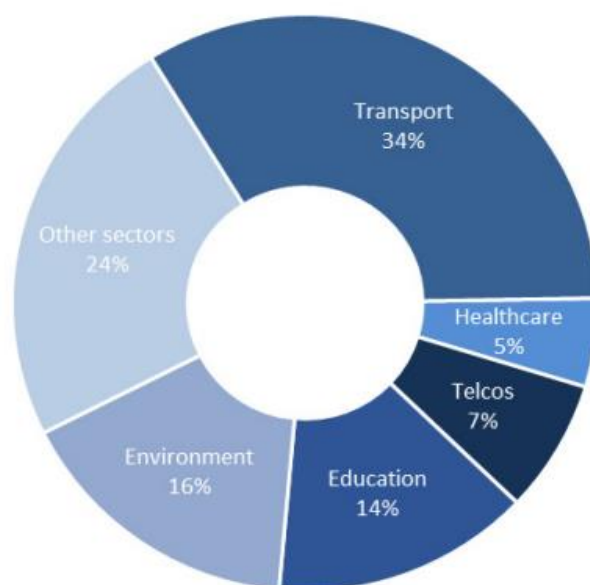
Referente ao período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho (2020, p.1)

Anexo 18 – Apresentação Estudo Musseque Luanda



Fonte: Estudo Musseque em Luanda, caso Cazenga - Weba Kirimba,

Anexo 19 – Avaliação da European PPP Expertise Centre EPEC (2020)



OVERVIEW

In 2020, the aggregate value of PPP transactions¹ that reached financial close in the European market² totalled EUR 7.9 billion, a 27% decrease from 2019 (EUR 10.8 billion).

Figure 1: 10-year View of the European PPP Market by Value and Number of Projects (2011-2020)



Fonte: EPEC (2020) *European PPP Expertise Centre*

https://www.eib.org/attachments/epec/epec_market_update_2020_en.pdf.



The slide features a blue header with the European Commission logo. The main content is on a white background with blue text. It includes a title and three bullet points. The third bullet point contains the phrase 'EU-OECD voluntary commitment' in red. The slide concludes with the European Commission logo and the text 'Regional & Urban Policy' in an orange box.

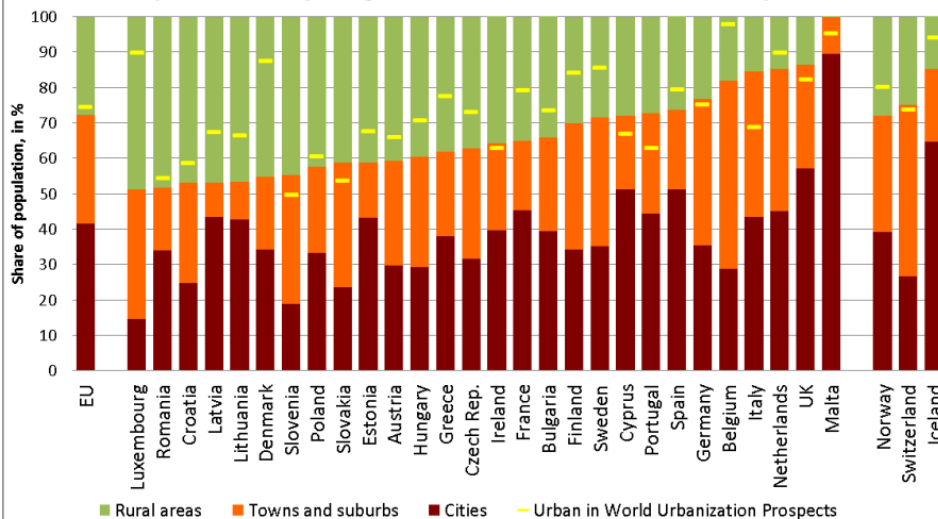
European cities in a global context

- *European cities are double the density of North-American cities, but half the density to Asian ones.*
- *European cities have a high enough density to provide efficient public transport*
- *An **EU-OECD voluntary commitment** is being prepared for Habitat III to test a global, people-based definition of cities*

European Commission

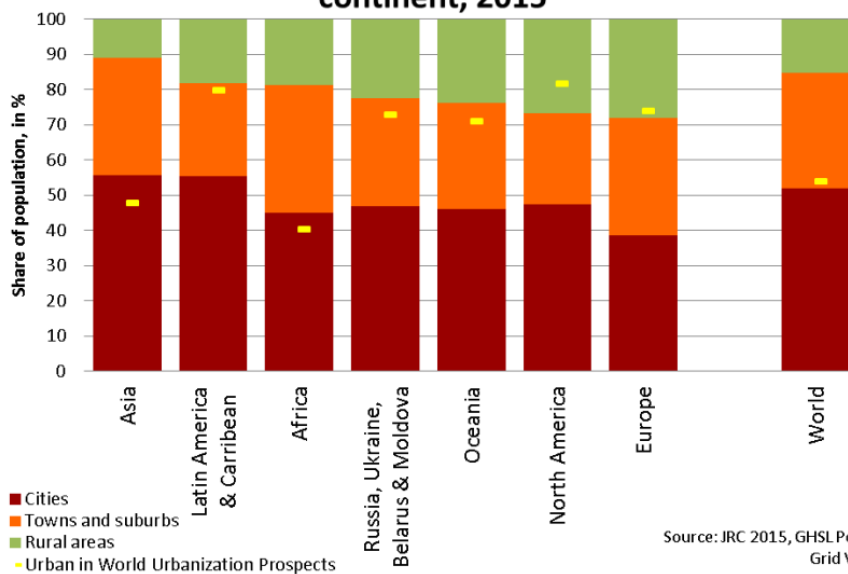
Regional & Urban Policy

Population by degree of urbanisation in Europe, 2014



Source: Eurostat and World Urbanization Prospects, 2014

Population by degree of urbanisation per continent, 2015



Source: JRC 2015, GHSL Pop Grid V1

Fonte: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/cities-report/cityreport_pres.pdf

Anexo 21 – Apresentação – Parcerias Público Privadas FEPAC

- Argentina
- Bolívia
- Brasil
- Colômbia
- El Salvador
- Equador
- Espanha
- Honduras
- México
- Paraguai
- Peru
- Portugal
- Venezuela

Seminário FEPAC sobre Ambiente de Negócios na Ibero-América – Lisboa, 14 setembro 2018

Federação Pan-americana de Consultores

Parcerias Público Privadas

Joaquim Miranda Sarmento
 Professor Auxiliar de Finanças no ISEG – Lisbon School of Economics and Management; *Ph.D in Finance (Tilburg University)*
<https://sites.google.com/view/joaquim-miranda-sarmento/home>

- Argentina
- Bolívia
- Brasil
- Colômbia
- El Salvador
- Equador
- Espanha
- Honduras
- México
- Paraguai
- Peru
- Portugal
- Venezuela

Seminário FEPAC sobre Ambiente de Negócios na Ibero-América – Lisboa, 14 setembro 2018

Federação Pan-americana de Consultores

Figure PPP Investments (1995–2011) as percentage of GDP

This figure shows the relative weight of PPP investments according to the size of each economy (level of accumulated PPP investment, over the period 1995 to 2011, as a percentage of GDP).
 Source: figure based on data collected from EIB (for investment in PPPs) and Ameco (for GDP).

Country	Percentage of GDP
Portugal	14.8%
Greece	8.9%
UK	8.2%
Hungary	8.2%
Cyprus	5.6%
Spain	4.3%
Ireland	2.5%
Slovakia	2.5%
Poland	2.3%
Czech Republic	1.8%
Belgium	1.8%
France	1.5%
Netherlands	1.1%
Latvia	1.0%
Bulgaria	0.8%
Italy	0.7%
Austria	0.6%
Sweden	0.6%
Germany	0.5%
Finland	0.5%
Slovenia	0.2%
Denmark	0.1%
Luxembourg	0.1%
Romania	0.1%
Lithuania	0.0%

Fonte: <https://sites.google.com/view/joaquim-miranda-sarmento/home>

Anexo 22 – Resumo do Consenso de Washington

Política	Resposta ao problema de
1. Disciplina fiscal	Crise de débito e inflação
2. Liberalização das taxas de juros	Perda de bem estar associado ao racionamento por parte do governo de capital nacional e internacional
3. Liberalização dos tipos de câmbio	
4. Redirecionamento das prioridades dos gastos públicos, do consumo público e dos investimentos públicos.	Negligenciamento do capital humano e superestimação da industrialização conduzida pelo governo
5. Reformas tributárias com taxas de imposto marginal mais baixas	Evasão impositiva
6. Liberalização do comércio	Pequena exposição a novas ideias e negligência organizacional nas indústrias protegidas
7. Liberalização da conta de capital	Acesso limitado a poupanças estrangeiras
8. Privatização	Ineficiências associadas a indústrias geridas pelo Estado
9. Desregulação	Falta de amplas e diversificadas oportunidades econômicas
10. Direitos de propriedade assegurados	Informalidade setorial

Fonte: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=80fe9a10-420a-6b5e-1c6a-0bef77943fad&groupId=265553 ou

The World Bank <https://archive.globalpolicy.org/soecon/bwi-wto/stig.htm>.